

JOÃO CARLOS CORREIA

SOCIEDADE E
COMUNICAÇÃO:
ESTUDOS SOBRE
JORNALISMO E
IDENTIDADES



ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Série - Estudos em Comunicação

Direcção: António Fidalgo

Design da Capa: Jorge Bacelar

Edição e Execução Gráfica: Serviços Gráficos da Universidade
da Beira Interior

Tiragem: 300 exemplares

Covilhã, 2005

Depósito Legal N° 230277/05

ISBN – 972-8790-35-X

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do III Quadro
Comunitário de Apoio

ÍNDICE

Apresentação e Agradecimentos	7
Elementos para uma crítica da mediação moderna	9
Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões	39
A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos	55
A emergência do individualismo na cultura mediática contemporânea.....	75
Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea	91
Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática	125
Fenomenologia e Teoria dos Sistemas: reflexões sobre um encontro improvável.....	141
O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público	183

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Estes textos são o testemunho da tentativa de transformar em livro o núcleo central das preocupações que ao longo de 8 anos de investigação constituíram a preocupação do autor: o jornalismo e a representação das identidades; a emergência das identidades e o impacto das mesmas no pluralismo sociológico e na fragmentação cultural; a espectacularização da informação e as consequências deste fenómeno na experiência identitária e na participação cívica e os «efeitos dos media» em geral e do jornalismo, em particular. Para além destes textos de natureza especialmente problematizante, há ainda um pequeno conjunto de textos que abordam estas problemáticas a partir de escolas bem definidas (Teoria Crítica, Fenomenologia Social e a Teoria dos Sistemas), recorrendo-se neste caso à revisão da literatura, procedendo à apresentação de três autores cuja obra têm um especial impacto nas Ciências da Comunicação: Habermas, Alfred Schutz e Niklas Luhmann.

Com este volume pretendem-se os seguintes objectivos principais: a) dotar os estudantes de Ciências da Comunicação com uma abordagem sistemática e coerente sobre um conjunto de problemas que implicam o recurso à Teoria Política, à Teoria da Informação e à Sociologia da Comunicação; b) contribuir para o aprofundamento de um trabalho de investigação sobre um conjunto de temas profundamente interligados entre si e que já fizeram escola no âmbito da investigação portuguesa em Ciências da Comunicação.

Estes textos reflectem muitos diálogos, nomeadamente com os colegas do Departamento de Comunicação e Artes da UBI. Tais diálogos reflectem os ainda as matrizes teóricas plurais deste conjunto de interlocutores, nomeadamente

as suas proveniências da Filosofia, a sua relação com as Ciências Sociais conjugada com uma forte sensibilidade para as transformações tecnológicas.

Por outro lado, reflectem diálogos exaustivos com muitos alunos: em Covilhã e na UBI, em primeiro lugar.

O agradecimento maior é devido à paciência da minha família. Em cada livro publicado (já vão cinco, sem contar com este) desagua um certo número de brincadeiras que não foi partilhado ou de trabalhos de casa em que colaborei menos.

João Carlos Correia

ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA MEDIAÇÃO MODERNA

Introdução

As relações entre o indivíduo e a sociedade foram alvo de uma mediatização generalizada no decurso da qual a construção de imaginários, a formulação de normas e a consolidação de visões do mundo dependem cada vez mais da presença de órgãos de comunicação social. O aceleração desta mediatização tem vindo a comportar consequências que se fazem sentir, nomeadamente, ao nível das relações entre público e privado. A principal preocupação deste texto é debruçar-se sobre a enfatização da individualidade como fenómeno indutor do pluralismo normativo e da fragmentação cultural, analisando a sua relação com a vivência dos destinos colectivos no plano da esfera pública.

Os seres humanos agem em relação à realidade com base no significado que lhe atribuem e esse significado provém em primeira instância dos processos de interacção social e de mediação simbólica. Tais processos comportam uma dimensão cognitiva – sustentam as representações sociais da realidade social e natural – e uma dimensão prescritiva – indicam os objectivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as colectividades devem comportar-se. Este ponto de vista significa a adesão a uma perspectiva que realça o papel da linguagem, a qual deixa de ser considerada como instrumento para se constituir em elemento estruturante das relações sociais. De acordo com esta visão, de certa forma, a mediação linguística desempenha um papel fundamental na constituição da experiência que temos do mundo.

A linguagem aparece, assim, associada ao viver em comum. É através da mediação, designadamente a mediação

linguística, que se manifestam as expectativas recíprocas em que assentam as diversas interações praticadas no mundo da vida. A consciência da importância crescente das mediações simbólicas significa a abertura de um campo de tensão no qual se não aceita a absoluta conformação do mundo num sentido unilateral mas, antes, se reconhece a teia de relações complexas entre a linguagem e o mundo da vida. A linguagem é, no seio da cultura, um lugar de tensão entre a unidade e a pluralidade, entre o uno e o diverso, entre a reificação e a busca intercompreensiva de contextos comunicacionais marcados pelo interesse emancipatório. Lugar de resistência ou de fechamento, ou espaço onde ambas as possibilidades se cruzam dialecticamente, a linguagem, em geral, pode cristalizar-se num universo de sobreditos que interdita dizeres novos. No mundo da vida, a linguagem tem em si mesma a possibilidade de assumir a reflexividade actualizando a potência que em si contém de nomear o Outro como “segunda pessoa”, apelando ao exercício crítico da racionalidade e superando a dinâmica holística e anterior ao indivíduo, que também é constitutiva do mundo da vida. Como se existisse em si uma impossibilidade de total fechamento – que se confundiria, afinal, com um silêncio – a linguagem, apesar de tudo, interpela e interpela-se, mesmo quando, através de numerosos mecanismos, a pretendem silenciar quanto ao dizer de outro modo. Ao contrário de alguns para quem “a linguagem não está concebida para nela se acreditar, mas para obedecer e fazer obedecer” (Deleuze e Guattari, 1980: 125), a verdade é que os modos de exercício do poder que se configuram também no interior da linguagem não são todos idênticos sendo, por vezes, a potencialidade reflexiva da palavra que conduz de forma permanente à questionação do que se tinha por adquirido, deixando sempre em aberto o problema da legitimidade (Habermas, 1987 a: 69-70).

Enquanto caso particular da mediação linguística, a linguagem dos *media* suscita perplexidades visíveis que se fazem sentir nas contradições que estalam entre o desejo de sintonia dos *media* de massa com as normas consensualmente aceites e a influência dos mesmos *media* na segmentação e na fragmentação cultural, designadamente as resultantes da composição, recomposição e formação de identidades sociais.

Em face dos processos de diferenciação e fragmentação cultural, no decorrer dos quais os *media* contribuíram, de modo decisivo, para a emergência e redescoberta das identidades, urge debater, ao longo deste trabalho, se nos encontramos perante potencialidades emancipatórias novas e decisivas ou, pelo contrário, perante esferículas que apenas pretendem desenvolver ao nível capilar a força dominadora de um mercado que explode em miríades de segmentos (Gitlin, 1995). Para responder a esta dúvida, urge efectuar um percurso sobre os seguintes pontos:

- um esforço crítico de compreensão da centralidade da mediação na própria formação das identidades;
- uma insistência particular naquelas perspectivas teóricas que defendem formas de mediação que não se traduzam no esquecimento do papel do sujeito, expressando a defesa de espaços públicos que garantam o funcionamento de uma sociedade civil democrática;
- a insistência, mais uma vez, na compreensão dinâmica da ordem social com vista à defesa da multiplicação de espaços públicos que impeçam a petrificação rígida de elementos democráticos demasiado formais;
- a análise de alguns aspectos mais visíveis da forma como as identidades emergem na sociedade portuguesa, afirmando-se como um desafio que um pensamento que se reclama das Ciências da Comunicação não pode ignorar;

- a tentativa de compreensão do papel dos *media* na fragmentação cultural, tal como ele é hoje desempenhado, tentando, simultaneamente, desvendar alguns traços relativos à forma como será desempenhado no futuro.

Para responder a estes objectivos, defende-se um percurso em que se procurará, em primeiro lugar, explicar a forma como a mediação se torna um elemento incontornável na formação das culturas, na socialização e na constituição das personalidades, no interior da qual a produção simbólica, nomeadamente a empreendida pela indústria cultural e mediática, tem um papel de importância crescente. Seguidamente, explanam-se formas de pensamento que analisam a mediação em geral, designadamente a mediação cultural, mostrando, por um lado, aquelas abordagens teóricas (Adorno e Foucault) que concluem pela inevitabilidade de um devir reificante das relações sociais e, em alternativa, as abordagens teóricas que aprofundam possibilidades de democratização da vida social (Habermas, Honneth e Taylor entre outros), designadamente através do reavivar do conceito de sociedade civil. Analisa-se, posteriormente, o conceito de consenso, tentando precisar as exigências que devem ser colocadas à proposta formulada por Habermas no sentido de um consenso racional e argumentativo que procure fundar a vontade colectiva na participação de todos, em condições de igualdade. Procuram-se, deste modo, abordar as dificuldades que uma teoria democrática do consenso conhece, nomeadamente em sociedades cada vez mais fragmentadas onde as pretensões de validade emanam dos diversos particularismos emergentes. Procede-se, desta forma, à demonstração do aumento da diversidade como traço cada vez mais marcante das sociedades modernas, que se oferece como um desafio crescente para a igualdade e equidade de tratamento dos agentes sociais. Demonstrar-se-á, de seguida, que as análises que tendem a considerar a

reificação como um dever inevitável das relações sociais são as mesmas que partilham de uma concepção apocalíptica da cultura, prognosticando aos *media* uma responsabilidade importante no estabelecimento da força coesiva que garante a integração social, independentemente da participação dos agentes sociais. A tese aqui desenvolvida tenta, pelo contrário, demonstrar que os *media* dispõem de uma capacidade que pode despoletar dinâmicas sociais alternativas, as quais se podem constituir como susceptíveis de induzirem o aparecimento de novos movimentos sociais que configurem novos desenvolvimentos democráticos, tendentes a aprofundar o exercício da cidadania.

A emergência das «políticas da vida»

De acordo com esta perspectiva, entende-se, de forma categórica, que a modulação das consciências individuais e colectivas é, cada vez mais, resultado de uma actividade que implica, decisivamente, a mediação simbólica exercida, de modo institucional e profissional, pelos meios de comunicação social.

Diminuído o poder da Religião, da Família e da Escola e das formas de mediação que as acompanhavam, enquanto mecanismos que asseguravam a regularidade nas dinâmicas sociais, os *media* – incluindo nestes os meios de comunicação de massa e os novos *media* – exercem uma capacidade de controlo que não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista da sua presumível influência numa campanha eleitoral ou na vigilância democrática do poder político.

Os sistemas de relação social tornaram-se inseparáveis da formulação de um imaginário, pelo que a actividade dos *media* faz parte do cerne do seu funcionamento. A acção política, como toda a actividade social, é, de modo crescente, povoada de crenças, de convenções e símbolos.

De entre a actividade mediática em geral, o jornalismo escrito desempenhou um papel decisivo de estruturação do próprio espaço público e do consenso social: ora constituindo um dos suportes essenciais de dinamização da cidadania, ora contribuindo para a introdução de algumas das patologias que contribuíram para a racionalização da vida social no seu sentido mais reificador, ou seja, no sentido de uma deformação das estruturas comunicacionais da vida social com vista à sua pura subjugação às exigências funcionais do sistema.

Sem o jornalismo, não se formaria opinião pública ou pelo menos esta teria uma configuração decerto diversa daquela que conhecemos. Porém, muitas das vezes graças a ele, e a dinâmicas que se geraram em seu redor, o mero consumismo de informação substituiu os mecanismos verdadeiramente públicos de formação da opinião. O jornalismo, como uma das formas mais antigas de indústria cultural – uma das primeiras onde, efectivamente, a administração submeteu, de forma planeada e sistemática, a cultura a padrões que lhe eram exteriores – surge, assim, como merecedor de uma forte interpelação crítica.

Grande parte da resposta às perplexidades que semelhante interpelação crítica suscita passam pela compreensão do discurso mediático, no plano informativo. Interpela-se o jornalismo enquanto agente de controlo social, desafiado por uma dinâmica de fragmentação crescente, própria das actuais sociedades pluralistas.

Tem-se presente a ideia segundo a qual a cultura é simultaneamente veículo de valores estruturados em torno de uma visão dominante e consensualmente aceite, e um espaço de tensões e fragmentação onde se luta pelas transformações de sentidos. São essas tensões de sentido contraditório que se julgam discernir, de forma similar, nos *media*. Procura-se, assim, saber qual o papel que lhes é imputável na construção e representação das regularidades

sociais tendo-se em conta, simultaneamente, a sua dificuldade estrutural em manterem-se dentro dos caminhos estreitos de uma representação mais ou menos monolítica do mundo social, num momento caracterizado por um pluralismo social intenso, resultante da recente revalorização atribuída à emergência das identidades minoritárias.

Dentro deste contexto, toma-se como um elemento fundamental a emergência de reivindicações e de movimentos relacionados com as “políticas da vida”, sendo estas entendidas como um conjunto de preocupações emergentes na *polis*, que já não se debruçam apenas sobre o devir do espaço público colectivo mas que têm em conta a definição do lugar que cabe aos direitos respeitantes à realização individual e à escolha dos estilos de vida. Vistas desta forma, estas preocupações podem implicar uma nova concepção de mundo da vida, atenta aos fenómenos de dominação, de poder e de conflitualidade existentes em territórios diversos daqueles que normalmente são confinados à chamada política tradicional. Mais ainda, concebe-se a possibilidade de se estar face a uma proliferação de mundos da vida, que implica o reconhecimento da diversidade de mecanismos de poder e regulação social – mas também de resistência – que se afirmam em cada um deles. Deste modo, é admissível aceitar a possibilidade de que esta proliferação de mundos da vida corresponda à erupção de nichos de cidadania, onde se oculta um potencial conflitual e normativo importante. Todavia, pode-se, ao invés, estar apenas perante a erupção de fenómenos hedonísticos próprios de uma época dominada pela mercantilização do *self*, em que a acentuação da fruição e do prazer individual apenas diz respeito à descoberta de novos segmentos de mercado e em que a substituição da cultura puritana tradicional dá lugar a formas de imperativo narcísico que, no limite, podem originar particularismos destrutivos, despertando formas de agressividade marcadas

pela exclusão do Outro. A questão está pois em tentar descobrir até que ponto a emergência do *self* e das políticas que lhe estão associadas representam uma forma hábil de dominação assente na dessublimação repressiva e na gestão dos desejos individuais (Marcuse), na celebração do mesmo sobre o signo de uma diferença aparente (Adorno), na desresponsabilização da participação colectiva com o consequente declínio do espaço público (Sennet) ou, pelo contrário, se trata da emergência de políticas da vida susceptíveis de serem articuladas com preocupações emancipatórias, como suspeitam, de modos muito diversos, Habermas, Apel ou Ferry, e, em especial, Seyla Benhabib, Albrecht Wellmer, Michael Walzer, Honneth, Touraine e Giddens.

De acordo com este corpo de preocupações que constitui o fundamento teórico deste debate, é lançada uma interpelação às dinâmicas sociais emergentes, reflectindo-se sobre as dificuldades sentidas em face de pretensões cada vez mais diversificadas e plurais, onde se incluem, entre outros, os desafios colocados pelas problemáticas étnica, feminina e, de um modo geral, a salvaguarda de novos direitos relacionados com a qualidade de vida, como sejam os de consumo e os direitos de ambiente. Procura-se, deste modo, demonstrar como essas pretensões, relacionadas com a emergência das políticas da vida, se afirmaram enquanto dificuldades adicionais para uma visão totalizante da sociedade, que se entendia, pelo menos nas formulações clássicas da teoria crítica, ser a visão típica veiculada pelos *media*. Poder-se-á, pois, constatar a presença de pretensões levantadas pela emergência de identidades, designadamente étnicas e sexuais, às quais se acrescentam reivindicações colocadas por novos movimentos sociais que reclamam por direitos que dizem mais respeito à qualidade de vida do que à agenda política tradicional (Giddens, 1997:208-209). Nessa medida, parece frutuoso tomar como ponto de partida um olhar crítico

sobre a hipostasiação do mercado, relacionada com a exploração de novos nichos, e a fragmentação cultural, resultante do exacerbamento de culturas particulares.

Procura-se, pois, discernir, na linguagem jornalística, de acordo com a importância atribuída aos *media*, a conformidade com o senso comum, com o saber partilhado por todos, tido por adquirido e socialmente aceite, fazendo-se um paralelo entre as atitudes imanentes à discursividade praticada pela profissão jornalística e a “atitude natural”, pragmática e realista, descrita por autores como Schutz ou Gurwitsch (Gurwitsch, 1975: xi-11; Schutz, 1975: 116-132). É neste plano que nos parece mais evidente como o mundo da vida é, também, um lugar onde se multiplicam as formas de dominação adivinhadas por Schutz, expostas por Foucault (1971: 11-21; Foucault, 1977, p. 21 e seguintes), pelo que o senso comum, do qual a linguagem jornalística, como veremos, ambiciona aproximar-se, toma a forma de conhecimento própria da transmissão das normas e dos estereótipos socialmente aceites.

Tenta-se, assim, fazer a relação entre o estabelecimento de regularidades e o conformismo, procurando demonstrar como a linguagem jornalística, devido ao seu constante recurso à tipificação, aos estereótipos e aos enquadramentos pode comportar processos de reificação, pervertendo a representação das identidades sociais.

Investiga-se a relação dos *media* com o tratamento da diferença identitária, tal como se manifesta, contemporaneamente, no espaço público, tentando-se descortinar uma ambiguidade que resulta de dois planos de actuação contraditórios entre si: por um lado, os *media* tornariam possível a afirmação da diferença como uma possibilidade de diversidade que constitua um aprofundamento democrático das sociedades; por outro lado, seriam, frequentemente, eles que reduziriam a luta pelo reconhecimento dessas identidades a uma mera exploração de

segmentos de mercado, multiplicados até ao infinito, através da intensificação consumista dos desejos individuais.

O poder dos media

Em face destas ambiguidades, reconhece-se estar perante duas vias aparentemente contraditórias mas complementares. Por um lado, enfatiza-se o ressurgimento do poder do jornalismo aceitando-se as contribuições teóricas mais recentes que apontam neste sentido – como sejam as hipóteses sobre a construção social da realidade baseadas na Fenomenologia Social de Alfred Schutz e dos seus continuadores, Berger e Luckmann (1973) aplicadas aos *media* por Gaye Tuchman (1978: 14; 182; 185-188) e por Adoni e Mane (1984: 323-338), além das reflexões sobre tematização pensadas no âmbito do funcionalismo sistémico por Niklas Luhmann (1992) e aplicadas por Noel – Neumann (1995: 199 e seguintes) - as quais claramente retomam, no plano da investigação sobre os efeitos dos *media*, uma posição que supera a teoria dos efeitos limitados (Saperas, 1993: 20).

Por outro lado, procede-se com Ferry (1995: 56-57), Best e Kellner (1998: 48; 67 e seguintes) e Strydom (1999: 17), entre outros, a uma recepção das diversas tentativas de elaboração de uma teoria crítica dos *media* - nomeadamente na sua componente informativa e jornalística - que redescubra a necessidade de uma ideia de público atenta às tensões plurais que emergem no seio da vida social e que implicam um novo entendimento, mais dinâmico, da ideia de recepção.

Neste sentido, tentar-se-á demonstrar que o reconhecimento do poder do jornalismo não implica o entendimento da audiência como se fosse composta por “figuras de plasticina”. Com efeito, defende-se que as possibilidades reificadoras de uma linguagem tendencialmente niveladora

e homogeneizante podem ser desafiadas com o recurso a políticas que impeçam a redução da luta simbólica à transmissão de informação e que impliquem, por isso, um acréscimo de participação por parte de públicos de cidadãos.

A narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afectam toda a actividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo, nomeadamente acompanhando o processo de reformulação das identidades sociais e colectivas.

A análise da erupção de identidades plurais - um movimento lento que, desde o 25 de Abril se consolidou em Portugal - demonstra a forma como o jornalismo se confronta com as suas várias possibilidades de representação do universo político. Assim, a título de exemplo, investigar-se-á a maneira como se articularam nesse espaço social simbólico os diversos discursos conflituais. Aí, verificar-se-á que as mais diversas orientações sociais que emergem à margem do que é socialmente consensual são muitas vezes objecto de um tratamento que oscila entre o irónico e o fascínio pelo bizarro, sendo por isso, remetidos pelos *media* para o domínio vasto do *fait-divers* ou das histórias de interesse humano, as quais, quando tocadas pelo excesso, descaem facilmente no sensacionalismo. Ora, o sensacionalismo, apesar do seu ar aparentemente transgressor, é, apesar de tudo, uma forma de denunciar a transgressão, desempenhando, por isso, um papel socialmente conservador. Nesse sentido, até alguns dos melhores jornais portugueses continuam a inserir reportagens que dizem respeito à identidade sexual no mesmo caderno onde se referem assuntos tão diversos como as tendências da moda, as pequenas maledicências entre políticos ou as desventuras da família real britânica.

Veremos, assim, como a linguagem jornalística comporta contradições que se cruzam com a própria noção de objectividade. Tentando, por um lado proceder a um discurso factual e adoptando, por outro, o pensamento, a linguagem e o conhecimento do “homem comum”, o estilo jornalístico estrutura a realidade utilizando enunciados, qualificações e silêncios que procuram tipificar a realidade, escondendo o facto de que esses enunciados e qualificações não são neutros mas traduzem lutas simbólicas que têm lugar nos domínios político e social.

Sob o ponto de vista metodológico, afirma-se, desde já, que este trabalho se inclui numa certa visão das ciências sociais que repudia uma concepção cientificista marcada pelo objectivismo estreito e pelo desejo de aplicar os métodos das ciências naturais à vida social. O processo de superação do sujeito solitário, verdadeiro nó gordio de toda a epistemologia tradicional, não tem sido simples. O cientista social olhou durante muito tempo para o universo dos padrões culturais, sob o ponto de vista do investigador solitário, que contempla com objectividade ideal a comunidade que constitui o seu campo de estudo, e rejeita os desvios como se fossem aberrações impossíveis de serem objecto de um tratamento científico.

Nesse sentido, o ponto de vista assumido por esta tese torna-se claro quando nos confrontamos com os grandes dilemas fundadores da sociologia. De um lado, tem-se uma posição subscrita por Durkheim, numa linha que remonta a Comte, a qual pretende explicar e descrever como é que os indivíduos estão associados independentemente das suas concepções e necessidades e, do outro, encontramos uma outra posição assumida por Weber, Simmel e mais tarde, aprofundada, no plano das Ciências Sociais, pela Hermenêutica, Interaccionismo Simbólico e Fenomenologia Social, segundo a qual é preciso perceber a intersubjectividade, os significados mutuamente atribuídos às diferentes acções

dos indivíduos para que possamos compreender as dinâmicas sociais e políticas das comunidades. Este último caminho enfatiza a noção de *verstehen*, graças à qual procuramos compreender o significado atribuído pelo outro às suas acções, em detrimento do *ecklaren* que procura estabelecer leis regulares que, à semelhança das ciências exactas, expliquem os fenómenos humanos.

A linguagem utilizada nas Ciências Sociais está longe de poder ser pensada como inocente, embora esta expressão não deva ser entendida como uma espécie de condenação de algo que devia ser de outro modo. A linguagem utilizada nos processos científicos só se torna ideologia quando se recusa a ser reflexiva. Dito de outro modo, quando se recusa a ver-se a si própria como resultante de uma relação que se não pode considerar desenraizada do próprio mundo da vida. Nesse sentido, recusa-se uma espécie de endeusamento da objectividade, sem a demissão do rigor científico. Ao analisarem-se enunciados para buscar a sua intencionalidade e sobre campos semânticos que remetem para valores ideológicos sabe-se que se fala do interior de uma determinada cultura e de um conjunto de referências políticas e sociais próprias da tradição cultural em que nos inserimos. Porém, sabe-se que, apesar de o processo de atribuição de sentido implicar uma comunhão de saberes, isso não implica que não seja possível o estudo desses enunciados como fenómenos científicos.

Uma nova perspectiva crítica

Sob o ponto de vista da formulação teórica, a abordagem que aqui se propõe não se reduz a mais uma variação sobre a teoria dos efeitos, de que os paradigmas da agulha hipodérmica, do *gatekeeper*, do *newsmaking* ou do *agenda setting* constituem exemplos conhecidos. A análise que se defende deve surgir integrada num modelo teórico mais vasto.

Procura-se, assim, ir mais longe e explicitar os fundamentos sociológicos e filosóficos de uma análise deste teor e efectuar os seguintes percursos:

i) recorrer à Teoria Crítica, à Fenomenologia Social, ao Interaccionismo Simbólico e à Hermenêutica no que respeita ao travejamento teórico que permita sustentar a reflexão a propósito das relações entre a linguagem dos *media* e a compreensão intersubjectiva das realidades social e política.

A Teoria Crítica, em especial, na primeira fase identificada com a Escola de Frankfurt, instaura uma pesquisa inovadora sobre a relação entre cultura, comunicação e o desenvolvimento concreto da modernidade, tendo-se mesmo esboçado, em Adorno e Horkheimer, Marcuse e Benjamin, uma teoria da linguagem, especialmente da que é praticada na indústria cultural, que a relaciona directamente com a questão da racionalidade.

Todavia, as aporias desta escola, enraizadas numa filosofia da história que, nalgumas das suas formulações, implicou um impasse pessimista centrado numa concepção unilateral do devir da Razão, deram origem a sucessivas reflexões teóricas no sentido de se conseguir a superação dos seus contornos demasiado rígidos e totalizantes. Um destes percursos passa pela tentativa da ultrapassagem da visão unilateral da racionalidade, através do diálogo com a hermenêutica, e supõe a consideração das interacções sociais que se desenvolvem no mundo da vida, apelando a uma atenção muito especial à Fenomenologia Social, à tradição pragmatista e ao Interaccionismo Simbólico. O que se pretende é uma análise que tenha em conta as interacções sociais, os processos de socialização e os mecanismos de coordenação das interacções bem como o papel específico da linguagem, nomeadamente da linguagem dos *media*, na constituição da sociabilidade, na perspectiva normativa de defesa de uma sociedade civil aonde o sujeito não seja

reduzido a um mero efeito de poder. Assim, interpela-se o próprio sentido das interações sociais, e das formas de mediação que se exercem a fim de manter a regularidade e a estabilidade sociais, em face dos processos de diferenciação e fragmentação. Tenta-se compreender como essas formas de mediação se repercutem na emergência de espaços públicos que se não reduzam à mera agregação das preferências dadas, originando, pelo contrário, um processo racional de formação de opinião no qual os cidadãos participem activamente na definição de interesses gerais. Recorreu-se ao pensamento que, hoje, tenta estabelecer uma conceitualização teórica no plano da Política que corresponda aos novos desafios que se colocam às sociedades democráticas (Wellmer, Honneth) designadamente no papel da luta pelo reconhecimento. Por outro lado, procurou-se analisar qual o papel desempenhado pela linguagem na constituição da intersubjectividade, recorrendo-se à Hermenêutica, e mais uma vez, a Mead, Schutz e Habermas, na perspectiva de identificação das suas próprias potencialidades críticas e reflexivas. Finalmente, procurou-se estudar o papel da comunicação e da linguagem praticada pelos *media* no estabelecimento de consensos sociais, no desenvolvimento dos processos de interacção e no próprio devir do agir político. Neste caso, tornou-se essencial recorrer aos contributos de Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin, nos quais se vislumbram, apesar das suas caracterizações negativistas, poderosas intuições teóricas relacionadas com o devir concreto dos *media*. Simultaneamente, observou-se a importância dada aos *media* na constituição do agir democrático por uma tradição que incluiu autores como Tocqueville, Dewey, Habermas, Stuart Hall, Ferry e Thompson. O tema da identidade e da fragmentação do espaço público surge como nó orientador fundamental, justamente pelas interpelações e questões que coloca ao próprio devir do espaço público.

Do contributo da Escola de Frankfurt recolheu-se a afirmação de necessidade de um olhar crítico sobre um mundo crescentemente alienado. A Teoria Crítica, de Adorno e Horkheimer, surge como defesa da reflexividade no pensamento, contra a exaltação positivista do facto, juntando o conhecimento científico dos factos sociais à reflexão filosófica (Bernstein, 1994: 18; Therborn, 1994: 68). Assim, tem por ponto de partida não apenas a oposição às patologias sociais mas às formas de pensamento que legitimam as sociedades que ostentam essas patologias.

A Escola de Frankfurt desenvolveu um pensamento crítico da razão, ela própria olhada, já não como um factor de emancipação do homem, mas como uma componente da sua dominação, enquanto integralmente identificada com a racionalidade meio-fins. A relação entre administração e cultura é um tema recorrente, típico do criticismo cultural desta posição teórica que viu, com excepção de Benjamin, na capacidade de conformação da indústria cultural - designadamente no seu populismo intrínseco - uma força ao serviço do triunfo da unidimensionalidade. A diversidade de produtos culturais é apenas aparente e não põe em causa a uniformização da existência individual. “A indústria cultural a tudo imprime o selo da identidade” (Adorno e Horkheimer, 1995: 121).

A reflexão sobre a linguagem e, em especial, sobre a linguagem praticada na indústria cultural, inscreve-se no modelo de análise social que enfatiza a anulação de todas as contradições, em resultado da reificação das estruturas sociais. Desde o pós-guerra, adensa-se em torno da Escola de Frankfurt um pessimismo descrente das possibilidades emancipatórias, o qual se traduz na insistência no universo individual como sendo a única instância possível de exercício da negatividade e de resistência ao universo administrado. Torna-se visível, pese embora a lucidez dos diagnósticos acerca da relação entre totalitarismo e

racionalidade, o avolumar de aporias e de impasses que conduzem a Teoria Crítica à incapacidade de compreender as possibilidades normativas do Estado de Direito e de identificar os eventuais protagonistas do exercício de uma prática de cidadania. Esta evolução é a consequência de uma crença inabalável no devir fatalmente instrumental (e consequentemente totalitário) da racionalidade finalista enquanto desenvolvimento extremado da análise weberiana (Benhabib, 1994: 115-131).

À crítica impressionista feita a partir de critérios elitistas consolidados em volta de uma idealização da *kultur*, os autores da Teoria Crítica acrescentaram um diagnóstico vivo sobre as relações entre uma certa leitura instrumental da racionalidade, a indústria cultural e a linguagem que lhe está associada. O seu principal equívoco foi o de terem identificado essa leitura da razão com a razão no seu todo, deduzindo de uma posição filosófica uma teoria social e da cultura que se afigura como totalizante, pouco atenta às contradições e às possibilidades de transgressão que as sociedades complexas, obviamente, possuem.

“O modo de pensar administrativo”, diz Adorno, “tornou-se o modelo de toda uma forma de pensar que ainda se acredita livre” (Adorno, 1992: 32). No limite, este pensamento redundou numa melancolia expressa em derivas estéticas e religiosas. O que subsiste são algumas intuições de grande fôlego teórico no que respeita à fundamentação filosófica do processo de racionalização e às relações que este estabelece com os diferentes mecanismos de socialização, designadamente a indústria cultural.

Outra tradição teórica, de natureza crítica, mas de especificidades bem definidas, é a de Foucault, especialmente importante pela análise das relações que, minuciosamente, estabelece entre linguagem, poder e dominação. Existe de comum à Escola de Frankfurt e a Foucault uma insistência no caminho da crítica à racionalidade emergente

com o Iluminismo que sugere uma certa convergência de interesses susceptível de ser mobilizada para o estudo do nosso objecto. Simultaneamente, em ambas encontramos resquícios de um certo determinismo que se presente numa certa inutilidade da recusa e da transgressão em face da omnipresença do poder e do sistema (Honneth, 1993: 71; 1997: 153). É aí que tem sentido falar, a propósito de Foucault, no “balanceamento entre o positivismo e a crítica”. Do lado do positivismo, entendido como “contabilidade exaustiva das técnicas de dominação”, encontra-se a rejeição de qualquer possibilidade emancipatória e a desconsideração das potencialidades normativas das pretensões de validade que integram o jogo do poder. Do lado dos que identificam em Foucault uma relativa continuidade com a crítica, haverá a contabilizar a sua filiação explícita nessa tradição, expressa em entrevistas e textos, para além de diversos escritos que evidenciam uma aspiração crítica apenas esboçada, mas firmemente explicitada (Foucault, 1998:4).

A compreensão crítica dos mecanismos linguísticos e da sua importância na socialização e na estruturação da experiência irá passar, ainda, por alguns empreendimentos fundamentais, entre os quais merecem especial realce o Interaccionismo Simbólico, a Fenomenologia e a Hermenêutica.

No que respeita à Hermenêutica, o que dela merece destaque é a tradição que formulou a ideia de *Verstehen* por oposição à de *Eckklaren*. Com a compreensão, Dilthey procurou no fundo conferir um estatuto epistemológico próprio às ciências do espírito respondendo à pergunta acerca da sua possibilidade (Palmer, s/d: 105). Os fenómenos originados pela mente pressupõem um processo de reciprocidade em que cada um compreende a acção de outro porque se entende a si próprio e à experiência vivida de si.

Este tipo de análise não é necessariamente incompatível com uma teoria crítica na medida em que se entenda que a inovação e o questionar das alternativas possíveis para o destino do homem, pressupõem, elas mesmas, uma consciência do mundo a que se pertence. Ao analisar a intercompreensão inerente à “atividade comunicacional”, Habermas considera que a hermenêutica contribuiu para a introdução de um elemento que faltava à análise da linguagem: a historicidade. Todavia, não deixa de alertar para o facto de que, o que se oferece como preexistente e fundado pode tornar-se um contexto de dominação assente na pseudo comunicação (Habermas, 1997 b: 35;68).

Evitando concepções do mundo que parecem sustentar uma hipostasiação da tradição, entendida como lugar de consenso inquestionável, Paul Ricoeur tentou uma resolução dialéctica, sustentando que a hermenêutica e a crítica da ideologia necessitam uma da outra. O projecto de reinterpretação do passado e o projecto utópico da emancipação, quando artificialmente separados, assumem, cada um na sua perspectiva, um carácter ideológico. Por um lado, ao experimentar as interpretações possíveis que lhe permitem perceber a situação em que se encontra, o actor tem de se manter num estado de distanciamento, o que lhe permite rever as suas ilusões e preconceitos. Por outro lado, o interesse pela emancipação tem que recorrer ao legado cultural. O conceito de distanciamento surge, assim, apresentado como “o correlativo dialéctico da pertença” (Ricoeur, s/d: 35-40).

Frente a modelos que reivindicam um “esclarecimento total”, a hermenêutica insurge-se contra a total transparência no uso da razão, defendendo um diálogo do homem no mundo que supõe o exercício de uma racionalidade situada. O abstencionismo e o crescimento do desinteresse, como efeitos perversos de um espaço mediatizado que não tenha em conta a dimensão comunitária da vivência dos cidadãos, são os sintomas de uma situação em que os mecanismos de mediação

não asseguram mais do que a difusão do simulacro de uma verdadeira interacção. A insistência numa ideia de comunidade que não implicasse, por seu lado, um certo distanciamento, tornar-se-ia, nas modernas condições de diferenciação que caracterizam as sociedades complexas, num insuportável contexto de dominação. Baseados no pensamento hermenêutico é possível olhar conceitos como os de democracia, espaço público e opinião pública, articulando-os com os de tradição e comunidade. A noção de cidadão implica um compromisso com a comunidade, a qual já não o deixa, de todo, entregue a uma opinião pública desencarnada. Há uma espécie de pertença constitutiva que só possibilita a afirmação da diferença no interior de um horizonte de reconhecimento garantido pela comunidade: dito de outro modo, é impossível pensar o eu sem uma ideia de nós. A comunidade não adquire a sua condição política a não ser na condição de uma abertura que interdita a ela própria a possibilidade de se fechar em si.

Na Fenomenologia Social, dá-se realce à crença de que o homem não foge à sociabilidade, pois está mergulhado nas regras de conduta que partilha no mundo da interacção quotidiana. Numa releitura do pensamento de Husserl, a Fenomenologia Social introduziu o conceito de atitude natural entendida como forma pela qual os actantes e agentes sociais intervêm no mundo das expectativas quotidianas de uma maneira ingénua e acrítica, recorrendo aos conhecimentos adquiridos na vida prática. Esta atitude implica a existência de dois modos de idealização: a primeira, segundo a qual “assim foi, assim será”, pela qual aquilo que se revelou válido através da experiência permanecerá válido no futuro; e, a segunda, “podemos fazê-lo outra vez”, segundo a qual o que foi susceptível de ser conseguido através de um modo de agir, poderá ser conseguido no futuro através de um modo de agir semelhante (Schutz, 1975: 116).

Nesta perspectiva, a realidade só se pode entender estabilizada na sua identidade, graças à “reciprocidade de expectativas”, de acordo com a qual os actores chegam a um entendimento intersubjectivo em que colocam entre parênteses as suas diferenças de experiências para as considerar como idênticas. Cada uma das pessoas envolvidas lida com a característica de uma dada situação raciocinando como se ela estivesse no lugar da outra pessoa, viveria a situação comum da perspectiva de outrem e vice-versa. De modo mais ou menos ingénuo, acredita-se que aquilo que faz sentido para cada um de nós faz sentido para todos os outros. De modo idêntico, parte-se do princípio que os meus actos dirigidos aos restantes serão entendidos do mesmo modo que os actos dos restantes dirigidos a mim.

Desta forma, “os fenómenos em si são tomados como pressupostos. O ser humano, simplesmente, é considerado um ser social, a língua e outros sistemas de comunicações existem, a vida consciente dos outros é acessível a mim - enfim, posso entender o outro e seus actos e ele pode entender-me e aos meus feitos. E o mesmo é verdade para os chamados objectos sociais e culturais, criados pelo ser humano. São pressupostos e tem o seu significado e modos de ser específicos” (Schutz, 1979: 56). O trabalho de Schutz deixou aberto o caminho para um conjunto de possibilidades no seio da análise dos processos de mediação. A teoria da comunicação na vida quotidiana prolonga-se na análise da importância dos *media* na formação da atitude natural e do conhecimento intersubjectivamente partilhado, levantando questões que são de interesse central, como sejam a da sintonia dos *media* com as regularidades sociais, que constitui um elemento característico da sua discursividade sobre o mundo.

O Interaccionismo Simbólico insere-se numa tradição que relaciona a comunicação com os processos de sociabilidade, abrindo caminho a uma teoria sobre as relações entre a

comunicação e o agir colectivo, designadamente no campo da política. Esta corrente tem por principal objecto a interacção, referida como acção social que se caracteriza por uma orientação imediatamente recíproca. O desenvolvimento do *self* é descrito como resultado das relações que o indivíduo desenvolve com a totalidade dos processos sociais e com os outros indivíduos que estão com ele implicados: “o conteúdo do espírito não é senão produto de uma interacção social.” O indivíduo não se entende a si próprio, a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente envolvidos. A constituição do *Self*, na posição de Mead, pressupõe a consideração de um “outro generalizado”, isto é, a percepção de si enquanto membro de uma equipa ou de uma comunidade (Mead, 1969: 1; 6-7; 152-154; 135). Aponta-se, assim, para uma relação profunda entre o desenvolvimento humano e a vivência comunitária, no qual a comunicação desempenha um papel estruturante: “aprender a ser humano é desenvolver, através do dar e receber da comunicação, o sentido de ser um membro individualmente distinto da comunidade” (Dewey, 1987: 154).

Linguagem e teoria crítica

A formulação crítica de Jürgen Habermas surge, finalmente, como referência essencial onde confluem as inquietações e perplexidades desencadeadas pelas diversas correntes já nomeadas. O pensamento de Habermas posiciona-se entre a crítica da modernidade e a afirmação dessa modernidade como um projecto ainda susceptível de ser cumprido. Esta tensão atravessa todo o seu trabalho, desde as primeiras obras sobre a esfera pública e o positivismo até ao recente desenvolvimento de uma teoria do discurso que tem implícita a aceitação do consenso argumentativamente fundado. A sua relação com a Teoria Crítica

mantém-se no que diz respeito à defesa do projecto moderno e de um conceito de razão que mantenha incólume o interesse emancipatório.

A aproximação entre uma teoria da acção (fundada nas sociologias interpretativas) e a filosofia da linguagem parecem ser o elemento fundamental da obra de Habermas, uma vez que abre o caminho da relevância política e ética das interações sociais levadas a efeito no mundo da vida quotidiana. A insistência na força comunicacional e crítica da linguagem é um elemento essencial no que respeita à definição de um ponto de fuga à exaltação da ordem que se faz sentir na racionalidade do tipo sistémico, já que a linguagem dificilmente nega, unilateralmente, a vocação de reflexividade e de alteridade que persiste, de cada vez, no lugar onde ela própria parecia ter instaurado um novo ponto de fechamento. A obra de Habermas insiste, assim, na força crítica da linguagem em torno da categoria do acordo como modelo de coordenação das interações sociais, e da racionalidade comunicacional como modelo alternativo à racionalidade instrumental. Parte-se da ideia de que um sujeito solitário concebido na filosofia da consciência apenas pode conduzir a uma relação instrumental com o mundo. Pelo contrário, a compreensão do papel da linguagem é a trave mestra de uma teoria que visa identificar uma racionalidade que mantenha o interesse emancipatório, pois o uso da linguagem com vista ao entendimento com outrem é, ao contrário do carácter secundário do uso instrumental, o modo original do seu uso.

A posição de Habermas enfrenta dificuldades que emergem do papel da linguagem, da relação entre liberdade e racionalidade, das noções de consenso, de agir comunicacional e do carácter processualista das suas reflexões éticas e políticas. São numerosos os autores que lhe censuram o formalismo e o processualismo da ética e filosofia política apresentadas nos seus últimos trabalhos.

Com efeito, para além da desconfiança generalizada em relação ao papel da linguagem e à relação, que lhe é atribuída, com o modo de vida emancipado, receia-se que um modelo político meramente processualista semelhante ao proposto por Habermas possa ser acusado de ser incapaz de proceder a uma mobilização dos indivíduos, no sentido de os fazer superar os modelos egocêntricos de vida em que se encontram envolvidos. A insistência na linguagem, ao possibilitar a construção de uma teoria centrada na ideia de um consenso racional fundado argumentativamente num debate onde todos possam participar em condições de igualdade e reciprocidade, gerou a suspeita de uma idealização da política. O corolário seria uma concepção formalista do Estado Constitucional onde o simples respeito pela norma encontrar-se-ia impotente para proceder à mobilização dos cidadãos e poderia, quando muito, conduzir a uma relação instrumental com o Outro em que os sujeitos se demitem da sua cidadania para recorrer a instâncias judiciais a fim de fazerem valer os seus direitos (Taylor, 1992: 112-113). A resposta passa, decerto, pela fundação de uma comunidade política onde vigore o agir moderno.

Porém, a mobilização dos cidadãos para esta prática democrática tem que se apoiar em algo mais do que em princípios que dizem respeito à racionalidade. Assim carece da existência de um objectivo democrático comum que mobilize a sociedade política. Todavia, também carece dos princípios que permitem a organização do discurso de uma forma que impeça a vivência comunitária de escapar à sua própria reflexividade, condição para uma vivência política moderna e um agir livre.

No que respeita, finalmente, ao devir concreto dos *media*, importa ter em especial atenção um conjunto de estudos feitos na área do jornalismo e que assumem as noções de «tipificação» e de «construção social da realidade», na perspectiva dos compromissos sociais e dos consensos. Nesse

plano, os *media* em geral, e o jornalismo informativo em particular, devem ser pensados no âmbito mais vasto de uma reflexão sobre a cultura e as relações com a sociedade: a cultura é claramente produzida com vista ao estabelecimento de um significado que imponha a ordem no mundo.

Ao tomar-se a comunicação como o nó gordio de uma interpelação sobre as questões do controlo social, pretende-se, afinal, descobrir acima de tudo, que tipo de interacção existe entre os públicos e os *media* e entre os membros do público entre si, designadamente no que respeita à articulação entre vivência pessoal e cidadania colectiva. Feito o diagnóstico do percurso empreendido pela imprensa de massa, o caminho passa por demonstrar a pluralidade de racionalidades que se cruzam no seio da indústria mediática e que, como tal, não permitem que se considere estar diante de um processo definitivo de fechamento, confrontando-nos por isso com opções éticas e políticas que não permitem respostas definitivas para as transformações estruturais que se verificam no espaço público. De um lado, verifica-se a concentração da propriedade, o aumento da desigualdade no acesso à informação, a generalização do *infotainment*. Por outro lado, surgem as potencialidades desencadeadas pela generalização do uso de meios de comunicação personalizados e a consequente possibilidade de proliferação de articulações complexas de canais horizontais e verticais entre grupos, indivíduos e instâncias de poder.

O que se ambiciona é, no plano da indústria mediática, a tentativa de pensar formas alternativas de comunicação que privilegiem uma relação dinâmica com os públicos, aberta à crítica e à partilha de saberes, ao confronto de opiniões e de argumentos, à pluralidade de discursos, por oposição ao paradigma constituído pela comunicação de massa. No caso particular da produção de informação, espera-se perscrutar, nesta análise, traços distintivos das novas formas de mediação que passem pela recusa da inércia social e da

Sociedade e Comunicação: Estudos sobre Jornalismo e Identidades

uniformização das atitudes. Estes traços distintivos poderão, eventualmente, implicar a formação, enfim, de uma opinião pública que tenha em conta as diversas instâncias críticas de legitimação das acções e enunciados produzidos pelos diferentes poderes, no decurso da intervenção cada vez mais diversificada dos movimentos sociais no interior de sociedades que se caracterizam pela pluralidade de valores e visões da vida.

BIBLIOGRAFIA

Adoni, Hannah e Mane, Sherryl (1984), «Media and the social construction of reality: toward an integration of theory and research», in *Communication Research*, Vol. 11, nº 3, Beverly Hills, Sage.

Adorno, Theodor W. (1992), *Dialéctique négative*, Paris Payot.

Adorno, Theodor W. Adorno e Horkheimer, Max (1995), *Dialectic of enlightenment*, London, Verso.

Benhabib, Seyla (1994), «Modernity and the aporias of critical theory», in Jay Bernstein, (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, London, Routledge.

Berger, Peter e Luckmann, Thomas (1973), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.

Bernstein, Jay (1994) «Critical theory - the very idea» in Jay Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, London, Routledge.

Best, Steven e Kellner, Douglas (1998), “Watching television: limitations of post-modernism” in *Science as Culture*, n 4, London.

Bourdieu, Pierre, (1982), *Ce que parler veut dire*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

Dewey, John (1987), *The public and its problems*, Hathens, Swallow Press e Ohio University Press.

Féry, Jean-Marc (1995), «Quelle théorie critique des média aujourd’hui?» in Guy Harscher e Boris Libois (Eds.), *Les media entre Droit et pouvoir - redéfinir la liberté de la presse*, Bruxelles, Ed. Université de Bruxelles.

Foucault, Michel (1971) *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1977), *Vigiar e punir - história da violência nas prisões*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

Foucault, Michel (1994), *História da sexualidade, a vontade de saber*, Vol. I, Lisboa, Relógio d'Água.

Foucault, Michel (1984) «What is enlightenment?», in Paul Rabinow (Ed.), *Foucault reader*, New York, Pantheon.

Foucault, Michel (1998) “The art of telling the true” in Michael Kelly (Ed.), *Critique and power - Recasting the Foucault Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Foucault, Michel (1998), «Two lectures», in M. Kelly (Ed.), *Critique and power - recasting the Foucault Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta.

Gitlin, Todd (1995), *Twilight of common dreams: why America is wrecked by culture wars*, New York, Metropolitan.

Gurwitsch, Aaron Gurwitsch (1975), “Introduction”, in Alfred Schutz, *Collected Papers*, Vol. III, Hague, Martinus Nijhoff.

Habermas, Jünger (1987 a), *Técnica e ciência como “ideologia”*, Lisboa, Edições 70.

Habermas, Jünger (1987 b) «A pretensão de universalidade da hermenêutica» in Jünger Habermas, *Dialéctica e hermenêutica: para uma crítica da hermenêutica de Gadamer*, Porto Alegre, L&PM.

Habermas, Jünger (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press

Honneth, Axel (1993), «Foucault e Adorno, duas formas de crítica da modernidade», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, in M. Foucault: *uma analítica da experiência*, Lisboa, Edições Cosmos.

Honneth, Axel (1997) *The critique of power - reflexive stages in a critical social theory*, Cambridge, MIT Press.

Luhmann, Niklas (1992), *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.

Mead, George-Herbert (1969), *Mind, self and society*, Chicago, The Chicago University Press.

Noel-Neumann, Elizabeth (1995), *La espiral del silencio - opinión pública: nuestra piel social*, Barcelona, Paidós.
Palmer, Richard (s/d), *Hermenêutica*, Lisboa, Edições 70.
Ricoeur, Paul (s/d), *Do Texto à acção*, Porto, Rés Editora.
Saperas, Enric (1993), *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA.

Schutz, Alfred (1975), «Some structures of the life-world'», in *Collected papers* Vol. III, Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1979) «Bases da fenomenologia» in Helmut Wagner, *Fenomenologia e Relações Sociais – Antologia de Textos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Strydom, Piet (1999), “Triple contingency, the theoretical problem of the public in communication societies”, in *Philosophy and Social Criticism*, Vol. 25, n 2, London, Thousand Oaks and New Delhi, Sage, 1999.

Therborn, Göran (1994) «The Frankfurt School» in Jay Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School*, vol. I, London, Routledge.

Tuchman, Gaye (1978), *Making news - a study in the construction of reality*, New York, Free Press.

Taylor, Charles (1992), *The ethics of authenticity*, Cambridge e London, Harvard University Press.

COMUNICAÇÃO E DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

A intenção desta análise é a de compreender, em Habermas, o fundamento comunicacional das instituições políticas. Nesse sentido, identifica-se o caminho do autor desde a emergência do espaço público até ao regresso às questões relacionadas com a organização do Estado de Direito. O último item pretende levantar a seguinte questão: qual o verdadeiro papel deixado aos meios de comunicação na dinamização da cidadania?

A proposta de Habermas relativa ao fundamento comunicacional da Ética e da Política já se encontrava nas suas reflexões sobre a opinião pública, explicitada em textos marcadamente políticos e de cariz fundamentalmente sociológico de entre os quais o exemplo mais conhecido é *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1982). Aí, Habermas teorizava a existência de um espaço público informal onde a) todos os cidadãos dotados de razão podiam participar, desde que motivados pela força do melhor argumento; b) todos os temas eram susceptíveis de discussão.

Desde essa obra, Habermas seguiu uma deriva de natureza antropológica e filosófica centrada na pragmática da comunicação e na reconstrução das condições universais de compreensão mútua. A aproximação entre uma teoria da acção e a filosofia da linguagem abriu o caminho da relevância política e ética das interacções sociais no mundo da vida quotidiana. Qualquer pessoa que aja segundo uma atitude comunicativa deve, ao efectuar qualquer acto de fala, apresentar pretensões de validade que digam respeito a: a) à inteligibilidade da enunciação, de forma que tanto ela como

o ouvinte possam compreender-se acerca do que dizem; b) à verdade acerca do estado de coisas no mundo objectivo; c) à sinceridade das locuções apresentadas que exprimem os sentimentos incluídos no mundo subjectivo, de tal forma que os ouvintes possam considerar o seu discurso credível; d) à adequação às normas e valores permanentes de modo a que ouvinte e falante possam concordar mutuamente sobre uma base normativa reconhecida. O falante pretende ser reconhecido como inteligível, verdadeiro, sincero e possuidor de intenções normativas reconhecidas (cfr. Habermas, 2002: 12).

Os elementos essenciais da obra de Habermas passaram, assim, a insistir na força crítica da linguagem em torno da categoria do acordo como modelo de coordenação das interacções sociais, e da racionalidade comunicacional enquanto modelo alternativo à racionalidade instrumental (cfr. Habermas, 1987:57-58). Um sujeito solitário concebido na filosofia da consciência apenas pode conduzir a uma relação instrumental com o mundo. A compreensão do papel da linguagem é a trave mestra de uma teoria que visa identificar uma racionalidade que mantenha o interesse emancipatório, pois o uso da linguagem com vista ao entendimento com outrem é, ao contrário do carácter secundário do uso instrumental, o modo original do seu uso.

A comunicação surge como fundamento das condições de possibilidade do agir justo o qual parece irremediavelmente correlacionado com o desenvolvimento crescente das capacidades comunicativas. Afirmam-se como elementos estruturantes desta teoria o carácter dialógico da razão, a consideração dos actores sociais como agentes capazes de emitirem pretensões de validade referentes aos diferentes mundos com que se relacionam, e o consenso racionalmente fundado, de natureza normativa e contrafactual, obtido através da troca dialógica de argumentos entre actantes que suspenham os seus interesses pessoais e estatuto social, como

Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões

forma de fundamentação da norma ética (cfr. Rehg in Habermas, 1996: xv).

O consenso ganha uma dimensão normativa e crítica, postulando como condições da sua realização e do seu próprio conteúdo a ausência de coerção, o estabelecimento de condições igualitárias para o debate e para a comunicação pública e o reconhecimento mútuo das pretensões de validade apresentadas pelos agentes sociais. O novo paradigma da racionalidade não é substantivo mas discursivo: tematiza não o conteúdo, mas a forma dos procedimentos argumentativos.

Toda esta argumentação decorre num pano de fundo antropológico onde se adopta a diferença entre acção estratégica e acção comunicativa, a partir da dualidade entre trabalho e interacção (cfr. Habermas, 1987: 144).

Neste registo, processa-se o afastamento de um fundamento histórico específico para a realidade da vida democrática em detrimento da afirmação trans-histórica de um mundo da vida, instância onde se encontrariam as alternativas ao dinheiro e ao poder enquanto *media* que asseguram a integração sistémica.

Ao omitir as componentes sociológicas, históricas e culturais que caracterizavam o seu trabalho anterior (1982), Habermas estilizou o agir comunicacional de uma forma idealista articulando-o cada vez mais com a própria evolução da espécie e da sociabilidade em geral. Antes, o projecto inacabado da modernidade era descrito como uma falência do universalismo burguês. Com a Teoria do Agir Comunicacional (1987) passa a ser relacionado com a obtenção de níveis individuais e colectivos superiores de competência comunicativa. Onde, dantes, a distorção dos padrões comunicacionais era localizada no passado histórico de indivíduos e comunidades, passa a ser vista como estando enraizada na incapacidade dos indivíduos e das comunidades para adquirirem condições que lhe permitam alcançar

um novo estádio (cfr. Benhabib, 1994). No plano da pragmática, o discurso surge associado a um processo de suspensão de todos os constrangimentos, com exceção da força do melhor argumento. Ele oferece uma forma de comunicação que transcende as formas concretas de vida, pela qual as pressuposições de uma acção orientada para a comunicação são generalizadas, abstraídas e ampliadas, no sentido do seu alargamento a uma comunidade de comunicação inclusa de todos os sujeitos dotados da capacidade da linguagem e da acção.

Transposto tal ponto de vista para a ética discursiva, uma norma de acção só tem validade se todos os possíveis afectados por ela chegarem a um acordo racionalmente motivado no sentido de que ela seja posta em prática. Nesse sentido, “somente podem pretender ter validade aquelas normas capazes de obter o assentimento acerca da validade por parte dessa norma de todos os indivíduos envolvidos como participantes do discurso prático”(Habermas, 1999-b: 16). O imperativo categórico é substituído por uma regra de universalização, “U”, isto é, uma regra de argumentação que se traduz no seguinte: uma norma ética é válida quando puderem ser aceites consensualmente, sem coacção, todas as consequências que advirão para os interesses concretos dos indivíduos que pautarem o seu interesse por ela. Este assentimento tem de pressupor a exclusão de toda a força que não seja aquela que resulte do melhor argumento, neutralizando-se qualquer motivo que não seja o da busca cooperativa da verdade e da adequação normativa. Assim, “o consenso que se procura no plano discursivo depende, por um lado, do “sim” ou “não” insubstituíveis de cada indivíduo e, por outro, da superação da sua perspectiva egocêntrica. Qualquer anuência efectivamente obtida não pode ser, na verdade, universal, se a liberdade individual ilimitada, que permite a tomada de posição em relação a pretensões de validade passíveis de crítica, não for uma

Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões

realidade. Sem a empatia solidária que permite a cada indivíduo projectar-se nos outros não se poderá chegar a uma solução passível de anuência geral. O método de formação discursiva da vontade contempla a estreita relação entre ambos os aspectos - entre a autonomia dos indivíduos inalienáveis e a sua inserção em formas de vida partilhadas intersubjectivamente”(Habermas, 1999 -b: 22). Racionalidade significa uma forma de lidar com as pretensões intersubjectivas de validade de todo o género e manifesta-se nas práticas da deliberação, argumentação e crítica. O ponto de vista da generalidade dos modelos que enfatizam a discursividade implica uma capacidade da parte de todos os participantes para se colocarem no lugar de outros e entenderem a sua perspectiva. Esta pretensão, que está imbricada no próprio diálogo, pode ser muitas das vezes violada. Porém, é o padrão de aferição dos acordos que obtemos no mundo da vida. É nesse sentido que Habermas entende que nos nossos dias as razões últimas não têm qualquer poder de legitimação: “Só têm hoje um poder de legitimação as regras e pressupostos da comunicação que permitem distinguir uma unanimidade ou um acordo entre homens livres e iguais dum consenso extorquido ou contingente”(Habermas, s/d: 265).

Neste percurso, adivinhava-se que a reconstrução das condições universais de compreensão mútua tinham de migrar desde o plano antropológico e filosófico para o domínio do funcionamento das instituições do Estado de Direito.

O regresso do Estado

Habermas, mais recentemente (1996; 1999), transpôs de modo mais explícito as questões filosóficas e antropológicas que defendera na Teoria do Agir Comunicacional para o plano do funcionamento do Estado de Direito, procurando responder ao problema da legitimidade da lei e articulando-

a com o modo de deliberação democrática. Procura, assim, pensar as modernas normas legais como tendo uma base racional que torna possível às pessoas aceitá-las como legítimas e merecedoras de obediência (cfr. Rehg, in Habermas 1996: xv). Tendo em conta a fragmentação de valores visível na sociedade contemporânea, a questão que se coloca é, mais uma vez, desta feita no plano da deliberação política, o das condições processuais de formação de um consenso a obter livremente e o alcance da maior igualdade participativa a propósito das regras de repartição dos bens sociais. Recorre-se a uma concepção de Estado de Direito em que se considere que os indivíduos possam racionalmente assentar na existência de constrangimentos de natureza legal, desde que a própria lei assegure a autonomia dos que estão a ela sujeitos. As leis que regulam a actividade institucional do Estado são, pelo menos parcialmente, legitimadas pelas práticas discursivas racionais dos seus destinatários e representantes, implicando mecanismos de formação de vontade e da opinião pública, que emergem do espaço público como instância autónoma de dinamização da sociedade civil. A lei é vista como o mecanismo que autoriza e possibilita a transformação do poder comunicativo em poder administrativo, desde que integre o assentimento racional formado pelo debate livre nas instâncias de formação de opinião. Há assim uma tentativa para transferir uma concepção processualista da ética para a política democrática, reconhecendo que esta se encontra, por um lado, sujeita a mecanismos burocráticos de decisão que escapam ao controlo democrático mas, por outro, à força dos ideais democráticos de deliberação assumidos pelos destinatários como participantes comprometidos num exercício de cidadania. Este enfoque reflecte a preocupação dos cidadãos no processo democrático tenha um conteúdo racional, fazendo, por exemplo, com que o voto não se reduza a um simples agregação de preferências mas um processo

Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões

de interação reflexiva e de formação de opinião em que os cidadãos fiquem informados acerca dos melhores argumentos e dos interesses gerais (cfr. Rehg in Habermas, 1996: ix). Por outro lado, desde esta perspectiva, a esfera pública, entendida como uma rede de comunicação e de informação e de trocas de pontos de vista surge como uma esfera de identificação, detecção e tematização de problemas, cuja influência se deve continuar a reflectir no posterior tratamento das questões que, seguidamente, tem lugar no interior do sistema político (cfr. Habermas, 1996: 359). Ora, uma tal concepção relaciona de forma muito evidente a questão da justiça com as condições de comunicação política nas nossas sociedades. A existência da justiça política dependerá das condições oferecidas a cada um, enquanto cidadão, de defender os seus pontos de vista com consequências práticas quer sobre a opinião pública quer sobre as normas de acção política (cfr. Ferry, 2002: 101).

A insistência numa teoria centrada na ideia de um consenso racional gerou a suspeita de uma idealização da política. O corolário deste percurso foi ou seria uma concepção formalista do Estado Constitucional onde o simples respeito pela norma encontrar-se-ia impotente para proceder à mobilização dos cidadãos.

As idealizações necessárias

Apesar de tudo, importa restringir este raciocínio. Contra as sucessivas críticas que fazem atribuir a Habermas a adopção de um ponto de vista idealista e carente de concretização, Ferry adopta uma curiosa defesa das idealizações necessárias, retomando o argumento segundo o qual sem assumir tais idealizações seria impossível a busca de um entendimento com alguém a propósito do que quer que fosse. Nesta medida, desenvolve a ideia engenhosa segundo a qual se é verdade que não existe comunicação

ideal e transparente não é menos verdade que é possível existir um ideal de comunicação. Sem ideal de comunicação não existiria crítica e qualquer pretensão normativo morreria às mãos de um “excesso de realidade” (cfr. Ferry, 2002:30)

Uma versão “forte” das idealizações necessárias à intercompreensão suscitaria a ideia de uma comunidade ideal de comunicação imaginada como uma simples ideia reguladora que não corresponde a nada de real existente sobre a terra. Seríamos obrigados a tender para um ideal cuja realização significaria o fim da história (Wellmer apud Ferry, 2002: 32). Só no fim da história se realiza o fim da diferença absoluta e a completa transparência comunicacional.

Porém, é possível defender um certo grau de idealização numa versão débil. Esta não implica a referência a uma comunidade ideal de comunicação nem a uma transparência absoluta mas antes a um nível de reconstrução das pressuposições pragmáticas do discurso e das condições universais de possível compreensão mútua. Com a rejeição simultânea do idealismo universalista e da hipostasiação do diferendo e da diferença, julga-se poder introduzir o pluralismo sem negar a possibilidade de compreensão entre os diversos contextualismos e os seus específicos jogos de linguagem.

Apesar dos numerosos mal entendidos, recriminações e criticismos que acompanham Habermas também, na sua obra, se pode vislumbrar uma diferença em relação a uma concepção forte de universalismo metafísico subscrita por Apel em torno da sua comunidade ideal de fala. Habermas afirma que o seu discurso ético é aberto ao pluralismo de valores, requerendo acordo apenas acerca dos princípios que informam o próprio discurso. Ou seja, como não é mais possível sob o ponto de vista teórico defender a validade das razões últimas, são as condições formais de justificação que adquirem elas mesmas um poder de legitimação.

Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões

Vista deste modo, a questão da justiça política implica um certo cepticismo em relação às nossas capacidades de compreensão. Seguindo este raciocínio importa despir a ousada tentativa de compreender absolutamente o Outro. A compreensão absoluta pode traduzir-se numa obsessão panóptica, se tentarmos desvendar o outro de um modo de tal maneira escrutinador que violemos, de forma insuperável, a margem de incomunicabilidade que qualquer identidade comporta. Mas a compreensão absoluta também pode traduzir-se num oposto simétrico à atitude que acabamos de descrever. Pode-se hipostasiar de tal forma a alteridade, que não lhe possamos tocar: nomeá-la já é trai-la e mistificá-la porque só a alteridade se pode nomear a si própria. Evitar o primeiro caminho, uma vez rejeitado o segundo que conduz à intradutibilidade e à hipostasiação absoluta da diferença, implica duas possibilidades: a primeira consiste em rejeitar a fundamentação última da razão, negando à filosofia a possibilidade de um acesso privilegiado à verdade. Reconhece-lhe a capacidade de ajudar a esclarecer o sentido implícito às práticas quotidianas, permitindo ajudar a detectar a racionalidade impalpável que habita essa prática. Porém, nega-lhe o monopólio desta tarefa já que as suas reconstruções nesta matéria, mais do que serem objecto de uma apreciação praticada por uma comunidade de sábios se jogam sobretudo numa hermenêutica quotidiana implícita à vivência comunitária.

Num segundo momento, avalia-se a responsabilidade recíproca que está implícita ao agir comunicacional não como pertencendo à ordem da modalidade cognitiva empírica mas à ordem da convenção. A responsabilidade recíproca já não é imputada como uma categoria ontológica. Antes é reconhecida como uma convenção semelhante à presunção de inocência que acompanha os arguidos até prova em contrário. O agente social, tal como o arguido não é necessariamente inocente, não é necessariamente responsável; mas

tal como arguido é presumido como inocente, o agente social é presumido como responsável. Com este acordo já não é necessário falar de um conhecimento absoluto e geral mas antes de um reconhecimento: ambos falam do mesmo tema e ambos são reconhecidos reciprocamente como interlocutores que argumentam com o recurso a razões válidas. A compreensão já não implica a apreensão psíquica dos motivos profundos do motivos interlocutor (a sua boa ou má fé, os interesses estratégicos que acompanham as suas pretensões) mas apenas a consideração da força ilocutória dos seus argumentos (cfr. Ferry, 2002: 39-45). As pressuposições pragmáticas de comunicação no seio do mundo da vida deixam de poder ser consideradas idealizações fortes que assumem a carga metafísica de ideias reguladoras como sejam o conhecimento absoluto, a perfeição moral ou a absoluta transparência comunicacional.

Com estas duas aproximações torna-se razoavelmente claro que não podemos *querer compreender absolutamente*, mas sim *compreender o melhor possível*. Seguindo esta via - a de um universalismo mitigado que se não fascina pela verdade absoluta nem se confina a um contexto hipostasiado - é possível continuar a defender a existência de um projecto comunicacional para além da diferença absoluta e do universalismo nivelador. Neste sentido, a aplicação à democracia - como regime que fundamenta na comunicação bem sucedida a possibilidade da justiça política - passa a conter um elemento ideal - a abertura a toda a diferença legítima - e um elemento formal: a legitimidade é o respeito pelas regras deste jogo em que se presume como uma condição *a priori* o cumprimento de normas processuais que traduzem a aceitação de um compromisso intersubjectivamente assumido sobre o modo como o debate deve estar organizado.

A “*realidade dos mass media*”

O problema deste difícil equilíbrio entre a realidade e a idealização torna-se mais evidente nos *mass media*. Para que a democracia não seja um mero regime processualista de escolha de elites é necessário garantir a circulação de comunicação e de informação vinculada às estruturas comunicativas do mundo da vida e traduzindo as pretensões de validade que permitem a formação de uma opinião pública racional. A justiça depende de uma liberdade de comunicação que se traduz na possibilidade de inscrever um tema de discussão na ordem do dia da agenda pública.

Têm sido invocados vários motivos para suspeitar dessa possibilidade da parte dos *media*, se atendermos, de forma absolutamente “ortodoxa” e seguidista os pressupostos de Habermas.

1. Os meios de comunicação tradicional e mesmo os novos meios foram incubados - nas suas formas actuais e conhecidas - em ambientes sistémicos onde os *media* reguladores predominantes são o poder e o dinheiro.
2. Os meios de comunicação social pela sua natureza industrial motivada por uma racionalidade económica afastam-se da vocação intercompreensiva do mundo da vida. Este afastamento traduz-se nalguns aspectos facilmente reconhecíveis: a) a abertura ao mundo da vida implica o reconhecimento da memória. Os *media* actuais vivem na ânsia da instantaneidade; b) o mundo da vida implica a reflexividade e a distância. Os *media* apelam cada vez mais à “participação” e ao envolvimento emocional de um modo que implica a generalização do espectáculo; c) é difícil sustentar que o uso estratégico da linguagem nos meios de comunicação de massa seja completamente secundário.
3. Em terceiro lugar, a função de agendamento está largamente confiscada pelos políticos e pelos jorna-

listas dos grandes meios de comunicação social. “A opinião pública forma-se em larga medida no interior dos limites de uma selecção prévia dos temas de atenção pública” (Ferry, 2002:102). De acordo com este raciocínio faz sentido falar dos mecanismos censurantes que se exercem não sobre a comunicação mas com origem na própria comunicação (cfr. Rodrigues, 1985) admitindo a existência de um problema novo: o da liberdade frente à autonomização do poder mediático.

4. Apesar destes reparos é-nos difícil reconhecer, todavia, o aprisionamento da indústria cultural numa mesmidade absoluta. A insistência habermasiana nas condições de realização da intercompreensão é compreensível sob o ponto de vista quer da intenção normativa quer do ponto de vista da construção de um modelo realista de justiça política. Porém, a omissão do diferendo em detrimento do consenso acarreta uma consequência: as idealizações necessárias retêm uma força ontológica e cognitiva que parece persistir ainda que à revelia da intenção do autor. Ora os meios de comunicação social, mesmo nas actuais condições de ausência de regulação, transportam consigo uma pluralidade de visões do mundo, cujo potencial gerador e improbabilidade e de incerteza não pode ser minimizado. As condições sociológicas de vivência da modernidade tardia possibilitam -sem trair a defesa de um universalismo moderno - o diferendo como contraponto dialéctico de um consenso necessário mas que corre, muitas vezes, o risco de se identificar com uma certa exaltação do “bom senso democrático”. Esta revitalização do diferendo abre a oportunidade para intuir a pluralidade de racionalidades que se cruzam no seio da indústria mediática. A revitalização desta figura subvalorizada no agir comunicacional pode

finalmente implicar a formação de uma opinião pública que tenha em conta as diversas instâncias críticas de legitimação das acções e enunciados produzidos pelos diferentes poderes, no decurso da intervenção cada vez mais diversificada dos movimentos sociais no interior de sociedades que se caracterizam pela pluralidade de valores e visões da vida. Apesar das suas insuperáveis contradições o processo de fragmentação cultural dos quais os *media* são parcialmente responsáveis pode ser visto, sobretudo, como um ponto de partida para uma nova reflexão crítica aberta à pluralidade. Recorrendo aos ensinamentos de Gramsci (1977) podemos proceder a uma reanálise da dimensão comunicacional da luta política, tendo como arena a sociedade civil. Juntamente com Walter Benjamin (1987), podemos rever de forma crítica as consequências que os *media* transportam em termos de transformação das condições sociais de visibilidade. Assim, o pluralismo cultural induzido, de forma contraditória e ambígua, pelos *media* pode gerar a oportunidade para criar e pensar novos direitos que se traduzam numa relação mais directa com a vida quotidiana, que se traduzam em formas novas de cidadania.

A luta por contextos de comunicação livres de constrangimento continua a ser a única chave para uma articulação democrática entre o consenso - igualitário e universalista - e o diferendo, identitário e fragmentário. Nesse sentido, é possível pensar com Habermas contra Habermas desde que o consenso não signifique a obliteração do seu correlato - o diferendo - e desde que as condições universais de compreensão mútua sejam entendidas não apenas como uma pressuposição da sociabilidade, mas como uma pressuposição pela qual vale a pena defender uma *praxis* concreta no sentido da sua revitalização: ou seja algo pelo qual se tem de lutar quotidianamente.

BIBLIOGRAFIA

Benhabib, Seyla (1994), “Modernity and the aporias of critical theory” in Bernstein, Jay, ed., (1994), *The Frankfurt School*, Vol. I. London, Routledge, 1994.

Benjamin, Walter (1987), “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” in Benjamin, Walter (1987), *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense.

Ferry, Jean-Marc (2000), *Filosofia da comunicação*, Lisboa, Fenda, 2000 (Orig: Philosophie de la communication, 1994).

Gramsci, António (1977), *Quarderni del carcere*, Vol. III, Torimo, Einaudi.

Habermas, Jürgen (1982), *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. (Orig: Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962).

Habermas, Jürgen (1987), *Ciência e técnica como “ideologia”*, Lisboa, Edições 70. (Orig: Technik und vissenchaft als ideologie, 1968).

Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l’agir communicationnel*, 2 vols., Paris, Fayard. (Orig: Theorie des kommunikativen handelns, 1982-3).

Habermas, Jürgen(1999), *Direito e Moral*, Lisboa, Piaget, 1999 (Orig: Recht und Moral, 1986).

Habermas, Jürgen, 1999-b) *Comentários à ética do discurso*, Lisboa, Piaget. (Orig: Erläuterungen zur Diskursethik, 1991).

Habermas, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press, 1996 (Orig: Faktizität und Feltung. Beitragë zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstass, 1992).

Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões

Habermas, Jürgen (2002), *Racionalidade e comunicação*, Lisboa, Edições 70 (Orig: On the Pragmatics of Communication, 1996).

Rehg, William, “Translator’s Introduction” in Habermas, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press, 1996 (Orig: Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstass, 1992).

Rodrigues, Adriano Duarte (1985), “Figuras das máquinas censurantes modernas” in *Revista de Comunicação e Linguagens* n° 1, *As Máquinas censurantes modernas*, Porto, Afrontamento.

A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: NOVOS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

Introdução

Recentemente, assistimos a uma verdadeira transformação estrutural do Espaço Público seja no seu entendimento mais lato, enquanto espaço de visibilidade pública; seja no seu entendimento normativo, como instância de comunicação política aonde é colocada a questão da legitimidade do poder e onde se verifica um debate com vista à produção da deliberação colectiva. Esta transformação estrutural manifesta-se através segmentação dos fenómenos de produção e recepção. Para tal contribuem as “Novas Tecnologia Multimédia”, a Internet, a Televisão por cabo e satélite, a regionalização dos *media* de massa e a emergência dos fenómenos identitários através da tensão entre o global e o local - uma tensão que percorre transversalmente os domínios da cultura, dos *media*, da economia e da política. Num contexto de mediatização generalizada: muitas das identidades emergentes, dos respectivos imaginários e visões do mundo dependem da presença de meios de comunicação.

Tal problema urge ser abordado, sob um ponto de vista que atribua ao Estado modelos de organização e de observação de procedimentos que permitam uma deliberação verdadeiramente democrática fundada na garantia do debate entre os vários interesses legítimos. O facto de esta ser uma posição “contrafactual”, exercida no plano de um confronto entre os factos e as normas, não constitui, a nosso ver, um óbice, na exacta medida em que entendemos que a pura observação da realidade só existe no plano de uma sociologia positivista estreita e de um entendimento impotente da Teoria Política e do Direito.

A fragmentação do espaço público

Hoje, o espaço público, entendido no seu sentido mais lato enquanto espaço de visibilidade pública, encontra-se sujeito a tensões fragmentárias. Entre os factores sociais que mais têm contribuído para esta tendência destacam-se o actual sistema de consumo e, em particular, os modernos dispositivos tecnológicos de mediação.

A diferenciação cultural - traço mais vincado desta mudança estrutural - está ligada a fenómenos extraordinariamente diversos como sejam as pressões do mercado com vista à emergência de novos segmentos de consumidores, aos fluxos migratórios europeus, às alterações de costumes e do estatuto da mulher, ao aumento da mobilidade, à relativização dos Estados-Nação, à ênfase das diferenças identitárias em torno de temas como a religião, a região, o género ou o ambiente, à especialização dos mercados e ao aparecimento de uma nova forma de tecnologia relacionada com a produção de informação e de conhecimento.

Pelo seu vigor e capacidade de síntese não resistimos a recorrer a esta citação de Castells: “as mudanças sociais são tão grandiosas como os processos de transformação tecnológicos e económicos. Apesar de todas as dificuldades no processo de transformação da condição feminina, o patriarcado foi atacado e abalado em muitas sociedades. Assim, as relações de género tornaram-se na maior parte do mundo, num domínio de disputas em vez de uma esfera de reprodução cultural. Há uma importante redefinição das relações entre as mulheres, homens e crianças e, consequentemente, da família, da sexualidade e da personalidade. A consciência ambiental penetrou as instituições da sociedade e os seus valores tornaram-se politicamente apelativos foi o de passarem a ser usados e manipulados na prática diária das empresas e das burocracias. Os sistemas políticos estão mergulhados numa crise estrutural de legitimidade, perio-

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

dicamente arrasados por escândalos, dependentes dos *media* e da liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com um objectivo único e efémeros, ora fechados nos seus mundos interiores ora brilhando por um instante em torno de um símbolo dos *media*. Num mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, éticas, territoriais e nacionais. O fundamentalismo religioso, cristão, islâmico, judeu, hindu e até budista (o que parece ser um contra senso) é provavelmente a maior força de segurança pessoal e mobilização colectiva nestes anos conturbados” (Castells, 2002: 3). Regiões, classes e subclasses, culturas e subculturas, grupos de interesse e minorias associativas são objecto de uma recomposição crescente. O espírito do tempo, particularmente no que diz respeito às formas tradicionais de socialização e de construção da identidade faz ecoar na memória uma velha frase de Marx: “Tudo o que é sólido se dissolve no ar. “

Grande parte destas transformações surgem associadas aos *mass media*. A globalização desvalorizou as identidades baseadas em papéis sociais em detrimento crescente de identidades baseadas em pertenças culturais. Logo, os *media* emergem mais fortes na sua ligação quase estruturante com a definição dos territórios simbólicos que permitem a formulação destes novos tipos de afirmação identitária (Touraine, 1998:51).

As reacções à fragmentação do espaço público

O problema que estes fenómenos contraditórios suscitam é de natureza ético-política seja quanto ao estatuto a conferir ao Estado seja no que respeita as possibilidades desse mesmo Estado intervir na regulação de uma instância decisiva para a formulação do problema: os *mass media* e, especialmente,

a produção jornalística. Perante a multiplicidade de pretensões de validade que se apresentam num espaço público de natureza democrática como é possível assegurar uma regulação colectiva que não se traduza na crise dos sistemas de mediação e de representação (problema da governabilidade) nem ao invés, numa concepção de cidadania meramente centrada na rotação das elites (problema da participação)? A resposta a este problema, ou melhor às duas dimensões do problema, implica uma tomada de posição a dois níveis: a) a relação do Estado com a pluralidade das diferenças legítimas; b) uma inquirição sobre o papel dos *mass media*, pois o espaço público contemporâneo é mediatizado em larga escala e os *media* desempenham um papel fundamental na representação dos interesses contraditórios.

Uma primeira reacção encara este fenómeno com elevado criticismo, parcialmente justificado.

Ao nível antropológico, é clara a suspeita de que muitas das identidades perdem a sua dimensão relacional e crítica se esgotam na exploração de mecanismos compulsivos de desejo. No plano comunicacional, a multiplicação de espaços públicos não significa o aumento do pluralismo político e traduz uma segmentação de audiências e de nichos de mercado, numa perspectiva comercial ao serviço de uma lógica de acumulação de capital (Gitlin, 1995). Esta tendência para a segmentação lança dúvidas sobre a fiabilidade e solidez da esfera pública - da qual apenas se vislumbraria uma pálida nostalgia. Sob o signo do multiculturalismo, os *media* de hoje, organizados em segmentos alvo e subculturas de consumo, capitalizam graças à multiplicação de fronteiras identitárias. No limite, recorre-se a um novo elemento induzido pelas tendências mais recentes dos *media*: a transformação do quotidiano individual numa mercadoria de elevada rentabilidade (até pela dispensa de actores especializados) confundir-se-ia com o direito de acesso democrático à visibilidade.

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

Finalmente, sob o ponto de vista político, é duvidoso que os movimentos sociais centrados na diferença signifiquem necessariamente o tão desejado regresso do actor (Touraine, 1996). Muitas das relações sociais típicas da nossa contemporaneidade desprezam a reflexividade crítica própria da modernidade. Ao lado da libertação dos dialectos e das comunidades minoritárias, o fundamentalismo, o tradicionalismo e o culto exacerbado de uma crítica de universalidade feita em nome de valores pré-modernos conduzem à defesa da pureza étnica. Receia-se (Dayan, 1990: 105) que as sociedades ocidentais se estilhacem numa multiplicidade penosa de guerras de secessão. A não ser integrada num esquema englobante de defesa das liberdades públicas que enfatize os valores universais e cosmopolitas, a política das identidades pode facilmente desembocar num novo tribalismo. Corre-se o risco de reforçar uma manta de trapos de identidades locais, em que as pessoas só possam falar e interrelacionar-se com os que lhe são imediatamente contíguos ou com quem partilhem uma característica comum. É um alerta para o qual a própria actualidade tão tragicamente próxima não deixa de chamar a atenção.

Uma segunda reacção, tipicamente pós-moderna e especialmente optimista, acredita que a fragmentação é um fenómeno cultural e político que permite o regresso das tais pequenas narrativas e dialectos. Chega-se a considerar relativamente irrelevante discutir questões como a concentração da propriedade dos *mass media* (Vatimo, 1992) por ser uma questão relativamente menor se comparada com a capacidade de os mesmos *media* desempenharem uma tal função democratizante. A pluralidade e as aventuras da diferença surgem como se fossem em si próprias um fim exaltante.

Em alternativa a qualquer destas possibilidades, é possível desenhar uma concepção menos unilateral que continue devedora da ideia de espaço público aceitando críticas

dos novos movimentos sociais. Os problemas que se colocam são relativamente evidentes embora se adivinham cada vez mais complexos: Será que muitas dessas pretensões ao reconhecimento da diferença não escondem, dentro de si, uma manifestação de exotismo comercial e de um regresso de um comunitarismo que implode através da violação de direitos humanos e explode sob a forma detestável do Terror? Como garantir a universalidade sem desconsiderar o particularismo e o pluralismo sociológico e político de tal modo que a sua eventual omissão se não venha a traduzir numa efectiva violação dos direitos humanos? Como garantir inevitáveis consensos em face do incontornável diferendo desperto pelas múltiplas e conflituais pretensões de legitimidade apresentadas pelas identidades em luta pelo reconhecimento? O problema tem um sentido verdadeiramente desafiante na medida em que nos lança no coração das relações complexas entre o uno e o diverso.

Com plena consciência das dificuldades em obter certezas, creio que a resposta passa pela insistência num modelo de democracia deliberativa assente num confronto entre leituras plurais da vivência cívica, enquadrado por modelos de regulação do debate que continuam a conferir ao Estado Constitucional de Direito a primazia. A diferenciação introduzida pelos particularismos emergentes haverá de equacionar-se com um universalismo que permita, por um lado, a afirmação das especificidades, e por outro lado, impeça que a afirmação dessas especificidades se sobreponha aos direitos humanos. O corolário é a defesa do direito de manter a própria forma de vida cultural com a obrigação de aceitar o marco político da convivência definido pela supremacia dos direitos humanos. Esta convicção traduz-se numa concepção de cidadania em que a exigência de coexistência de subculturas em igualdade de direitos se encontra submetida à reserva segundo a qual as confissões, crenças e práticas protegidas não podem contradizer os

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

princípios do Estado Constitucional Democrático que garantem a sua avaliação em condições consideradas justas.

No campo mais específico dos *media* e do jornalismo postula-se uma atitude crítica, que se recusa, no entanto a seguir uma via que passe pela condenação ou absolvição generalizada. Aceita-se que o fenómeno da comunicação é polimorfo e marcado por graduações diversas. Muitas das críticas formuladas pela primeira tendência - a despolitização da comunicação pública, o aproveitamento comercial das tendências de diferenciação identitária - são genuínas e estão presentes no espaço público português. Porém, as possibilidades de resistência e de aprofundamento democrático da indústria mediática também se continuam a revelar.

Do espaço público ao Estado Constitucional

Nesta posição confluem vários factores que urge ponderar com as devidas cautelas:

- desde logo, insiste-se no modelo da Publicidade como uma tradição da modernidade graças ao qual a se opera a transformação do domínio público em espaço público. O impulso crítico desencadeou transformações importantíssimas na forma de mediação entre o público e o privado. Vindo de baixo, da reunião das pessoas privadas em espaços informais onde se procede ao intercâmbio dos argumentos, o impulso crítico desencadeou transformações importantíssimas na forma de mediação entre o público e o privado, sendo responsável pela afirmação de uma autonomia da pessoa como limite da legitimidade das decisões do poder. A publicidade é retomada pela concepção democrática de sociedade civil e desempenha um lugar central na discussão em torno da fragmentação cultural uma vez que são as discussões democráticas que possibilitam aos cidadãos a oportunidade de esclarecerem quais as

tradições que querem perpetuar e quais as que querem abandonar (Ferry, 1989:17)

- desde logo também se aceita uma certa suspeita em relação aos ideais de universalidade que atravessavam a esfera pública sem abandonar o reconhecimento de uma força crítica originária nessa mesma tradição de origem burguesa. Esta suspeita não incide sobre os ideais de universalidades mas sobre a ausência da sua realização efectiva. Assume, por isso, uma certa forma de olhar sensível às diferentes formas de desigualdade, de ocultação do sofrimento, de imposição da dor e de prática da discriminação. Parece importante analisar as diferenças relativas da capacidade dos diferentes públicos no acesso ao debate democrático, a pluralidade de interesses e de pretensões que se fazem sentir nesse espaço, as relações de poder, a posição diferenciada das redes de comunicação, a estrutura de influências que, decerto, se faz sentir no seio dessa instância;
- finalmente esta perspectiva enfatiza de forma particularmente insistente o papel do Estado e do Direito num modelo de democracia deliberativa. Ao mesmo tempo relança a discussão sobre as condições de viabilidade de um espaço público informal, o qual é em larga medida, um espaço público mediatizado. A questão reside em garantir a existência de fluxos entre a constituição da opinião na esfera pública e a tomada de decisão institucional. Estes fluxos implicam uma análise exigente da forma como está organizado o espaço público contemporâneo, quais as suas instituições, constrangimentos e desigualdades (cfr. Habermas, 1996; 1985).

Este modelo de democracia deliberativa, formulado de modo relativamente recente por Habermas e Arato e Cohen crê encontrar nos princípios constitucionais vigentes (a divisão de poderes no aparelho estatal, a vinculação do Estado

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

ao Direito e em particular nos mecanismos parlamentares de produção legislativa), um reflexo, pelo menos parcial do seu modelo político. O Direito permite a uma sociedade regular as respectivas interações sem ter que ter em conta as motivações directas de cada um dos seus membros. A importância desta neutralidade processual não significa uma espécie de refúgio na positividade da lei. Por um lado, as questões que dizem respeito à identidade e à forma de vida podem e devem ser objecto de debate público. Por outro lado, acredita-se que as sociedades multiculturais só conhecerão a coesão desejável se para além de proporcionarem uma cultura de cidadania em que imperem os direitos de liberdade e de participação, dinamizarem a fruição dos direitos sociais e culturais. Finalmente, a insistência na importância do Estado de Direito implica a manutenção de uma relação com os mecanismos informais de debate e de deliberação pública: “O desenvolvimento e a consolidação de uma política deliberativa dependem não de uma cidadania colectivamente capaz de acção, mas da institucionalização dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos, assim como da interação entre deliberações institucionalizadas com opiniões públicas desenvolvidas informalmente” (Habermas, 1996: 298).

A esfera pública, surge como uma esfera de identificação, detecção e tematização de problemas, cuja influência se deve continuar a reflectir no posterior tratamento das questões que, seguidamente, originam os processos de decisão e de produção legislativa no interior do sistema político. Os grupos cívicos são vistos como actores que procuram modificar a percepção e interpretação dos problemas sociais. Podem articular projectos alternativos de políticas públicas, divulgando, entre outros grupos populacionais, o interesse pelas suas causas. Não há dúvida que muitas formas de poder ilegítimo permanecem nas mega - instituições

sistémicas. Porém, o uso do poder não fica imune a uma crítica que no limite conduz à crise da própria legitimidade da decisão.

A ambiguidade da comunicação

Para o funcionamento geral deste modelo deliberativo importa que se generalize, no espaço público, em parte graças à mediatização e especialização crescentes, a presença do fenómeno da influência - como uma forma simbólica generalizada de comunicação que facilita a interacção em virtude da convicção ou da persuasão. Toda a esfera gigantesca e complexa da informação pública - ou seja, toda a produção e consumo do conhecimento social disponível nas sociedades complexas - depende da mediação dos modernos meios de comunicação. Para Habermas, “os cidadãos comportam-se como um público quando dialogam sem restrições - ou seja, com a garantia de liberdade de associação e de reunião e de exprimirem em público as suas ideias - acerca de assuntos de interesse geral. Num público de grande dimensão este modo de comunicação exige meios específicos para transmitir informação e influenciarem os que a recebem. Hoje, jornais e revistas, Rádio e TV são os meios da esfera pública. Apenas quando o exercício do controlo político é efectivamente subordinada à exigência democrática de que a informação seja acessível ao público, a esfera pública ganha uma influência institucional sobre o Governo através dos corpo legislativo” (Habermas, 1974 apud Calhoun: 1996:289). Se olharmos o espaço mediático como uma instância de competição na luta pela definição e a construção da realidade social, o problema dos *media* torna-se merecedor de uma aturada reflexão. Sem eles, torna-se utópico falar em decisão democrática. Porém, muitas vezes eles próprios se tornam obstáculos reais às possibilidades dessa mesma deliberação. Sabemos que algumas das críticas

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

atrás afloradas, mesmo nas suas versões mais pessimistas, merecem crédito. Em certas circunstâncias, a sociedade civil pode adquirir influência na esfera pública e produzir impacto sobre o processo de decisão política. Porém, a sociologia da comunicação oferece uma visão céptica sobre as esferas públicas mediatizadas das democracias ocidentais. Os movimentos sociais, as iniciativas e fóruns de cidadãos, as diferentes formas de associativismo são sensíveis aos problemas. Todavia, em grande parte devido aos *media*, os sinais e impulsos enviados são por vezes demasiado fracos para redireccionarem os processos de decisão no sistema político (cfr. Habermas, 1996: 376).

Graças à estrutura assimétrica dos processos de comunicação mediática, as possibilidades de participação encontram-se distribuídas de forma iníqua entre os que têm acesso ao uso da palavra pública e os receptores. Os jornalistas recolhem informação e tomam decisões acerca da selecção e apresentação de “programas” e projectos, controlando, em certa medida, a entrada de tópicos, contributos e agentes na esfera pública. A pressão selectiva exercida pelos *media* exerce-se seja do lado da oferta seja do lado da procura. A imagem dos políticos apresentada na televisão é composta por temas e contributos profissionalmente produzidos como *inputs* dirigidos para os *media* através de diferentes formas de assessoria, conferências de imprensa e campanhas de relações públicas entre outros dispositivos conhecidos, que exigem recursos financeiros, técnicos e profissionais.

Ao mesmo tempo, os *media* apelam cada vez mais ao envolvimento emocional de um modo que contaminou a linguagem jornalística. A coerção mais drástica que os *media* impõem sobre a comunicação é, desde logo, a secundarização das mensagens políticas (Esteves, 2003: 58). Esta passa por duas estratégias: a sua subordinação a um papel secundário e às características (formais mas também substanciais) dos produtos *light* gerados no *infotainment*

(cfr. Gomes, 1995: 315). Antes de as próprias mensagens políticas seleccionadas serem emitidas são sujeitas a estratégias de processamento de informação no interior dos *media*. Perante as pressões da economia da atenção - a escassez de recursos cognitivos do público perante uma multiplicidade de estações disponíveis - os factos são relatados como histórias de interesse humano, as informações mesclam-se com entretenimento, o material mais complexo é repartido em fragmentos mais pequenos.

Apesar de tudo, não se pode ocultar o reverso da medalha, mesmo que esse reverso seja alimentado por possibilidades e esperanças cuja concretização não é segura. “A ideia de ambivalência é fundamental para pensar a história e a realidade presente da comunicação, nomeadamente em termos éticos. Está presente desde logo na definição e discussão permanente dos critérios reguladores do discurso público: dividido entre a legítima aspiração à sua afirmação autónoma e as ameaças de instrumentalização, com origem, desde logo, nas duas principais instâncias de decisão das sociedades modernas - o mercado e o Estado” (Esteves, 1989: 25).

Desde logo, a proliferação de *self media* e o acesso fácil a canais de informação alternativa dificultam o monopólio da agenda pública pelo menos em situações de crise: o recurso à Internet para desencadear movimentos de opinião em torno de Timor, para pôr em causa a hegemonia do PC Chinês, para divulgar os protestos dos agricultores franceses contra a cadeia norte-americana McDonald’s, a organização do protesto contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle e a convocatória da manifestação que precedeu as eleições espanholas são alguns dos muitos exemplos bem actuais. Muitas destas possibilidades, nalguns dos seus usos múltiplos, nem sempre virtuosos, poderão passar pela atribuição de relevância a temas geralmente ocultos, alterando a função de agendamento graças ao impacto produzido junto

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

dos próprios *media* de massa. Na verdade, uma parte substancial dos temas sociais da agenda pública, (a sensibilização para questões ambientais, novos direitos sociais, etc.), dificilmente ganhariam relevância sem as estruturas comunicativas da esfera pública que competissem com o centro do sistema político e com a influência do dinheiro.

Os próprios *media* ditos de massa confrontam-se com interesses conflitantes entre si, vendo-se obrigados a procurar conciliar pontos de vista económicos, culturais, profissionais, ideológicos e políticos. Não podem, apesar de tudo, furtarem-se às obrigações que resultam da missão jornalística nem corresponder, ao menos na totalidade, aos *standards* mais grosseiros da cultura de massa. Encontramos perante “uma lâmina de dois gumes no que respeita a implicações éticas”(Esteves, 1998: 24). Apesar de serem empresas que implicam normas rígidas de especificação produtiva destinadas a conseguir a melhor adequação possível entre os seus produtos e as necessidades do mercado, os *media* geram espaços onde se confrontam pretensões de validade conflitantes que contribuem, de modo decisivo, para equacionar a legitimidade do sistema político.

Tais *media* de massa são confrontados com exigências que muitos dos seus profissionais acreditam estarem a cumprir e até que acreditam tentar cumprir. Michael Gurevitch e Jay Blumer atribuem aos *media* algumas tarefas que estes devem desempenhar e que dizem respeito, no essencial, a uma vida pública saudável apoiada por uma comunicação política ao serviço dos cidadãos. Tais princípios ou, pelo menos alguns deles, podem ser escassamente aplicados no quotidiano. Porém, fazem parte da imagem que os *media* e os profissionais criam de si próprios. Na esquizofrenia institucionalizada que, sob o ponto de vista ético, se instalou no campo dos *media*, os profissionais e os *media* defendem as suas actuações muitas das vezes, em nome destes prin-

cípios. No limite, tentam convencer-se a si próprios que agiram na defesa de tais princípios. No fundo, precisam de um espelho onde possam ver uma imagem mais virtuosa de si próprios. Na pior das hipóteses, receiam ser denunciados porque também eles estão sujeitos ao escrutínio público. Obviamente, no campo jornalístico isto é particularmente sentido e origina práticas contraditórias.

Finalmente, a selecção não é definida apenas pela emissão. Ela é também igualmente exercida pelo público ao nível da recepção, pela escolha entre os programas oferecidos, e em especial, pela possibilidade de os públicos, de acordo com uma lógica de re dinamização e democratização da sociedade civil, pretenderem eles próprios tomarem a palavra, fazendo chegar ao espaço público interpretações conflituais e afirmações em defesa do reconhecimento de identidades excluídas e de problemáticas esquecidas. A periferia civilista tem a vantagem, comparativamente ao centro político, de uma maior sensibilidade para detectar situações problemáticas. Por outro lado, a visibilidade dos temas agendados pelos *media* e a configuração que lhes é conferida pelas visões do mundo dos jornalistas organizados enquanto comunidade interpretativa também se confronta com a opinião do cidadão comum na sua vida quotidiana, a qual se difunde através de espaços informais. Um governo que mente de forma demasiado ostensiva mesmo com apoio de *media* poderosos, pode ser confrontado com instâncias de comunicação informal que não controla. A pesquisa sobre efeitos e sobre recepção tem, apesar do reconhecimento do poder do jornalismo, vindo a abandonar a ideia da manipulação absoluta dirigindo a nossa atenção para as estratégias de interpretação dos espectadores que comunicam uns com os outros e que, de facto, podem rejeitar ou criticar um projecto ou programa político ou sintetizá-lo com os seus próprios julgamentos e avaliações. É evidente que há espaços importantes da comunicação política que se inte-

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

gram dificilmente no espaço público. De um lado, dos cidadãos comuns, existem formas de comunicação informal, ocasional, directa e espontânea, que funciona como um elemento natural de politização mas que fica muitas vezes limitada a círculos restritos de participantes e que não conseguem alcançar a mediatização. Do outro lado, das elites, existem formas de comunicação política subtraídas deliberadamente ao espaço público e que se confinam à troca de informações confidenciais entre jornalistas, políticos e alguns círculos académicos. Porém, a comunicação política não se restringe ao jogo de interações entre jornalistas, políticos, institutos de sondagem e líderes de opinião (Ferry, 1989: 20-23). Em democracia, as fronteiras entre aquelas duas formas de comunicação e o próprio espaço público não são rígidas: a opinião aparentemente periférica do senso comum influencia a percepção das mensagens mediáticas e pode, ocasionalmente, tornar-se politicamente relevante. Ao mesmo tempo, a política de segredo das elites confronta-se com as contradições que se verificam entre elas, com lógicas de interesses conflituais e com a voracidade dos *media* e as pressões da opinião pública.⁷ O problema da credibilidade emerge em contraponto à política do segredo. Independentemente do que cada um de nós pense sobre os assuntos, há exemplos claros: no plano político, as motivações da Guerra são objecto de um escrutínio fortemente crítico. Do lado iraquiano, ficou famoso o Ministro do Interior que negava a chegada dos americanos a Bagdad. Porém, ao Ocidente também proliferaram episódios pouco edificantes. A retórica das armas de destruição maciça gerou dificuldades aos Governos da Coligação. A relação entre a BBC e o Governo de Blair, o criticismo e a suspeita sobre a Administração Bush alimentaram a chacota mordaz do cidadão comum. No plano da Economia, grandes empresas como a Parmalat, a Living Omnimédia, a Eron ou a Royal Dutch Schell são objecto de investigações judiciais que

conduzem a prisões ou a investigações jornalísticas que conduzem a quedas abruptas na bolsa e à demissão de Presidentes. Contra a lógica que sempre presidiu à sua actuação, os próprios *media* são notícia: sectores importantes da opinião pública discutem as opções dos *media*, a forma como constroem a agenda e como se submetem a ditames exteriores, nomeadamente em questões de política externa.

Apesar de tudo, neste contexto de forte desregulação mercantil, todo o minucioso recenseamento das perversões e possibilidades do sistema mediático parece eficaz e impotente e, em última instância, contraditório, sem contar com o Estado. Com efeito, o poder mediático não deve nem pode tornar-se o poder público, o qual deve ter o seu centro no poder político.

...E de novo, o Estado

Sem deixar de reconhecer as dificuldades do modelo social europeu, admitindo até as fragilidades, dificuldades e perversões que uma concepção centralista pode originar, não me parece incorrecto que um Estado Constitucional e Democrático se possa tornar ele próprio uma instância dinamizadora de formas de contratualização que permitam a criação de mecanismos reguladores do espaço mediático que é o tema central deste trabalho. O caciquismo, a governamentalização, a massificação comercial são um desafio ético. Porém, a Ética exige necessariamente a intervenção da política. A Ética sem a sua tradução institucional é frágil.

Por isso, é legítimo defender a intervenção do Estado na criação de condições para o exercício de um debate esclarecido, com um enquadramento institucional que assegure a existência de uma pluralidade de organizações mediáticas independentes. O que está em causa não é a

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

salvaguarda do espaço hertziano como um bem escasso. A defesa do de serviço público deve ser assumida através da assunção do princípio segundo o qual a liberdade de expressão e o direito a informar e ser informado não são meros direitos subjectivos. Têm, claramente, uma dimensão pública e articulam-se com outras vertentes do património constitucional europeu como o direito à Cultura. Por isso, é defensável uma intervenção estatal em diversos níveis:

Na garantia do exercício dos direitos por todos os cidadãos, impedindo e dificultando as formas de concentração de propriedade que se traduzam numa redução significativa da diversidade, com sacrifício do pluralismo sociológico e político;

Na criação de meios e recursos disponíveis para assegurar níveis de pluralismo e qualidade aceitáveis. Uma televisão de serviço público deve ser financiado pelo Estado, através de uma taxa ou do pagamento de indemnizações compensatórias pagas pelo Estado, quebrando o vínculo relativamente à estratégia dos anunciantes. Pode-se aceitar a possibilidade da adopção do modelo finlandês, sendo-lhe atribuída uma receita em função das receitas publicitárias dos canais privados, diminuído a sua dependência do Estado. Quanto aos seus conteúdos, eles devem reflectir o pluralismo sociológico e político, proporcionar informação de qualidade e desgovernamentalizada e manter, com as devidas cautelas, uma distância profunda em relação à guerra de audiências o que não significa ser inconsciente relativamente às mesmas audiências.

Na criação de oportunidades para assegurar a existência de outras plataformas independentes de produção e de emissão, colocando como elementos essenciais de regulação a qualidade dos projectos e a sua diversidade política e sociológica. Neste domínio, a sociedade da informação e os seus alicerces típicos, a televisão digital e a Internet,

constituem desafios particularmente interessantes no que respeita à capacidade reguladora do Estado. Por outro lado, a reflexão sobre os *media* locais e regionais está longe de estar terminada. Os 900 títulos recenseados no Instituto da Comunicação Social fazem de Portugal o país com maior taxa de jornais por mil habitantes, apesar de ter o índice leitura mais baixo da União Europeia. Estas empresas conseguem captar apenas 5% das receitas publicitárias e pautam-se, em grande parte, pelo amadorismo. Por outro lado, não é estulto pensar, com cautela na televisão regional ou de proximidade seguindo o princípio de que terá que se ter em conta não apenas a cultura mas a estrutura económica. Os exemplos de Espanha - desde o Canal 9 TV (da comunidade valenciana) à Telemadrid - são muito diversificadas. Ao nível local não se parece ter passado da fase experimental.

Finalmente, importa tornar as novas tecnologias acessíveis a todos, tornando claro que os indivíduos têm necessidade de desenvolver uma cultura mediática. O receptor só passa a ser sujeito da informação quando dispõe de critérios próprios (Calvo, 1994:327). Não é exagerado dizer que alguns movimentos de literacia mediática nos confrontam com desafios e problemas dos mais delicados entre aqueles que, como educadores e cidadãos, teremos que enfrentar no século XXI. Trata-se no fundo de promover as competências que permitam aos estudantes e os cidadãos em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação tantas vezes ocultos na linguagem mediática. Nessa medida, influenciar o modo como se constrói a diferença e a hierarquia no interior dos discursos mediáticos em geral e dos discursos jornalísticos em particular, implica saber como eles são construídos, quais são os seus códigos e convenções e, em última instância, ser capaz de produzir artefactos mediáticos, de forma a usá-los como meios de expressão e de comunicação.

A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos

Conclusão

Um espaço público fragmentado é, em si, teatro de esperanças e decepções. As exigências ético-políticas com que os *media* se confrontam são cada vez maiores. A capacidade de estes responderem a essas exigências é relativamente pobre, especialmente quando, como é o caso, se verificam contextos de desregulação mercantil pouco prometedores. Porém, as forças que o Estado possa acrescentar a uma regulamentação ético-político do papel dos *media* são forças que apelam à inegável vocação do político: a responsabilidade para decidir.

BIBLIOGRAFIA

Calhoun, Craig. (1992) *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT..

Dayan, Daniel. (1998), “Particularistic media and diasporic communications” in Liebes, Tamar and Curran, James, *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Esteves Pissarra, João. (1998), *A ética da comunicação e os media modernos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica.

Esteves Pissarra, João. (2003), *Espaço público e democracia*, Lisboa, Colibri.

Féry, Jean-Marl. (1989), “Les Transformations de la publicité politique” in Hermés 4 (*Le Nouvel espace publique*), Paris, CNRS.

Gurevitch, Michael. e Blumer, Jay. (1990), “Political communication systems and democratic values” in J Lichtenberg, *Democracy and the mass media*, Cambridge, MIT.

Gitlin, Tod. (1995), *Twilight of common dreams: why America is wraked by culture wars*, New York/metropolitan.

Habermas, Jürgen. (1974), “The Public Sphere”, in *New German Critique* 3: 49.

Habermas, Jürgen. (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press. (Faktizität und Geltung. Beitragè zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats, 1992)

Touraine, Alain. (1996), *O retorno do actor*, Lisboa, Piaget,

Touraine, Alain. (1988), *Iguais e diferentes*, Lisboa, Piaget.

Vattimo, Gianni. (1992), *A sociedade transparente*, Lisboa: Relógio d’Água.

Wolton, Dominique. (1989), “La communication politique: construction d’un modèle”, in Hermés 4 (*Le Nouvel espace publique*), Paris, CNRS.

A EMERGÊNCIA DO INDIVIDUALISMO NA CULTURA MEDIÁTICA CONTEMPORÂNEA

Qual é o estatuto da individualidade nas sociedades modernas? Qual será o papel dos *media* na atribuição, consolidação e configuração deste estatuto? Este tipo de questões atravessa, recentemente, grande parte do pensamento filosófico e sociológico, conhecendo sucessivas reposições, remetendo para a antítese entre a normatividade implícita à afirmação da liberdade individual e a facticidade inerente à manutenção da ordem social configurando, nuns casos, um olhar crítico sobre a construção das sociedades modernas em termos de ascese, de renúncia e de rejeição do princípio do prazer, noutros casos originando teorias que enfatizam o hedonismo e a afirmação de um sujeito descentrado e, noutros ainda, glorificando a erupção da reflexividade como fundamento de novos modos de pensar a emancipação.

A individualização não é um fenómeno nem uma invenção da segunda metade do século XX. Durante muito tempo, teve-se em conta, nas ciências do homem, a dimensão relacionada com o devir colectivo. Hoje, compreende-se que o surgimento do individualismo moderno é um processo tão importante como a formação das novas concepções de Estado, de espaço público e de cidadania. Há uma mudança de perspectiva epistemológica que leva a conceder ao individual o primórdio que outrora fora concedido ao colectivo. Formas de aprofundamento da individualização são já conhecidas na voz interior agustiniana, no Renascimento, na cultura cortesã da Idade Média, no ascetismo protestante, na emancipação dos camponeses das formas de servidão feudal, e nos séculos XIX e XX, durante

a crescente desintegração dos laços sociais tradicionais. A consolidação de um princípio de liberdade conhecido como liberdade dos modernos é um processo que ascende ao dealbar da aurora moderna e que se radicaliza no seu período tardio, ao ponto de, como todos conhecemos, se questionar a si próprio enquanto vontade de poder e princípio de dominação do mundo através de um modo de racionalidade calculista e instrumental. A questão que se põe é “como compreender a presença conjunta, no nosso universo intelectual, de uma condenação da subjectividade fundadora como raiz longínqua da sujeição totalitária ou tecnocrática e o recurso, para descrever e denunciar essa sujeição, a uma certa ideia de ser humano como aquele ao qual, num mundo inteiramente administrado, é recusada qualquer possibilidade (e, portanto, qualquer direito) de ser o fundamento dos seus próprios pensamentos e dos seus próprios actos, de ser um sujeito e não um objecto, suporte coisificado de uma manipulação infinita?” (Renault, 2000: 20).

A resposta só pode ser dada se tivermos em conta uma certa ideia de sujeito simultaneamente, como núcleo potencial de ilusões perigosas e como um valor inultrapassável. É esta dualidade que nos surge mais uma vez a propósito da relação dos indivíduos com os *media*.

1. Alguns traços da análise teórica da subjectividade

As transformações estruturais introduzidas pela cesura iluminista, objecto de uma radicalização recente na modernidade tardia, têm a ver sobretudo com a ausência de um *telos* inerente à condição humana: a existência passa a ser um conjunto aberto de possibilidades que implicam uma decisão (Sartre 1999: 49). Nas novas condições abertas pela modernidade, pode dizer-se: é-se sendo, o que faz cada uma das nossas maneiras de ser, estilos de vida e situações

biográficas algo que podia ser de outro modo. A liberdade é assim “estrutura permanente do ser humano” (Sartre, 1999: 79).

A afirmação moderna da individualidade transporta, todavia, duas linhas aparentemente contraditórias: uma hipersensibilidade à coisificação e reificação do indivíduo que enfatiza, pela descrição sistemática e minuciosa da relação entre o poder e a subjectividade, o centramento no momento castrador e repressivo da constituição do sujeito moderno. Simultaneamente, verifica-se a acentuação do tema do sujeito de um modo em que este se dedica à construção de si mesmo através de um trabalho reflexivo, que se debruça sobre a estilização da relação consigo mesmo e com os outros (Foucault, 1994:13).

Com o fenómeno da urbanização e desenvolvimento das cidades, as ciências sociais que se ocupam da comunicação mostram estas tendências contraditórias em que simultaneamente se mesclavam os processos de afirmação da cultura objectiva e a tentativa do sujeito de escapar de certo modo, ao peso dessa cultura. Em Simmel, tornava-se já extremamente clara a consciência de que nas novas sociedades urbanas emergem tipos sociais que configuram, de modo especial e mais acentuado, estes traços. “O problema mais profundo da vida moderna deriva da tentativa do indivíduo de manter a independência e a individualidade contra o peso da herança histórica e da cultura exterior”(Simmel, 1984: 324). A identidade tornar-se-ia um campo de forças conflituais, um percurso incessantemente percorrido entre escolhas múltiplas e contraditórias.

Com a urbanização, emerge a figura do *flâneur*, o passeante ocioso perdido na grande metrópole, livre de sonhar, observar, meditar e vaguear. Os habitantes da cidade são vistos como movendo-se através de um espaço fragmentado construindo a sua actividade com base na imaginação. Este observador estabelece uma relação particular com

a urbe que habita como se fosse sua casa: está fora de casa e, não obstante, em qualquer lugar se sente como se estivesse nela; sente-se no próprio centro do mundo embora permaneça oculto para o mundo. O *flâneur* guarda ciosamente a sua individualidade e, obscurecendo-se por detrás da máscara do anónimo e insignificante homem da multidão, envereda por um percurso que o aliena da eventual possibilidade de uma relação intersubjectiva mais aprofundada com os outros agentes que se movimentam nessa multidão. A *flânerie* é um modo de sociabilidade que diz respeito a Um. Esta a vida que se vive olhando o mundo correr, não trocando com Outrem uma palavra sequer que dê conta da sua presença (Shields,1974:76-77). Na sua deambulação febril, o *flâneur* captura o carácter dinâmico do fenómeno urbano. A cidade cria e exige um novo modo de percepção, uma nova sensibilidade estética. É esta apreciação do efémero que Baudelaire chama de modernidade (Benjamin, 1977: 12).

Contemporaneamente, a emergência da individualidade compete com a experiência do destino colectivo. A tendência urbana e moderna dirige-se para a consolidação de formas individualizadas de experiência que compelem as pessoas a olharem-se a si mesmas como o centro do planeamento e condução da sua vida. O indivíduo torna-se a unidade de reprodução do social no mundo da vida (Beck, 1992, 90). Com a emergência da reflexividade (Giddens,1996:27), à medida que as relações entre os agentes sociais passam a ser estudadas e conhecidas, os conhecimentos são levados em conta pelos próprios agentes sociais no decurso das interacções. “Quanto mais a tradição perde a sua influência, (...) tanto mais os indivíduos são forçados a negociar escolhas de estilos de vida de entre uma diversidade de opções” (Giddens, 1997: 5). As práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas progressivas, com a crescente e inevitável aceleração da radicalidade na revisão das

convenções. Os protagonistas deste processo já não podem ser sujeitos duma narrativa biográfica cujo percurso e *telos* essencial possam ser rigidamente determinados. São mais erráticos, experimentais, fugazes nas relações, incertos quanto aos saberes adquiridos.

Finalmente, ao nível da vivência quotidiana, de modo explícito, a moda e o consumo tornaram-se simultaneamente indícios e catalisadores deste modo de ser urbano e incerto. A relação entre o uso das coisas e a identidade que o seu utilizador constrói é, talvez, uma das descobertas fundamentais do capitalismo moderno. Sobre ela egue-se todo o *marketing*, publicidade e moda modernos, os quais, por seu lado, evidenciam uma nova natureza do consumo. Por mais que se despreze esta alteração estrutural em nome de uma permanência dos mecanismos de dominação, haverá que aceitar que ela constitui um dado novo que altera a economia e a vivência individual, os padrões de consumo, a relação com o corpo e o *self*. Talvez seja nessa arena que se tenham de se travar, também, as sempre inacabadas lutas pelas emancipações que marcam o destino humano

2. Os media electrónicos e a criação da individualidade: leituras contraditórias

Nas relações entre os *media* e o individualismo multiplicam-se os sinais de uma efervescência preparatória que devemos continuar a decifrar à luz de ideias especificamente modernas como sejam as de racionalidade crítica, autonomia e emancipação. Parece evidente que o desafio neo-liberal expresso de modo tão eloquente pelos *media* e pela forma como estes chamaram a si a tarefa de espectacularização e dramatização do real tem que ser enfrentada num terreno em que terá que se apelar a uma ideia de cidadania e de política mais ligada ao mundo da vida e aos direitos do indivíduo.

Hoje, de um modo crescente, uma peculiaridade das formas de individualização reside na existência de consequências já não apenas ou somente resultantes de uma referência a uma consciência colectiva ou por uma unidade de referência social clara na esfera da vida cultural. Os indivíduos tornam-se os agentes prioritários da sua vivência mediada hegemonicamente pelo mercado, o qual penetra, com escassez de resistência no universo sócio-cultural. Porém, este fenómeno não pode ser objecto de uma leitura linear.

Esta diferenciação das situações sócio-biográficas determinadas é acompanhada por um grau equivalente de estandarização: os mesmos *media* que são responsáveis por interstícios em que se afirmam possibilidades de uma individualização pós-convencional são também responsáveis pela estandarização. Através dos meios de comunicação e de informação, do dinheiro ou do mercado ou da lei, os indivíduos encontram a sua afirmação pessoal e uma não menos exaustiva dependência de uma mercantilização generalizada das formas de vida (Beck, 1992: 129-131).

A televisão enquanto meio de controlo social e de comunicação foi, aparentemente, a resposta a uma necessidade de um mecanismo de integração social criado pelo desenvolvimento de uma economia industrial que desenraizou uma parte substancial da população, e isolou as pessoas umas das outras em modos privatizados de vivência.

Na realidade, porém, grande parte dos produtos televisivos trabalha hoje com simulacros, com invenções, com imaginações e migrações de estéticas e estilos. Apresentam narrativas imbuídas de uma aura de verosimilhança, associando conotações, modos de estar e estilos de vida de um modo aparentemente inadequado à realidade, facilmente sujeitos a objecções em conexões dialógicas do tipo argumentativo mas fortemente efectivas ao nível do inconsciente e do imaginário, em que os efeitos na construção

de posições subjectivas são, sem dúvida, poderosos (Poster, 2000: 75-76).

Os *reality shows* televisivos apostam no estilo de vida como se este se tornasse a fonte de todos os desejos, de onde brotam todos os amanhãs cantantes e todas as promessas de mudar a vida. Centrados na aventura individual, os novos *reality shows* parecem apostados na criação de um espectáculo onde se joga com os desejos e as paixões. Como diz John De Mol, fundador da Endemol que criou o famoso *Big Brother*, os jovens “querem programas que se adaptem às suas necessidades aos seus objectivos. (...) As pessoas que agora têm 20 e 25 anos cresceram com a televisão comercial – de múltipla escolha –, com a Internet e com os telemóveis. Consideram a televisão como uma ferramenta, neste sentido: «o que é que ela me pode dar?» (Expresso Revista nº 1502, 11 de Agosto de 2001). Sabendo o profundo esforço de mercantilização do *Self* que este tipo de programação implica, torna-se necessário interrogar o seu sucesso e a sua evidente capacidade apelativa enquanto sintoma significativo de uma agenda nova que tanto é objecto de uma apropriação sistémica e reificadora como, noutros domínios, se traduz numa nova oportunidade de repensar o espaço público e o exercício da cidadania. Será tudo isto uma ilusão induzida pelo funcionamento do mercado? Ou, por detrás, desta insistência no desejo e na fruição da subjectividade se esconde uma nova geração de direitos que implica a reconfiguração da ideia de cidadania? Dito de outro modo: o que significa a ascensão da gente vulgar à realização dos seus objectos e necessidades, na perspectiva claramente hedonista que lhes atribui o padrão da Endemol. Pode significar, significa evidentemente a instituição do *voyeurismo*, a instituição da bárbarie que se presente em “*O Ratinho*” ou no *Big Brother* como na generalização do *infortainment*, que se encontra um pouco por todas as televisões. Porém, é também um sintoma de desprezo pelos

projectos colectivos e pelas noções clássicas de cidadania que não pode deixar de nos interpelar. Será que a resposta terá que ser dada também através dos *media* através de mecanismos de resistência mais centrados no mundo da vida e menos diluídos nos projectos abstractos da modernidade, pelo menos do modo como eles se apresentaram nas suas configurações clássicas e hegemónicas?

Com efeito, um breve olhar retrospectivo desde os anos 80 até hoje confirma numerosas decepções em relação às consequências dos caminhos que se começavam a percorrer. Durante muito tempo supôs-se que o estilo rígido e piramidal dos *media* de massa – associado a um conjunto de convenções de que a objectividade é um exemplo maior – seria, precisamente, o elemento que conferia aos *media* um carácter predominantemente massificador, que obliterava a diferença e contribuía para a criação de um universo arredo às necessidades e objectivos dos indivíduos. Acreditava-se que o aumento da interactividade, o apagamento dos traços que afastavam os produtores de mensagens dos seus destinatários teria como consequência uma espécie de libertação das formas de alienação e de reificação introduzidas pela cultura de massa. Um exemplo desta crença é a crítica aos mecanismos censurantes instaurados nos próprios *media* – designadamente a crítica à linguagem estereotipada e “à ordem discursiva institucionalmente imposta” (Mendes, 1984:81) – os quais seriam ultrapassados por uma aproximação à ficção, pela narração dos acontecimentos em regime de maior aproximação à subjectividade do observador, e a possibilidade dos elementos noticiáveis passarem a constituir (sic) «elementos de intrigas e de novelas jornalísticas». Esta tendência para a novela jornalística era naturalmente pensada num âmbito de rotação da retórica do género que possibilitava a maior aproximação ao exterior e onde se abria espaço ao utopismo poético como forma positiva de comentário do real (Mendes, 1984:85). Esta

tendência, detectada em 1984, era aliada então, à explosão das Tvs privadas, das Tvs locais, e das TVs por cabo, ao mercado das "videocassettes", à proliferação das emissoras "locais ou de piratas, os quais produziram ritmos de solução diversificados mas que, globalmente considerados, apontariam tendencialmente para um futuro de moderação do monopólio estatal (Mendes, 1984:84). Pelo tom otimista de ultrapassagem das censuras vigentes no domínio dos meios de comunicação de massa, é natural que esta crítica que apontava para a moderação do monopólio estatal não previsse o furacão neo-liberal que não moderou mas, antes, arrasou esse monopólio em termos de uma violência desreguladora que dificilmente se podia adivinhar. Estes elementos indicaram a possibilidade de uma superação do carácter impessoal e massificador da narrativa dominante, adequados a um novo tratamento da subjectividade, mas mostraram-se simultaneamente adequados à espectacularização da informação e à erupção de novas e mais sofisticadas formas de dominação, perpetradas nomeadamente no âmbito do *infotainment*, da informação-espectáculo, da generalização à programação das regras dos *reality-shows* (Correia, 2001)

No domínio das redes, também surgiram dispositivos e modos de interacção que, à primeira vista, pareciam apontar para uma espécie de libertação do sujeito dos constrangimentos da sociedade de massas. Referimo-nos aos *chats*, ao IRC, ICQ, *messengers* proporcionados por diversos motores de busca e outras formas de interacção mediada por computador que se tornaram uma espécie de suporte do desejo do homem de pressentir os limites do EU, fazê-lo jogar novos jogos de linguagem, habitar novos papéis e estatutos, atribuir-lhe novas funções e criar novas máscaras. Por mais que minimizemos a sua importância social, haverá que acolher a hipótese de que a procura destas tecnologias está de acordo com o espírito do tempo, na

medida em que os participantes nelas assumem a reflexividade da sua personalidade.

Para alguns abordagens pós-modernas, a experiência concreta das redes, designadamente através dos famosos *chats*, procede a uma desconstrução histórica dos factores que sustentam o conceito de normalidade próprio da era capitalista e moderna (Mayans i Plannels, 2001). As histórias protagonizadas pela forma de subjectividade que emerge no *cyberespaço* são cada vez mais idiossincráticas e individualistas. Segundo estudos empíricos efectuados por psicólogos, o *self*, tal como se manifesta de modo mais frequente no *chat* que segue o modo de organização IRC (Internet Relay Chat) é fluído, flexível, heterogéneo, mutável inconstante e incoerente, polifacetado, pluridimensional e emotivo (Mayans i Plannels, 2001). A Internet encoraja a proliferação de histórias, de narrativas locais sem vocação totalizante, colocando emissores e destinatários em relações aparentemente simétricas. O sujeito moderno na sociedade da informação seria objecto de uma deslocação em favor de um sujeito múltiplo, disseminado, descentrado, instável, experimentando um processo contínuo de formação de identidade múltipla (Poster, 2000: 71-72).

Por detrás das identidades virtuais joga-se uma relação real com a identidade que passa por diversos níveis de risco e de empenhamento: nome, aparência física, orientação sexual, género, projectos de vida são objecto de um trabalho ficcional que não deixa de ter essa componente mesmo quando se aproxima da realidade. Por detrás de cada identidade «fictícia» esconde – se a pergunta ou a admissão de uma hipótese: e se eu fosse de um outro modo diferente daquele que eu sou? Dar à luz personagens é uma experiência enriquecedora com um alto teor dramaturgico e lúdico.

Os '*chats*', deste modo são um exemplo cabal da seguinte afirmação de Geertz: “ (...) a sociedade está cada vez menos representada como uma máquina elaborada ou como um

quase-organismo e cada vez mais como um jogo” (apud Maians y Plannels, 2001). Epítomes da urbanidade, como outros campos de interacção social no ciberespaço, devem ser considerados sempre tendo em conta a influência determinante da dimensão lúdica. Nessa medida, são uma manifestação de um certo modo de estar em que a personalidade de certo modo se imagina como um puzzle de peças de combinação ilimitada.

Nesse sentido, uma interessante proposta temática aponta para o facto de os *flaneurs* de hoje poderem ser encontrados no espaço do WEB. Eles navegam pelo espaço virtual, usufruindo o erotismo imanente a uma visão privilegiada a partir de um ponto de vista que permanece oculto (Frisby, 1994:82). À lista de modos de *flânerie* contemporâneas já composta pelo *zapping* do ouvinte de rádio e do espectador de televisão de olho posto sobre o mundo ou à *flânerie* de *tour-package* associado ao turismo de massa (Smart, 1994:162) temos de acrescentar a *flânerie* que se traduz na navegação pelo *Cyberespaço*.

O que a cidade e a estrada, a rua eram para o *flaneur*, a Internet e a super auto-estrada da informação seriam para o *cyberflaneur*.

Porém, a verdade é que a afirmação crescente da individualidade é acompanhada pela multiplicação crescente da vigilância: firmas de estudos de mercado como a Claritas Corporation deslumbram-nos com as possibilidades emergentes de realização de um policiamento de novo perfil. Esta firma registava, em 1995, mais de 500 milhões de consumidores individuais e respectivos dados provenientes de várias bases de dados fundamentais. A empresa combina mais de 1200 bases de dados do sector público e do sector privado, a partir das quais gera a sua base de dados, sendo a jóia da coroa uma base chamada *prizm* que individualiza leituras de magazines favoritos, hábitos alimentares, compras prioritárias, automóvel e programa de televisão favo-

ritos, etc, conseguindo obter a caracterização finíssima de segmentos correspondentes a 1,1% da população dos Estados Unidos. (Poster, 2000:105).

Em face destes dados apresentados não é possível deixar de reflectir: será que devemos reduzir toda a insistência no entretenimento e na afirmação individual a um puro apelo às forças de mercado ou devemos, pelo contrário, ter em conta o facto de que a insistência na fruição individual é um elemento com potencial emancipatório que tem a ver com a vontade de realização que é uma das conquistas da modernidade e que se pode traduzir em modos de cidadania que fujam à subordinação aos *media* sistémicos?

A resposta a este dilema terá que ser encontrada através de uma atitude normativa e reformista que urge pelo regresso da política. Uma abordagem semelhante tem que passar por alguns pressupostos todos eles herdados de uma leitura da modernidade equidistante quer em relação aos modelos capitalistas e neo-liberais prevalecentes, que em relação às soluções clássicas conhecidas, algumas das quais já provaram o seu esgotamento como o socialismo burocrático ou dificuldades de manutenção como o Estado Providência, quer ainda em relação às hipóteses pós modernas, as quais muitas das vezes se limitam a uma espécie de *anything goes* complacente.

Assume-se que “vivemos num tempo em que a experiência privada de ter uma identidade pessoal por descobrir, e um destino pessoal por cumprir, se tornou uma força subversiva de grandes proporções” (Roszack, 1979: 193). Esta força subversiva passa por assumir uma articulação entre o que Giddens designa por política da emancipação e política da vida (Cfr. Giddens, 1997:193). Pela primeira, entende-se uma política que visa libertar grupos desfavorecidos da sua condição infeliz ou eliminar as diferenças relativas entre eles, procurando-se reduzir ou eliminar a exploração, a desigualdade e a opressão, tomado por primordiais a justiça,

igualdade e participação. Quanto à segunda, diz respeito a questões políticas que emanam dos processos de realização pessoal em contextos pós-tradicionais e decisões que afetam a identidade em si mesma. A articulação entre ambas será tanto menos imperfeita quanto mais as circunstâncias sociais se aproximarem de uma situação de discurso ideal, tendente para uma ordem social baseada na acção autónoma de indivíduos livres e iguais.

A concretização de uma situação deste género exige a dinamização de contextos comunicacionais que permitam a criação de condições de autonomia para os indivíduos. Como tal, implica a mobilização de recursos mediáticos, os quais se encontram, todavia, sujeitos a um conjunto de pressões provenientes da ordem sistémica que tornam difícil a realização desse objectivo. Está-se consciente de que a natureza da lógica económica em que os *media* estão envolvidos implicará um conjunto de factores dos quais se sugerem, com as devidas cautelas, os seguintes:

- i) a criação de condições para que o sistema democrático mediático seja capaz de representar todos os interesses significativos presentes na sociedade. Este objectivo pode ser alcançado através da abertura moderada de canais de acesso público, negociando-se no sentido de que as companhias concessionárias tornem disponíveis equipamento e tempo de antena a fim de que seja possível fazer uso do canal apenas com as restrições decorrentes da lei vigente;
- ii) o lançamento de incentivos no sentido de um pluralismo regulado, com um enquadramento institucional que assegure a existência de centros de produção que mantenham uma radical independência em relação aos monopólios privados e ao Estado, podendo ser variáveis os regimes de propriedade. Entende-se o serviço público como a assunção de que o princípio da liberdade de expressão tem uma dimensão pública, sendo política e moralmente legítimo defender formas flexíveis de intervenção regulamentadora que visem

garantir tendencialmente a possibilidade de exercício dos direitos por todos os cidadãos, dificultando as formas de concentração excessiva da propriedade que se traduzam numa redução significativa da diversidade, utilizando meios e recursos disponíveis para assegurar níveis de pluralidade aceitáveis;

iii) discutir formas de conduzir essa filosofia para o interior das redes. Importa aproveitar e reforçar as possibilidades de intervenção cidadã: o que significa, que contornos pode assumir?

iv) incrementar a literacia mediática, na perspectiva de que públicos esclarecidos sejam mais críticos, na perspectiva de que, hoje, uma sociedade civil democrática, é uma sociedade de comunicação;

v) incentivar a dimensão literária, publicista, cívica da escrita mediática, mesmo correndo o risco de uma dimensão minoritária que se limite a algumas universidades e canais alternativos. Este aspecto merece ser sublinhado porque só uma cega análise economicista pode negar o papel da forma e do estilo como elemento estruturante do campo mediático. Ao propor que se comece a pensar este percurso, sugere-se, enfim, a possibilidade de redescobrir novos caminhos estéticos que não sejam uma mera subjugação às forças comerciais dominantes, aproveitando a interactividade e a escolha múltipla para abrir percursos estéticos mais criativos, essenciais para percursos políticos mais audaciosos. Nesta matéria, poder-se-á aprofundar o ambicionado desejo de um realismo utópico - de que já se falava em 84 - onde a emergência da individualidade sobressaia pelas suas potencialidades transformadoras e não apenas por uma exploração sensacionalista e necessariamente subjugante da diferença. Isso já se fez: “Portugalmente”, lembram-se? Nesse sentido, pensa-se que um dos caminhos porque passa a ideia de serviço público em Portugal pode ser o de pensar uma política global de comunicação, em que o estímulo à cri-

A emergência do individualismo na cultura mediática contemporânea

atividade constitua um pólo possível de colaboração entre instituições e *media*. Assim, não é absurdo sustentar a necessidade de um novo modo de jornalismo. A descoberta de novos modos de complementaridade entre os *media* tradicionais e os *media* interactivos, o repensar da escrita mediática, aproveitar as potencialidades estéticas dos novos *media* não é de modo nenhum esquecer a dimensão social dos *media*, mas dar uma outra centralidade a uma certa dimensão do social frequentemente esquecida como tal. Aqui, as universidades terão, naturalmente, uma palavra obrigatória.

BIBLIOGRAFIA

Beck, Ulrich, *Risk Society: towards a new modernity*, London, Thousand Oaks, New Delhi, 1992.

Benjamin, Walter, *Paris - the Capital of the Nineteenth Century*. in *Charles Baudelaire: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism*. NLB 1977

Correia, João Carlos, *Comunicação e cidadania: os media e as dinâmicas das identidades nas sociedades pluralistas*, Covilhã, UBI: 2001.

Foucault, Michel *História da sexualidade, o uso dos prazeres*, vol. II, Lisboa, Relógio d 'Água, 1994.

Giddens, Anthony, *Consequências da Modernidade*, Oeiras, celta, 1996

Giddens, Anthony, *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras, celta, 1997.

Mayans i Plannels, Joan, «Género Chat: Ensayo Antropológico sobre Socialidades CiberTextuales» in *Textos de la Cibersociedad*, nº1, Temática avariada., 2001. Endereço internet: <http://www.ub.es/antropo/ciber/gc-0.htm>

Poster, Mark, *A Segunda era dos media*, Lisboa, Vega, 2000.

Renault, Alain, *A era do indivíduo: contributo para uma história da subjectividade*, Lisboa Piaget, 2000.

Roszack, Theodor, *Person-Planet: The Creative Destruction of Industrial Society*, Londres, Gollanzc, 1979

Sartre, Jean-Paul, *O Ser e o nada*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1999.

Shields, Rob, *The Flâneur*, edited by Keith Tester, London: Routledge, 1994

Simmel's Georg, *On Individuality and Social Forms*, Chicago, The Chicago university Press, 1984.

Tester Keith, (Ed.), *The Flâneur*, London: Routledge, 1994

OS ADMINISTRADORES DE ILUSÕES: ESPECTÁCULO, SUBJECTIVIDADE E IDEOLOGIA NA CULTURA MEDIÁTICA CONTEMPORÂNEA¹

Introdução

A cultura dos *mass media* vive sob suspeita. Por um lado, sempre se fez sentir a vocação dos *mass media* para despertar e gerir a emoção, o que desde logo remete para as categorias do espectáculo e da subjectividade. Por outro lado, sempre se suspeitou da manipulação do desejo como forma de impedir o uso da razão, o que leva a pensar na figura da ideologia. Gerindo o desejo, proporciona-se uma excitação de viver que oculta a miséria da vida. Num contexto relativamente irónico, pode afirmar-se que a cultura mediática é ópio do povo.

A cultura mediática implica uma gestão programada da ilusão e uma planificação económica do desejo. Activa-o, cria a ilusão da sua realização e adia-o num perpétuo jogo de relação entre a satisfação e a insatisfação de que é feito o consumo. Entre a activação do desejo e o adiamento da sua realização, surge o frémido que resulta de um prazer sempre antevisto e nunca integralmente cumprido. Os críticos do hedonismo só parcialmente têm razão: a cultura contemporânea não vive centrada no prazer mas antes na expectativa de que o mesmo se realize.

Os programadores de televisão serão, a confirmar-se esta possibilidade, os novos mandarins que almejam proporci-

¹ - *Texto publicado na revista Media & Jornalismo, publicação do Centro de Investigação em Media e Jornalismo, nº 2, Ano 2, Março de 2003, Edições Minerva, Coimbra.*

onar ao povo, através da colonização da sua fantasia pela indústria do sonho e da imaginação, as formas simbólicas que lhe permitem rever a sua vida sob forma invertida como numa *camera obscura*.²

Ao longo deste texto, efectua-se o seguinte percurso:

- a) Identifica-se o espectáculo como uma categoria fundamental da cultura mediática que, ao contrário do que muitos supõem, não se resume à cultura televisiva. Reconhecendo o papel da TV na espectacularização das fórmulas simbólicas, tento demonstrar que existe nos *mass media* uma vocação para a sobreexcitação do desejo e para a conquista da agradabilidade que não se resume ao *medium* televisivo. Assim, começa-se por uma caracterização da cultura mediática que evidencia a existência de uma vocação espectacularizante que parece percorrer grande parte da história dos meios de comunicação de massa, ainda que com graduações diferentes.
- b) Relaciona-se este afã de agradar e de tornar apelativo com a gestão do desejo e a vocação compulsiva de desencadear o prazer através de uma constante diferenciação simbólica. Esta associar-se-ia com o acto de consumir e com o desejo de participar no imenso espectáculo em que a vida se tornou. A conquista dos quinze minutos de fama tornou-se uma profecia tímida em face do afã de exposição e de transparência que caracteriza a vida moderna. A democratização do espectáculo obriga a que todos almejem serem actores. A oportunidade de ser actor está muitas vezes relacionada com o desejo de habitar uma ficção sem estrelas. A “vida real” é encenada segundo os desejos

² - Nota do autor - Em latim no original. Pretende-se com a ideia da *camera obscura* fazer a alusão à metáfora da inversão da realidade que percorre a “Ideologia Alemã”, de Marx e Engels.

euforicamente expressos pelas audiências que desta forma compartilham ilusão de que todos podem participar no grande espectáculo: o Big Show.

Este afã de “viver a vida” contém leituras contraditórias. Habitar esta ficção significa, muitas das vezes que os seus actores se recusam a serem agentes sociais. A vocação ou tendência para uma certa encenação mediática do *self* - nunca tantos casaram, choraram e até amaram ou morreram em directo - relaciona-se com um particular impulso das sociedades modernas, em que se equacionam desejos recalcados e anseios não satisfeitos e constantemente reactivados. Porém, também significa algo mais profundo: a busca de novas condições de visibilidade. A centralização da cultura mediática nos projectos individuais parece ser um traço da moderna comunicação de massa: passa pelos *reality shows*, pela insistência nos dramas reais e nas histórias de vida. Será isso uma mera tendência para a despersonalização dos indivíduos através da gestão dos seus desejos? Qual é a importância do individualismo na descoberta de novas formas de viver a vida e na afirmação de novos direitos?

- c) Articula-se a gestão do desejo com a questão da ideologia. A questão do sujeito é fundamental na ideologia. Se aquele for olhado como um efeito de poder ou como um idiota socializado a ideologia surge inapelavelmente casada com a dominação. Pelo contrário, a consideração do sujeito como uma categoria que incorpora, dialecticamente, a possibilidade de crítica relaciona-se com uma concepção ampla de teoria social interpretativa. Este modo de abordar a acção social é inconciliável com o anti-humanismo estruturalista ou com a reificação que percorre a crítica à sociedade administrada.

Da forma como se considera a ideologia resultam, pois, três questões fundamentais. A primeira é a relação do sujeito com a cultura: idiota socializado, efeito de poder ou agente

dinâmico? A segunda diz respeito à autonomia das formas culturais relativamente aos *media* sistémicos, ou se quisermos de outro modo, à autonomia da superestrutura em relação à infra-estrutura. A terceira questão diz respeito à sociedade civil. Será esta uma arena de luta simbólica onde se processa o combate entre os grupos dominantes para obterem a hegemonia, isto é, o reconhecimento da validade da sua dominação, ou pelo contrário, uma realidade completamente reificada, apenas outro nome para a infra-estrutura?

A articulação entre estes temas díspares pode e deve ser feita. Se consideramos o espectáculo mediático como uma forma de gestão e manipulação das necessidades do indivíduo reduzido a um efeito de poder, então a cultura mediática surge-nos como pura ideologia relacionada com a busca desenfreada do lucro e a produção de ilusões que dizem respeito à perpetuação do sistema.

Se ao invés considerarmos que o espectáculo se pode relacionar com formas de afirmação do sujeito que passam pela busca e consolidação de caminhos alternativos que ganharam uma dimensão individual, outra terá que ser a concepção de cultura de massa e de sujeito. A sociedade civil reflectirá os antagonismos que percorrem as sociedades pluralistas modernas, mostrando a dimensão simbólica desses antagonismos e afirmando-se como sociedade de comunicação.

Provavelmente, o dilema é pertinente mas não permite, como alguns gostariam, escolhas lineares.

A actualidade da teoria crítica e a categoria do espectáculo

Os autores que se opõem às diferentes versões da crítica à comunicação de massa costumam argumentar com o facto de que a criação de efeitos no público é susceptível de ser identificada ao longo de toda a história da cultura. Para esse

efeito, recorrem à apresentação de exemplos abundantes em que a chamada alta cultura aparece associada ao sucesso popular e ao recurso a fórmulas folhetinescas e sensacionalistas que visariam prender a atenção do público. Incluem-se, neste caso, os exemplos da tragédia grega, do teatro elizabetiano, de Dickens, Alexandre Dumas, Victor Hugo na literatura, da ópera na Itália do Século XIX, de Chaplin, Buster Keaton, Ford, Wells ou Hitchcock no cinema durante o século XX. Com esta argumentação procura-se contrariar a opinião de clássicos da crítica da cultura como McDonald, Adorno ou Horkheimer (cfr. Carrol, 1997: 15-109). Estes clássicos veriam na comunicação mediática - como traços que diriam respeito à sua própria natureza - o empobrecimento estético através da utilização de fórmulas e estereótipos pré-fabricados, a generalização do conformismo e da apatia, o empobrecimento da capacidade racional dos consumidores, a vulgarização de fórmulas espectacularizantes destinadas à exploração dos sentimentos básicos dos receptores transformados em consumidores e a degradação da linguagem.

A argumentação contra as conclusões generalizadoras da Teoria Crítica põe, a nu a tendência para um raciocínio especulativo que resume a cultura contemporânea ao consumo massificado, recusando-se a olhar para o universo simbólico contemporâneo das nossas sociedades e a descortinar os vestígios contraditórios de uma cultura autónoma com os seus momentos ambivalentes, as suas transformações concretas, a própria permanência de elementos de rebeldia e de esperança (cfr. Esteves, 1995: 95). Descortina-se no pensamento da Escola de Frankfurt uma tendência para demonstrar o carácter homogeneizado da realidade sobre que se debruça, o qual passa pela enfatização da universalidade e inevitabilidade dos traços que identifica no seu objecto de estudo. Esta tendência manifesta-se na convicção fortemente arreigada do devir totalitário das

sociedades industriais: “Já na época do Nacional-Socialismo”, afirma Horkheimer, “ficou visível que o governo totalitário não era um mero acaso mas um sintoma do caminho da sociedade” (Horkheimer, 1990:3). Por outro lado, esta abordagem culmina numa visão reificada de toda a cultura. Não se trata de um fenómeno pontual que aflora e contra o qual se apela à urgência da prevenção. A modulação da cultura pela administração é o “todo”, pois projecto político ligado ao universo tecnológico “molda todo o universo da palavra e da acção, a cultura material e a cultura intelectual” (Marcuse, 1968:19). Consequentemente, o “modelo de pensar administrativo tornou-se o modelo de toda uma forma de pensar que ainda se acredita livre” (Adorno e Horkheimer, 1995: 32).

Graças a esta generalização totalizadora, são evidentes os exageros praticados pelos principais autores da Teoria Crítica na sua apreciação da indústria cultural. O modo como Adorno, Horkheimer ou McDonald “atacam” o cinema em geral, a literatura policial, o jornalismo e certos géneros de música como o jazz, não deixa dúvidas quanto ao facto de que a crítica da cultura mediática parte de premissas iniciais que carecem de evidência empírica e, em especial, de uma leitura mais cuidadosa das diferenças entre os diversos géneros e, dentro destes, dos diferentes produtos que integram a indústria e sobre os quais é lançado um anátema generalizado. No caso particular da Escola de Frankfurt, partindo-se da premissa da uniformização do gosto estético, a própria Teoria Crítica parece homogeneizar o fenómeno sobre que se debruça, pelo que numa parte substancial dos seus textos parece não haver lugar para a aplicação de critérios, de tal forma tudo é apresentado como desesperadamente igual.

Apesar de tudo, a desconfiança da Teoria Crítica relativa à cultura dos *mass media* contém algumas intuições e destaca alguns traços da indústria cultural que me parecem dignos

de serem tidos em conta desde que, claro, seja feita a ressalva de que carecem do complemento de uma análise empírica, social e histórica, sobre os objectos nos quais se incide. Com efeito, o impacto da Teoria Crítica na cultura mediática neste particular momento do século XXI deve balizar-se por duas reflexões:

- a) Por um lado, já se tornou claro que muitas das apreciações conjunturais empreendidas pelos críticos da cultura mediática se revelaram preconceituosas e sobretudo excessivamente generalizadoras. Apesar de os últimos escritos de Adorno revelarem consciência da necessidade de uma análise empírica, podendo sentir-se alguma reconsideração da tonalidade apocalíptica que perpassa impiedosamente pela “Dialéctica do Iluminismo” insiste-se afinal na diabolização generalizada da cultura de massa de forma a que os seus traços sejam considerados como um prejuízo claro para a possibilidade de participação democrática (cfr. Adorno, 1996-b: 294). As amarguras do exílio, o contacto com o nazismo e com o consumismo da sociedade americana impediram-nos de ver que nem todos os modos de dominação são iguais e que os produtos da indústria mediática não são todos medíocres e conformistas.
- b) Por outro lado, o processo de liberalização do sistema dos *mass media*, designadamente da programação e da informação televisivas levou a um recrudescer dos estudos sobre esta escola. Se tivermos em conta as gradações esquecidas, evitando-se as generalizações perturbantes há alguns traços que parecem merecer atenção dos investigadores. Os recentes alertas de intelectuais pertencentes a diversos percursos teóricos contra a generalização do entretenimento consumista e da fusão entre informação e entretenimento vieram relançar novas preocupações e conferir visibilidade a argumentos que se consideravam datados.

Posto isto, pode-se dizer que acredito moderadamente nalguns pontos que são parte do diagnóstico levado a efeito pela Teoria Crítica contra a cultura mediática. Porém, ressalvo, previamente, a minha convicção segundo a qual os autores que trabalharam a indústria cultural a partir das posições da Escola de Frankfurt consideraram os seus raciocínios como premissas unilaterais e indiscutíveis generalizando para toda a cultura uma mesma condenação impiedosa. Algumas destas intuições devem ser olhadas, antes, como possibilidades, tendências ou riscos que se revelaram de forma ora mais, ora menos acentuada ao longo do processo histórico de consolidação da comunicação de massas. Ressalva-se, por isso que, apesar dessa concordância com alguns dos traços diagnosticados pela Escola de Frankfurt, a observação sobre a comunicação de massa terá sempre que ter em conta a observação histórica, os interesses conflitantes, as possibilidades contraditórias e a capacidade de resistência dos públicos. No caso concreto dos *media*, insiste-se na percepção de uma ambiguidade estrutural que resulta do facto de estes não poderem viver ao abrigo das contradições que os atravessam, designadamente por despoletarem e amplificarem novas pretensões de validade.

Feita esta ressalva que insiste muito particularmente numa apreciação detalhada das diferenças e das gradações, penso que há traços que continuam a merecer atenção, sendo que esta atenção deve funcionar como um alerta para as patologias que ameaçam o universo dos *media* e nunca como uma caracterização válida para todos os tempos e lugares.

Em primeiro lugar, destaco a análise da intervenção da racionalidade técnica e industrial no seio da cultura. A análise weberiana do desencantamento do mundo, aplicada por Adorno e Horkheimer ao universo da cultura, chama a atenção para o facto de que o pensamento administrativo das burocracias industriais dá origem a perversões pela unifor-

mização dos produtos. Se a racionalidade industrial e burocrática não é tão poderosa que tivesse originado um deserto totalitário, não deixa de ser um facto que este ângulo de análise merece ser tido em conta. O século XX assistiu à industrialização generalizada da cultura. Existem muitos exemplos onde esta industrialização implica uma perda de criatividade, uma relativa estereotipização das narrativas e uma certa reificação das relações sociais apresentadas como eternas e imutáveis em função da necessidade de não perturbar o gosto médio dos consumidores. Se é verdade que o cinema americano, por exemplo, não é o deserto de inteligência agredido por Adorno, se é verdade que os filmes que retemos na memória - as obras de Chaplin, de Buster Keaton, Wells, de Ford, de Wilder, de Hitchcock, Nicholas Ray, Howard Hawks ou até os musicais da MGM realizados por Minelli e Stanley Donen, ou mais recentemente, as obras de W. Allen, dos irmãos Cohen, Fincher ou de Lynch ou de Steven Soderbergh - são uma demonstração de como é possível utilizar inteligentemente os códigos pré fabricados da indústria e do género também é importante lembrar que no mesmo universo que originou estes exemplos se verificou-se a criação de uma censura de gosto, de uma regra de precedentes, de uma estereotipização de procedimentos que originaram a institucionalização de formas reificadas de reflectir sobre a realidade. Estes fenómenos reflectiram-se em milhares de filmes que rapidamente caíram no esquecimento e sufocaram, muitas vezes, a possibilidade criativa de muitos dos autores que hoje citamos. O caso de Worson Wells é um dos mais significativos e dramáticos. A defesa que Adorno faz do termo indústria cultural contra o termo cultura de massa possui virtualidades se retirarmos a retórica generalizadora e impressionista que envolve a maior parte dos seus textos sobre o fenómeno. Este termo acentua o carácter profundamente industrial da produção de normas simbólicas pela chamada comunicação de massa: a espe-

cialização de novas profissões, a adopção de normas estilísticas e de convenções narrativas e organizacionais. Nesse sentido, a utilização de uma fórmula facilmente reconhecível ganha um sentido diferente. É evidente que os sonetos de Shakespeare e a tragédia grega também utilizam uma fórmula. Porém, a história da indústria cultural está cheia de exemplos que indiciam a adopção de determinados códigos e dispositivos narrativos por razões que se prendem com preocupações estatísticas relacionadas com estudos de mercado que, muitas vezes, asfixiaram obras esteticamente criativas e inovadoras. Contemporaneamente, continuam a verificar-se a aposta em fórmulas estereotipadas e a consequente perda de liberdade por parte de alguns dos autores mais inovadores que se afirmam na indústria.

A racionalidade instrumental é omnipresente nas sociedades modernas. Porém, a sua transformação na própria natureza da indústria cultural tal como foi pensada por Adorno e Horkheimer conduz à impossibilidade de compreensão das diferenças.

Em segundo lugar, destaca-se a insistência no facto de a necessidade de agradabilidade que percorre as formas industriais de cultura poder conduzir à busca de uma sintonia com os valores e visões do mundo pré-existentes. O receio de que a formulação de raciocínios considerados difíceis e problematizantes obtenham um sucesso escasso leva a sintonizar a cultura produzida pela indústria mediática com aqueles que são tidos como os gostos vulgares dos cidadãos vulgares. Isto pode dar origem a um efeito ideológico que se traduz numa espécie de conformismo sublinhado *a priori* na ideia de que as coisas são como são. O entretenimento parece implicar a ausência de criatividade e de subversão e a insistência nos valores adquiridos. A fórmula adorniana do pensamento da identidade refere-se, deste modo, a uma cultura que não nega a realidade estabelecida mas cria a identificação com ela. Mais uma vez, estamos diante de um

risco, uma possibilidade ou uma tendência que se consolidou, muitas vezes, na música, no cinema ou no jornalismo. Porém esta tendência não se afirmou de uma maneira incontornável. Não impediu fenómenos de criatividade e de autonomia que constituíram verdadeiros desafios para as ameaças de conformismo: “2001: Odisseia no espaço” não é decerto a mesma coisa que “O Dia da Independência”, como “O Big Brother” não é “Portugalmente”. Contra o risco de construção de consensos ideológicos levantam-se constantes dinâmicas culturais que questionam o que parece adquirido.

Em terceiro lugar, esta ambição de agradabilidade está relacionada com a presença do mercado como *medium*. Todo o raciocínio é transformado em mercadoria de tal forma que tudo aquilo que não se conforma com as especificações produtivas da indústria cultural é rejeitado. As recentes evoluções verificadas no panorama audiovisual confirmam que a entrega do monopólio da produção da comunicação de massa ao mercado tem efeitos perversos na qualidade. A necessidade de obtenção de retornos rápidos do investimento efectuado conduz à produção maciça de programas baseados na exploração fácil da emoção seguindo fórmulas simplistas e seleccionados, apresentados e distribuídos segundo critérios de rentabilidade.

Finalmente, a indústria cultural induz uma certa forma de passividade. Não me refiro à passividade que alguns teóricos discordantes da teoria crítica, como Carrol (1997), contestam quando insistem em que toda a mensagem mediática implica actividade porque necessita de ser decodificada. A decodificação e o reconhecimento dos códigos utilizados podem até reforçar o efeito de identificação com a mensagem, graças à gratificação sentida pelo receptor. É, antes, uma passividade ideológica, um conformismo normativo, uma integração social demasiadamente bem sucedida. A culpa da confusão entre estas duas formas

de passividade é, em grande parte, da Teoria Crítica pois as suas formulações teóricas fazem crer que, pelo menos nalguns momentos, os autores de Frankfurt acreditaram que o pensamento social dominante funcionaria segundo o modelo «estímulo-resposta». Porém, parece-me que o essencial da mensagem a reter diz antes respeito a um conformismo axiológico que se traduz, mais uma vez, na incapacidade de pensar a sociedade de um outro modo diferente daquilo que ela é. Também aqui, porém, se revelam contradições que impedem a existência de formulações unilaterais condenatórias. Se a indução da passividade e do conformismo diz respeito à própria natureza da comunicação de massa seria difícil explicar a sua constante mutação, ou os fenómenos de rejeição e de reacção que conduzem a alterações no seio desta forma de cultura. Se é verdade que, muitas das vezes, a subversão é ela própria um valor mercantil que oculta “mais do mesmo”, é verdade que existem margens de exercício crítico que continuam a ser pensadas. Ou seja, cada *medium* faz parte de um conjunto que não é nunca completamente homogéneo e coerente. Cada recepção possui uma margem de leitura autónoma que não se limita a transformar o sujeito num *robot* cultural.

Partindo desta aceitação relativa das críticas à comunicação de massa enquanto tendências que não podem ser esquecidas e que explicam alguma da inquietação que hoje ocupa a reflexão sobre os *media*, poderemos acrescentar outras preocupações que, não provindo exclusivamente da Teoria Crítica, se articulam com preocupações explícita ou implicitamente relacionadas com esta teoria ou do mesmo ambiente teórico.

Desde logo, os *media* contribuem para a construção da realidade social e para a fixação de visões do mundo. São responsáveis pela definição do que é socialmente visível. Impõem um nivelamento de critérios na apreciação de factos desiguais em importância. Contribuem para a trivialização

da realidade e para a exploração sensacionalista da desgraça alheia. Produzem consensos fictícios em torno da agenda pública. Privilegiam o espectáculo em detrimento de uma tematização criteriosa. Assentam a sua presença em mensagens facilmente apreensíveis, descurando as abordagens mais complexas.

Finalmente, a forma como o espectáculo é referido a propósito da indústria cultural merece reflexão: a dramatização da realidade e a sua transformação de acordo com as categorias do espectáculo, a introdução das regras do espectáculo e da publicidade na generalidade da cultura mediática e na percepção e construção da realidade social dificilmente pode ser negada. O grande modelo das dinâmicas sociais apropriadas pelos *media* não é o circo, como dizem alguns intelectuais, mas o número do ilusionista: este é o número em que nos é dito que tudo pode acontecer. Na verdade, muitas vezes não acontece nada de relevante, a não ser a ocultação do modo como as coisas são feitas. A sociedade de consumo vive obcecada por fazer passar a ideia de que as nossas vidas podem ser transformadas. O truque consiste em que se sabe que isso dificilmente acontece no plano em que a publicidade pretende fazer acreditar: as férias de sonho, o parceiro inacessível, a fama e a fortuna inatingíveis. Porém, continuamos a comportarmo-nos como se isso fosse verdade desde que actuemos de determinada forma. É aqui que a indústria intervém com a sua força anti-depressiva: não desanimem, racionalizem. Vejam mais uma novela e não percam o próximo episódio da vida real.

O espectáculo como categoria essencial da cultura mediática

Na perspectiva que defendo, a comunicação de massa não é definida inelutavelmente pelos traços negativos que a Teoria Crítica aponta como sendo a sua verdade, a sua

natureza. São demasiadas as contradições existentes na realidade estudada para entender estas críticas unilaterais como o diagnóstico que a permite definir. O erro da Teoria Crítica é suspender a marca epocal das suas investigações (cfr. Esteves, 1995: 94), generalizar as suas conclusões à totalidade dos produtos como se todos eles merecessem o repúdio generalizado. Pelo contrário, a análise que pretendo fazer, em relação a um traço particular da comunicação de massa contemporânea - a insistência na espectacularização das mensagens - tem em conta que se deve olhar para este fenómeno como uma realidade contraditória que se não pode considerar como um fenómeno intemporal e incontornável.

A comunicação de massa é uma forma de cultura que surgiu a partir do momento em que apareceram meios técnicos e comerciais para a produção, distribuição e difusão de formas simbólicas tendo como destinatário um público heterogéneo e indiferenciado, por parte de organizações especializadas nessa tarefa, com o recurso a profissões socialmente legitimadas para o efeito, de acordo com normas, técnicas e convenções que se acredita serem as mais adequadas para a sua concretização (cfr. Carrol, 1997: 184). Estas condições só surgiram a partir do século XIX com a aparição do jornalismo industrial e das artes reprodutíveis.

Desde a industrialização da cultura houve a possibilidade de reproduzir, em quantidades expressivas, certas formas narrativas centradas na exploração da fantasia e na gestão das emoções. A partir do século XIX a necessidade de corresponder à agradabilidade dos gostos populares das classes em ascensão generalizou esta tendência para o sensacionalismo e para a espectacularização. No século XIX, lado a lado com a emergência de um paradigma novo que focaliza a informação em vez da opinião, assiste-se à comercialização da imprensa. A imprensa de massas emergiu com uma preocupação crescente de acessibilidade.

As mensagens passam a veicular informações coloridas e agradáveis para as audiências maioritariamente constituídas pelas novas classes urbanas. A imprensa de massas foi uma resposta às necessidades culturais desencadeadas pela transformação da esfera pública. O processo de desenvolvimento capitalista era favorável ao desenvolvimento de uma mentalidade igualitária. As classes emergentes buscavam a sua identidade, opondo-se às classes aristocráticas identificadas com a cultura clássica (cfr. Schudson, 1978: 4). Estavam reunidas as condições sociais e culturais que tornaram o crime, o baile de sociedade, os *fait divers*, o desporto e o combate de rua como noticiáveis. Por outro lado, embora a introdução da publicidade tenha provocado maior democratização do consumo das mensagens mediáticas, alguns autores como James Curran entendem que este fenómeno também produziu uma maior tendência para o aumento do sensacionalismo e para a despolitização da imprensa (cfr. Curran e Seaton, s/d: 7-8). Os governos, na sequência do aparecimento da publicidade imediatamente criaram taxas e impostos que garantissem a propriedade burguesa da imprensa. Os anunciantes mantiveram uma relação com o novo *medium* que privilegiou as publicações que sublinhassem os valores estabelecidos discriminando jornais que contrariavam os seus preconceitos políticos. Muitos jornais da esfera pública plebeia acabaram por se despolitizarem deslocando a sua relação com as classes populares para o plano do sensacionalismo.

Recentemente, o regresso inexorável do mercado e a visibilidade adquirida pelo carácter industrial dos *media* no recente processo de desregulação gerou uma nova vaga de criticismo. O que dantes era um bem escasso - o espaço hertziano - deixou de o ser graças às novas possibilidades tecnológicas de distribuição. Com o aparecimento dos novos *media* e a derrocada dos monopólios televisivos, o neo-liberalismo tornou a paisagem audiovisual europeia

irreconhecível (cfr. Traquina, 1997:16). A diminuição do peso da taxa de serviço público e o aumento da percentagem de publicidade como fontes de receita da indústria audiovisual europeia traduziu-se na entrega da hegemonia da gestão do sector ao mercado. Verifica-se, assim, nos *media*, um incremento substancial no volume de horas destinadas à função de entretenimento; aumenta o espaço ocupado pelo desporto; escasseia a atenção dada a novos programas de informação sobretudo quando impliquem pesquisa e investigação; constata-se uma presença mais substancial de *reality shows* e telenovelas; dilui-se, de modo acentuado, a separação tradicional entre informação e espectáculo; privilegia-se o espectáculo do quotidiano; proliferam as histórias de vida da “gente vulgar”. Há uma maior tendência para a escolha de formatos que exigem as convenções narrativas inerentes ao espectáculo, assim como para a escolha de temas que implicam uma certa personalização e jogam com a intensidade das emoções (cfr. Traquina, 1997:13; 18-20).

Finalmente, o culto sedutor das aparências, o frenesim das mensagens apelativas e de fácil compreensão, a insistência em produtos que solicitam uma interpretação mínima tornou-se o conteúdo fundamental da nova programação. O papel dos *media* aparece associado à gestão do desejo, à presença do inédito, da transgressão, do choque, da mudança, à procura do prazer, da diferença, do efémero, à ideia de uma sociedade puramente “permissiva”, fundamento de uma excitação algo forçada que mobiliza o pensamento e a acção (cfr. Touraine, 1996: 10). O jogo arriscado dos afectos foi apropriado por uma ficção que se identifica com uma inversão da própria vida (cfr. Débord, 1991: 9).

Espectáculo e subjectividade

A gestão mediática do imaginário parece, recentemente, centrar-se, na insistência na fruição individual em detrimen-

to da acção pública. Manuel da Fonseca, Director da SIC em 1994 afirmava, então, muito antes da aparição de *Big Brother*: “as pessoas sentiram necessidade de se exhibir, de aparecer, de protagonizar. Este é realmente o século do povo e isto manifesta-se através da afectividade. Considera-se desejável a exposição dos afectos, através da psicanálise, do envio de cartas para os jornais, de diários, de autobiografia. A televisão integra-se neste movimento, operando um momento de transição da intimidade para uma exposição pública”. Para além dos *talk shows*, que privilegiam os notáveis da política, as estrelas do mundo do espectáculo e outros VIP’s, novas variações surgiram, dando a palavra a pessoas comuns e abordando temas considerados “tabus” (cfr. Traquina, 1997: 98). O fenómeno passa pela transformação da realidade em espectáculo e, por isso, pela transformação do indivíduo no papel de protagonista da sua história pessoal. A argumentação do responsável da SIC tem consistência sociológica. O problema que se coloca é este: será que devemos reduzir toda a insistência no entretenimento e na afirmação individual a um apelo às forças de mercado ou seja uma forma de alienação do *self* reduzido a um puro efeito de poder ou devemos, pelo contrário, ter em conta que a insistência na fruição individual é um elemento que tem a ver com a vontade de realização que é uma das conquistas da modernidade?

A relação entre a comunicação de massa e a construção da subjectividade é um processo que conduz a leituras muito diversas. As teorias críticas da cultura de massa associaram a comunicação com a integração social. De Adorno a Débord e ao primeiro Baudrillard, passando por Marcuse, assiste-se à hipótese da ortopedização do desejo de modo a canalizá-lo para a compulsão consumista. As correntes críticas, por um lado, insistiram na homogeneização, na massificação e na negação da subjectividade como efeito das indústrias culturais. Por outro lado, associaram os *media* à diversidade,

ao hedonismo e à obtenção do prazer pessoal. Esta contradição é apenas aparente: a enfatização da diferença é apenas uma forma de se proceder à celebração do mesmo.

Na sociedade de consumo, o jogo do desejo e da manipulação de necessidades faz-se a partir da gestão desse moderno fenómeno que é a permanente espera da transformação da vida. Há uma compulsão que faz o consumidor habitar essa fé única na possibilidade de mudar a sua vida. Para Adorno e Horkheimer, como isto é, claramente, uma impossibilidade, tal promessa é puro ilusionismo, ou melhor, pura ideologia. A gestão do desejo é a forma de garantir a busca inútil da sua satisfação. A indústria cultural desempenha a missão apaziguar e de tranquilizar a insatisfação individual. *“Nada torna um homem mais suspeito do que não estar de acordo, desde o mais fundo de si mesmo, com a vida tal como ela é. O bom humor regulamentar é portanto bem diferente da aspiração aos prazeres da vida, da alegria que proporciona a verdadeira satisfação das necessidades”* (Horkheimer, 1974: 152). Na constelação crítica o espectáculo “é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência” (Débord, 1991:10). Induz-se a crença numa ficção negociada entre os programadores e os anunciantes. No limite, como sugerem Deleuze e Guattari, a economia é marcada pela prática do vazio, pela organização da falta, pelo desejo de desejar. Mesmo as formas mais repressivas e mortíferas de reprodução social são produzidas pelo desejo (cfr. Deleuze e Guattari, 1995: 32-33; 36-37).

Ao invés deste criticismo, um conjunto diversificado de teorias adoptou a ideia de um aprofundamento da subjectividade com um traço fundamental da nossa modernidade. A pessoa moderna, privada de um *telos* unificador, afirma-se como um conjunto de possibilidades que implicam uma decisão (cfr. Sartre 1999: 49). A modernidade é uma ordem pós-convencional, onde a pergunta “como

viverei?” é respondida através de decisões diárias, comportando crescentes elementos de contingência. A reflexividade moderna traduzida numa abertura permanente ao auto questionamento estende-se até ao núcleo do *self*. Nas novas condições abertas pela modernidade, é-se sendo, o que faz cada uma das nossas maneiras de ser, estilos de vida e situações biográficas algo que podia ser de outro modo.

A erupção do estilo de vida é, indiscutivelmente, um dos traços desta sociedade. A construção do corpo, a cultura dietética, desportiva e higiénica, a organização dos prazeres (cfr. Lipovetsky, 1994: 55-56), a biologização da experiência associada à corporeidade (cfr. Rodrigues, 1990:25) envolvem a construção da identidade pessoal. A tomada de decisões sobre o corpo ou a alteração de regularidades biológicas tidas por adquiridas (a fruição da sexualidade, a configuração estética ou a reprodução) passam a fazer parte das possibilidades abertas pelo “estilo de vida”. Na discussão sobre o género a reflexão passa a incidir muitas das vezes em perguntas como sejam “quem sou?”, “como posso ser?” e “porque sou obrigada/o a ser de certo modo”? Ao enveredar neste caminho, a reflexão sobre o género interpela, de modo radical, as relações entre a natureza e a cultura.

Finalmente, as novas narrativas mediáticas põem os problemas do indivíduo no centro do seu discurso. A informação privilegia a história de vida de uma mulher que procura o filho, os relatos sobre mulheres e crianças maltratadas, os dramas de filhos de pais deficientes, as polémicas sobre a genética e a clonagem, às notícias sobre o défice do orçamento e os mistérios da economia. O entretenimento privilegia o encontro entre familiares desavindos, os namoros que se recompõem, as operações de mudança de sexo, os problemas de obesidade, o erotismo-soft, as histórias de sucesso e o casamento dos concorrentes dos *reality-shows*. Estimula-se a fama indivi-

dual, o golpe de sucesso mediático, o meio ano de fama e os heróis fugazes.

No pensamento pós-moderno, emerge um conjunto de teorias que afirmam uma espécie de auto-complacência sofisticada em relação à indústria cultural. A acção dos *media* é descrita como aquela onde tudo é permitido. No novo modo de encarar a comunicação de massa há algumas tendências que urge detectar: a) um certo sentido de resignação político cultural; b) o fascínio pela fragmentação cultural, um desenho da cultura que convive bem com a busca da alteridade e da polivalência cultural (cfr. Wolin, 1995: 44-45).

No que respeita ao primeiro ponto, a cultura mediática parece tão mais valorizada quanto aparece intrinsecamente ligada não apenas à recusa da tirania de qualquer projecto relacionado com um princípio ou sujeito propulsor da história mas à própria ética ou a qualquer sobrevivência de espírito crítico. “A ética não vende” é a frase que melhor espelha o espírito do tempo. As tendências da reflexão pós-moderna que, de modo mais acrítico, expressam semelhantes virtualidades da indústria mediática traduzem-se, muitas vezes, numa veia de cepticismo no que diz respeito a qualquer forma de destino colectivo. A cultura surge associada, sob o ponto de vista ético, ao relativismo normativo, e sob o ponto de vista estético, a fenómenos triviais e fugazes como a moda. O discurso sobre o elitismo dos críticos é acompanhado pela certeza cultivada por alguns teóricos de que as obras da cultura de massa ajudam a superar o fosso entre a arte e a vida pelo que a democracia cultural pode ser realizada aqui e agora (cfr. Wolin, 1995: 45).

Quanto ao segundo ponto, objecto de reflexões mais sofisticadas acredita-se que os *media* teriam sido determinantes para a dissolução dos pontos de vista centrais e das grandes narrativas. Ter-se-ia atingido um pluralismo desinibido: os tabus da sociedade unidimensional teriam sido

eliminados. Não há nenhum tema que seja demasiadamente arriscado (cfr. Wolin, 1995: 50). O que caracteriza a sociedade da comunicação e dos *mass media* não é a sua maior transparência no sentido iluminista do termo, mas a sua maior complexidade, entropia e caos na qual alguns autores pós-modernos julgam residir as nossas esperanças de emancipação (cfr. Vattimo, 1992: 10).

Quer a Teoria Crítica na sua formulação mais ortodoxa quer o pós-modernismo nas suas versões mais triviais são leituras lineares da realidade. Na primeira, a autonomia do sujeito funda-se na decepção e no engano. Na segunda, vai-se pouco mais para além de uma certa exaltação sofisticada das atitudes consumistas das sociedades marcadas pelo liberalismo económico. O sujeito de qualquer das duas concepções tem até parecenças substanciais: é um entusiasta do consumo, da excitação e da euforia que este produz, procura a satisfação das suas necessidades culturais nos *media* e dedica-se ao esforço solitário de ser feliz através das oportunidades que a sociedade capitalista proporciona.

É possível esperar algo mais desta indeterminação, desta contingência e fragmentação, tão celebradas pelos pós-modernos? Limita-se a induzir um relativismo permissivo no qual o sujeito se perde a si próprio ou, pelo contrário, relaciona-se com novas e decerto inqualificáveis, porque não testadas, possibilidades emancipatórias? O filósofo canadiano Charles Taylor admite que o hedonismo contemporâneo resulta numa espécie de absurdo atrás do qual surgem novas formas de dependência e de insegurança na construção da personalidade (cfr. Taylor, 1992:15). Porém, simultaneamente, considera que por detrás da aparente generalização do hedonismo, se esconde um ideal de autenticidade susceptível de ser considerado como moral ou ético e que tem implícito a aspiração a uma existência melhor e mais elevada, relacionada com os projectos de auto-realização pessoal decorrentes da modernidade (cfr. Taylor, 1992: 16-17). À

luz desta concepção, é possível admitir que os mecanismos desejantes impliquem ou, pelo menos, se relacionem com uma vontade, ainda que frustrada, de mudar a vida.

O projecto minimalista dos pós-modernos tem a virtualidade de chamar a atenção para o facto de que, hoje, em vez da concentração das notícias em umas poucas e reduzidas figuras oficiais, se verifica o acesso à programação e até à informação por parte de tipos sociais que finalmente adquirem alguma visibilidade pública. Rorty vai mais longe e considera que enunciados como texto jornalístico, a banda desenhada, o filme e o programa de televisão oferecem-nos pormenores sobre tipos de sofrimento que não conhecíamos tendo substituído o sermão e o tratado enquanto veículos principais de progresso no plano moral (Rorty, 1994: 19).

O pensamento pós-moderno através de Vattimo afirma que a multiplicação do “tomar a palavra” por parte de numerosas subculturas que só conheciam uma remota visibilidade é, talvez, o efeito mais evidente dos *mass media* (cfr. Vattimo, 1992: 11-12). Esta constatação -e as possibilidades emancipatórias que dela se concluem - é importante pelo facto de acentuar a profunda dimensão conflitual e simbólica da construção das identidades nas sociedades actuais. Porém, é difícil partilhar da euforia expressa pelo autor quando afirma “que a rádio, a televisão e os jornais se tornaram elementos de uma grande explosão e multiplicação de *Weltanschauungen*, de visões do mundo” (Vattimo, 1992: 11). A tomada da palavra por novas minorias emergentes é um factor central que Vattimo valoriza acertadamente. Porém essa valorização não é acompanhada por uma força crítica que permita pensar para além de uma certa complacência para com a permissividade neo-liberal. A reformulação da realidade do mundo, entendida como o contexto das múltiplas fabulações (cfr. Vattimo, 1992: 32); a análise do papel dos *media* na libertação dos dialectos,

na exibição do carácter aleatório e não definitivo dos “mundos reais” que as diferentes subculturas partilham (cfr. Vattimo, 1992: 15) são fundamentais, mas só por si arriscam-se a ser uma mera celebração inodora da tolerância liberal. Vattimo não explica como é possível uma recusa da hegemonia de um ponto de vista unitário, sem implicar uma ideia universalista de tolerância para com a diferença. A emancipação resultante da emergência da diferença e do pluralismo implica que indivíduo adquira a capacidade de avaliar as suas convicções morais em termos um certo universalismo ético. Só as ideias de reciprocidade mútua podem permitir a apresentação de pretensões de validade por novos dialectos e subculturas. Isso implica a adesão a critérios universais: todos se devem abster da obtenção de uma hegemonia que imponha uma verdade totalizante.

O limite do pós-modernismo é o seu encerramento numa crítica estética da modernidade através dos valores da provocação, da transgressão e do divertimento. É na experiência estética que Vattimo, na esteira de Benjamin, se apercebe do efeito de *choque* da indústria cultural, o qual evidencia a contingência da existência, a insistência no desenraizamento considerado como constitutivo e não provisório. É neste horizonte de oscilação e desenraizamento - tema retomado por Giddens e Beck a propósito do risco e da reflexividade - que Vattimo descortina as vias que permitem o exercício da criatividade e a liberdade. A tomada da palavra será sempre acompanhada por um sentimento de insegurança que nega a possibilidade das respostas definitivas.

Vattimo admite, curiosamente, que “esta tomada de palavra não correspondeu a uma verdadeira emancipação política - o poder económico ainda está nas mãos do grande capital.” Mas acrescenta imediatamente: “Será - não quero alargar demasiado a discussão nesse campo” (Vattimo, 1992: 11-12). Ora, esta discussão é que vale a pena alargar: será que

ao poder económico nas mãos do grande capital não corresponde, com todas as suas contradições, um poder cultural e informativo concentrado nos tópicos das indústrias culturais? Será que a euforia pela multiplicação de visões do mundo não se pode identificar apenas com o excessivo reconhecimento de um relativismo *soft*? Será que a multiplicação de tomadas de palavra não é um efeito da desregulamentação do mercado? Será que afinal a importância que os pós - modernos dão ao pluralismo e à contingência não é compensada por uma certa resignação e pela ausência de atitude crítica?

Vattimo interroga-se, então, se esta posição não será uma apologia demasiado expedita da cultura de massa (cfr. Vattimo, 1992: 64). A sua resposta antecipa-se a críticas previsíveis. *“Contrariamente ao que durante muito tempo - e com boas razões, infelizmente - acreditou a sociologia crítica, a massificação niveladora, a manipulação do consenso, os erros do totalitarismo não são o único resultado possível do advento da comunicação generalizada, dos mass media, da reprodutibilidade. Ao lado desta possibilidade - que deve ser decidida politicamente - destes resultados, abre-se também uma possibilidade alternativa: o advento dos “media” comporta também uma acentuada mobilidade e superficialidade da experiência, que contrasta com as tendências para a generalização do domínio, ao mesmo tempo que dá lugar a uma espécie de “enfraquecimento” da noção de realidade, com o conseqüente enfraquecimento de toda a sua coacção. A sociedade do espectáculo de que falaram os situacionistas não é apenas a sociedade das aparências manipulada pelo poder; é também a sociedade em que a realidade se apresenta com características mais brandas e fluidas, e em que a experiência pode adquirir os aspectos da oscilação, do desenraizamento, do jogo”* (Vattimo, 1992:65). Parece-nos razoável admitir que no seguimento dos anos 60, as so-

iedades industriais modernas já não correspondem ao “mundo unidimensional” ou “totalmente estruturado” retratado pela primeira geração de teóricos críticos (cfr. Wolin, 1995: 48). Porém, só por, si a fragmentação cultural recente não permite a emancipação. Oferece-nos a ilusão omnipresente da emancipação (“a nossa cultura é uma cultura onde tudo é permitido”) para que se possa negar mais eficazmente a sua realização. (cfr. Wolin, 1995: 50).

Para que as possibilidades emancipatórias da multiplicação de visões do mundo possam ser analisadas, o processo de fragmentação cultural deve ser visto, sobretudo, como um ponto de partida para uma nova reflexão crítica aberta à pluralidade. Só enquanto ponto de partida e não como ponto de chegada, o pluralismo cultural induzido, de forma contraditória e ambígua, pelos *media* pode conduzir a oportunidade para criar e pensar novos direitos que se traduzam numa relação mais directa com a vida quotidiana, que se traduzam em formas novas de cidadania.

O relevo que hoje se faz sentir nas questões relacionadas com a auto-realização pessoal pode repercutir-se na defesa de direitos que privilegiam as questões relativas à qualidade de vida e à realização do indivíduo (cfr. Esteves, 1998:67). Aí terá sentido defender o renascimento de subculturas autónomas, dispostas a lutar pela criação de novas formas de vida, que se oponham à colonização burocrática sem caírem na trivialidade que os pós modernos têm dificuldade em discernir. Se os momentos de afirmação do mercado coincidem quase sempre com a explosão da *infotainment* e do sensacionalismo, a verdade é que esses momentos devem também ser aproveitados para a compreensão de outras formas de estar e a afirmação de novos direitos. Haverá, por exemplo, que ter em conta a resistência de diversas minorias seja no desenvolvimento dos seus próprios *media* especializados ou influenciando o seu próprio retrato nos *media* maioritários.

Ao admitir-se esta possibilidade restitui-se aos *media* algum do olhar positivo que Benjamin lançou sobre as possibilidades de emancipação que vislumbrou nas artes reprodutíveis. (cfr. Vattimo, 1992: 57). Porém, esta releitura de Benjamin também implica a sua confrontação com aquelas que se julgam serem as coordenadas deste tempo: abandono de uma posição essencialista de classe; reconhecimento de que a fragmentação implica a existência não da emancipação mas de emancipações; reconhecimento de novos movimentos, direitos e formas de dominação como sejam os que se articulam com a vivência da individualidade, do consumo, do género, da relação entre culturas, do papel da mulher e da configuração da família, afinal temas a que os *media*, melhor ou pior, conferiram visibilidade; descoberta de uma certa utopia auto-limitada que não implica a eliminação do mercado; invenção de um pluralismo regulado que articule a fragmentação cultural com uma concepção afirmativa da cidadania; a consideração de que esta ideia de cidadania passe sobretudo pela perseguição de circunstâncias e contextos de diálogo em que não se não verifique a hegemonia de uma particular visão do mundo. Ora este último ponto não pode significar a pura complacência com a diversidade cultural vigente nos modelos liberais, tal como por vezes se insinua no pensamento pós moderno.

Espectáculo, desejo e ideologia:

Este conjunto de reflexões que se debruçaram sobre a relação entre a comunicação de massa e o sujeito despertou atitudes simétricas na importante questão da ideologia, figura central das abordagens sociológicas, filosóficas e antropológicas da cultura. Quanto mais determinista se demonstrava a relação entre a comunicação de massa e o sujeito, mais a concepção de ideologia se revelou, ela própria, também

determinista, onnipresente, dotada de capacidades socializadoras implacáveis que deixavam ao sujeito escassa margem para a sua autonomia enquanto agente social. Deixando de lado os já sobejamente conhecidos antepassados da análise das ideias (Du Tracy e, de um modo geral os *idéologues*) importa sobretudo passar a atenção pela primeira grande reflexão moderna sobre ideologia formulada por K. Marx e perante a qual a maior parte dos pensadores respondem. Para Marx, a cultura fazia parte da superestrutura fundada em última instância nas relações sociais de produção e nas forças produtivas que constituíam a base económica (infra-estrutura) da sociedade (cfr. Marx, 1971: 20-21).

Na Teoria Crítica, a comunicação de massa era abordada enquanto ideologia na medida em que glorificaria a sociedade presente, dissolveria o seu antagonismo com a realidade social, perdendo a sua dimensão crítica (cfr. Adorno, 1996-a: 68) A cultura mediática é entendida em relação directa com a interiorização das formas de dominação do sujeito emergentes com a racionalidade instrumental: “. Hoje, a teoria já nem existe e a ideologia soa a partir das engrenagens de uma *praxis* irresistível” (Adorno, 1995: 29). O sujeito é quase reduzido a um efeito ideológico dos mecanismos culturais de socialização.

Graças ao conjunto de transformações que resultam da fragmentação cultural induzida pelos *media*, a análise da cultura de massa como ideologia, tema introduzido no criticismo cultural mais ou menos longinquamente relacionado com o marxismo, conheceu uma reformulação que se traduziu numa viragem acentuada. A tendência induzida pelos *media* para valorizar a diferença trouxe uma erosão substancial a este conceito unilateral, à luz do qual a negação da autonomia das formas simbólicas tinha dado consistência a uma visão reificada da comunicação de massa. A concepção de ideologia enquanto mero reflexo de uma reali-

dade pré-dada confronta-se com dificuldades crescentes numa sociedade onde se aprofunda um espaço de luta entre definições conflituais da realidade. A visão da comunicação de massa como aparelho ideológico que procura realizar o consenso através da ocultação das dinâmicas sociais conflituais parece desafiada. Autores oriundos da Filosofia e da Sociologia como Noel Carrol e Thompson têm desafiado este tipo de conceptualização outrora em voga.

Para estes autores, a comunicação de massa é um dos meios principais pelas quais a ideologia é transmitida (cfr. Carrol, 1997: 362). Este facto deve-se à sua enorme capacidade de produzir e transmitir formas simbólicas, capazes de circular numa escala sem precedentes, alcançando milhões de pessoas que pouco têm em comum além das mensagens mediadas. Thompson chega, pois, a propor que se substitua a análise da ideologia relacionada com as transformações culturais associadas ao surgimento das sociedades industriais por uma análise da ideologia relacionada com as formas simbólicas produzidas pelos meios técnicos de comunicação de massa. A nova análise proposta teria como quadro de referência fundamental a mediatização da experiência cultural (cfr. Thompson, 1995: 342).

Simultaneamente, nega-se a ideologia como um momento coercivo, unilateral e redutor, perante o qual o sujeito se vê remetido a uma posição passiva de pura interiorização de mecanismos de socialização. Esta intuição tem um impacto considerável no processo de socialização, de aprendizagem de valores básicos, geralmente referenciada na senda de Gramsci, por hegemonia. Com a emergência das democracias de massa, Gramsci já compreendera que o elemento decisivo deixa de ser o exercício da coacção pelo Estado para passar a ser a habilidade em obter um poder hegemónico enraizado nas organizações da sociedade civil e na mediação exercida pelos intelectuais (cfr. Gramsci, 1977: 24), acentuando - se o peso da cultura e dos elementos simbólicos,

essenciais na sociedade civil como factores de obtenção da hegemonia política. A ideologia articula-se com a luta pela hegemonia. Na luta pela obtenção da hegemonia, os mundos imaginários funcionam como matéria simbólica para um consenso reordenador das relações sociais. Este tipo de abordagem traduz-se no plano da análise dos *media*, por uma conflitualidade em torno das normas e significados dominantes e sua respectiva interpretação, admitindo, mesmo, a possibilidade de uma actividade cultural contra hegemónica em relação à *correlação* de forças dominante.

Simultaneamente, nega-se que todas as formulações simbólicas, nomeadamente, as produzidas pela comunicação de massa, sejam objecto de uma utilização ideológica. Esta intuição parte do pressuposto que o conceito de ideologia se refere às maneiras como o sentido serve em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação (cfr. Thompson, 1995: 16). Porém, não implica o pressuposto utilizado sistematicamente pelo criticismo cultural de que todas as formulações simbólicas se definam, irredutivelmente, como ideológicas. As formas simbólicas produzidas pela comunicação de massa podem surgir como ideológicas num contexto podendo surgir como subversivas em outro contexto (cfr. Thompson, 1995: 18)

Aceitando a pluralidade de modos de conflitualidade das sociedades modernas, as relações de dominação - e, conseqüentemente, a sua legitimação através do uso da ideologia - deixam de ser vistas, exclusivamente, enquanto relações de classe, designando apenas um eixo da desigualdade e da exploração (cfr. Thompson, 1995: 77). Marx desprezou “a importância das relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o Estado, entre o Estado-nação e blocos de Estado-nação” (Thompson, 1995: 77). A concepção de ideologia continua a ser relevante para o criticismo contemporâneo, porém deve ser antes associada com qualquer forma de dominação ou de opressão social,

independentemente de esta reflectir homofobia, sexismo, racismo (cfr. Carrol, 1997:371). Pode-se, assim, falar de um novo pólo dinamizador das lutas sociais, que inclui a promoção simbólica das escolhas identitárias, e que pode ser incluído na ideia de “cidadania das minorias”. O centro dos conflitos sociais já não se situa apenas nas esferas de reprodução material, como supunha o marxismo, mas também nas esferas da vida simbólica.

A aproximação entre a ideologia e a vida quotidiana é outra das tendências consistentes nesta tendência. Ao aceitarem elementos da vida quotidiana como essenciais para a questão da análise da dominação, abrem-se as portas a uma reflexão sobre as possibilidades da emancipação mais enraizada no mundo da vida e nas questões que dizem respeito a uma política puramente centrada num universalismo abstracto. A vulgaridade à qual os *media* abrem as suas portas pode ser considerada sob o ponto de vista da constituição de um espaço público permeável às questões da própria vida. Apesar da sua trivialidade e do modo quantas vezes reificador como os *media* abordam estas questões, a verdade é que não deixam de induzir possibilidades de redefinir a relação entre a política e o quotidiano, de modo a que os assuntos da vida das gentes comuns, tantas vezes, reduzidos ao universo do privado, ascendam ao público. Com efeito, quantitativa e qualitativamente, a partir do capitalismo avançado do século XX, os *media* ganharam uma responsabilidade acrescida por fornecerem as bases para a construção das imagens, valores e representações que se erguem no mundo da vida quotidiano.

Nestas teses, a sociedade civil, convocada pela reflexão teórica, comparece como sociedade de comunicação. Qualquer que seja a centralidade que o capitalismo continua a ter na indústria cultural, o próprio mercado no exercício da sua abrangência corrosiva desempenha o papel que outrora identificava Marx: dissolve antigos consensos e “liberta”

Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade...

novos dialectos, como antes na sociedade industrial o capital criava os seus adversários. Esses novos dialectos que vêm à luz no espaço público não significam a emergência de qualquer realidade emancipada. Limitam-se a ser, eventualmente, os traços de incerteza, de indeterminação, de contingência que podem, eventualmente, alimentar os movimentos sociais dinamizadores de uma racionalidade menos unilateral, menos coesiva e mais crítica e multiforme.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, Theodor. W. e Horkheimer, Max (1995), *Dialectic of Enlightenment*, Londres: Verso.

Adorno, Theodor. W. (1995), *Prisms*, Cambridge: MIT Press.

Adorno, Theodor W. (1996-a), The schema of mass culture. In *Culture Industry*, Londres: Routledge

Adorno, Theodor W., (1996-b) Cultural industry reconsidered. In *Culture Industry*, London, Routledge.

Adorno, Theodor. W. (1996), *Culture Industry*, Londres: Routledge.

Benjamin, Walter (1987), A Obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In *Obras Escolhidas*, São Paulo: Editora Brasiliense.

Carrol, Noël (1997), *The Philosophy of Mass Art*, Oxford: Clarendon Press.

Curran, J. e Seaton, Jean (s/d), *Power without responsibility*, Londres, Routledge.

Débord, Guy (1991), *A sociedade do espectáculo*, Lisboa mobilis in mobile.

Deleuze, Gilles e Guattari, Felix (1995), *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Esteves, João Pissarra (1995), Questões políticas acerca da indústria da cultura, *Textos de Cultura e Comunicação*, n° 33: 85-96, São Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Esteves, João Pissarra (1998), *A ética da comunicação e os media modernos*, Lisboa, Fundação Calouste Goulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica.

Gomes, Wilson (1995), Duas Premissas para a compreensão da política-espectáculo, *Revista de Comunicação e Linguagens* n° 21/22, Lisboa: Cosmos, 299-317.

Gramsci, A. (1977), *Quaderni del carcere*, Volume III, Torino, Einaudi.

Horkheimer, Max (1974), *Égoïsme et Émancipation*. In Horkheimer, Max (1974) *Théorie traditionnelle et théorie critique*, Paris : Gallimard.

Horkheimer, Max (1974) *Théorie traditionnelle et théorie critique*, Paris: Gallimard.

Horkheimer, Max (1990), *Teoria Crítica I*, São Paulo, Perspectiva.

Lipovetsky, Gilles (1994), *O Crepúsculo do dever*, Lisboa: Dom Quixote.

Marcuse, Herbert (1968), *A Ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*, Rio de Janeiro, Zahar.

Marx, Karl (1971), *A contribution to the critique of political economy*, London, Lawrence & Wishart.

Rodrigues, Adriano Duarte (1990), *O corpo e a linguagem*, *Revista de Comunicação e Linguagens* nº 10-11: 25-32.

Rorty, Ricard (1994), *Contingência, ironia e solidariedade*, Lisboa, Presença.

Sartre, Jean-Paul (1999), *O Ser e o nada*, Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes.

Schudson, Michael (1978), *Discovering the news*, New York, Basic Books.

Taylor, C. (1992), *Ethics of Authenticity*, Cambridge: Harvard University Press.

Thompson, John B (1995), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis, Vozes.

Touraine, Alain (1996), *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*, Lisboa: Piaget.

Traquina, Nelson (1997), *Big show media*, Lisboa, Editorial Notícias.

Traquina, Nelson (2002), *O que é... Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

Vattimo, Gianni (1992), *A sociedade transparente*, Lisboa: Relógio d'Água

Wolin, Richard (1995), *Labirintos: em torno a Benjamin, Habermas, Schmitt, Arendt, Derrida, Marx, Heidegger e outros*, Lisboa: Piaget.

CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E LITERACIA MEDIÁTICA

Introdução

Num contexto de reflexão crítica acerca dos processos de criação de significados e de transmissão de cultura, o qual tem vindo a proliferar no vasto campo de estudos que se debruçam sobre as relações entre tecnologia, comunicação e sociedade é difícil ignorar a mudança qualitativa introduzida pelas novas tecnologias de comunicação. A abordagem desta mudança tem vindo a centrar-se de um modo particular no fenómeno da interactividade e suas particulares consequências no domínio, hoje tão discutido, das relações entre os novos *media* e cidadania. Este texto debruça-se, em primeiro lugar, sobre a necessidade de um conceito de sociedade civil que se traduza na redinamização da cidadania; em segundo lugar, preocupa-se com a dimensão simbólica e comunicacional deste conceito, chamando a atenção para o papel que as novas tecnologias da comunicação desempenham na configuração desse modelo de sociedade civil. Finalmente, debruça-se sobre a literacia mediática como uma actividade que não se restringe à aprendizagem técnica mas que apela à necessidade de um maior dinamismo interpretativo nos processos de constituição de sentido.

A sociedade civil

A relação entre os *mass media* e a cidadania passam por uma figura ressuscitada na teoria política, a sociedade civil, a qual surge como um terreno típico das sociedades ocidentais ameaçado pelos mecanismos da lógica administra-

tiva e económica e que se apresenta como o *locus* para a expansão potencial da democracia nos regimes liberal-democráticos efectivamente existentes. (cfr. Arato e Cohen, 1995, viii). A tentativa de definição desta instância é devedora da reflexão tocqueviliana e dos esforços teóricos desenvolvidos por Gramsci, de certo modo por Habermas numa fase posterior à obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” e, mais recentemente por Charles Taylor (1997, 263) e por Arato e Cohen no sentido de diluírem a tradicional identificação hegeliana e marxista entre a sociedade civil e a economia burguesa (cfr. Arato e Cohen, 1995, 220 e seguintes).

O que se defende hoje é um conceito de sociedade civil que se ofereça como uma esfera de interacção social localizada composta pela esfera íntima, pela esfera das associações voluntárias, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. Isto implica distinguir a sociedade civil da sociedade política composta apenas pelos partidos, organizações e públicos políticos e de uma sociedade económica composta por organizações de produção e de distribuição. As sociedades económica e política emergem geralmente da sociedade civil, partilham algumas das suas formas de organização e de comunicação e institucionalizam-se através de direitos políticos e de propriedade contínuos aos direitos próprios da sociedade civil. Porém, os actores da sociedade económica e política estão directamente envolvidos com o poder estatal e com a produção económica, que pretendem controlar e gerir. Não podem subordinar os critérios estratégicos e instrumentais a padrões de integração normativa e de comunicação aberta característicos da sociedade civil.

A diferenciação da sociedade civil em relação à sociedade económica e à sociedade política não significa, todavia, a existência de uma oposição cortante daquela em relação a estas. As noções que aqui partilho de sociedade política

e de sociedade económica incluem esferas mediadoras através das quais a sociedade civil pode ganhar influência sobre os processos político-administrativos e económicos. Existe um papel da sociedade civil que não está directamente relacionado com a conquista do poder nem com a gestão da economia mas com a geração de influência através da vida das associações democráticas e da discussão sem constrangimentos na esfera pública.

A diferenciação da sociedade política e da sociedade económica não implica também que a sociedade civil se refira a todos os fenómenos da sociedade que não estejam relacionados com o Estado e a Economia, mas apenas a modos de relação que incluam associação consciente e a comunicação organizada. A sociedade civil não se confunde com a totalidade do mundo da vida social. Refere-se às estruturas de socialização e associação que possuam um certo grau de institucionalização (cfr. Arato e Cohen, 1995: viii, ix e seguintes).

Sociedade civil como sociedade de comunicação

A sociedade civil que aqui se configura possui cada vez mais uma conotação simbólica: a ligação entre a experiência comunicacional e a experiência cívica ficou particularmente evidente com o advento da modernidade quando se enfatizou a questão da legitimidade, surgindo como elemento integrante do exercício da cidadania, uma instância crítica independente do Estado que aspira a conformar o poder e a transformá-lo. A sociedade civil está relacionada com um público político que lhe é contíguo e que se relaciona como instância mediadora com as sociedades política e económica competindo-lhe amplificar a pressão exercida pelos problemas, isto é, não apenas detectá-los e identificá-los mas também tematizá-los de modo convincente e influente, apresentando-os juntamente com soluções, de tal forma que

sejam tomados em conta e resolvidos pelas instituições representativas (cfr. Habermas, 1996, 362). O cerne institucional desta instância é, pois, as associações voluntárias e as redes associativas não dependentes do estado e da economia, através das quais se ancoram as estruturas comunicativas da esfera pública na componente social do mundo da vida (cfr. *Ibidem*, 366).

A esfera pública, adstrita à sociedade civil, configura-se hoje, pela sua mediatização, como lugar de confronto entre a pluralidade de definições da realidade social. Por um lado, a construção social da realidade decorre de um modo em que os *media* adquirem um papel cada vez mais firme. Neste quadro, a actividade dos *media* pode ser entendida como tendo um “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes” (Alsina, 1996, 18). Embora esse processo de construção social esteja profundamente relacionado com os constrangimentos, normas organizacionais e convenções narrativas de que dependem os conteúdos e a prática discursiva dos *media*, ele não decorre sem a participação activa da audiência, nas diversas interacções em que os indivíduos tomam parte na realidade da vida quotidiana, no decurso da qual se organizam como comunidade interpretativa.

Por outro lado, esse processo de construção da realidade social deixou de ser considerado como unilateral, unívoco e dirigista, estanque em relação às dinâmicas sociais em que se inserem os próprios *media*. A cultura dos meios de comunicação também é, hoje, um lugar de intensa luta entre os diferentes dinamismos sociais e, por conseguinte, teoriza-se melhor como um terreno de disputa, aberto às vicissitudes da história do que apenas como um campo de dominação” (Champagne, 2000:18). Nesta luta, os jornalistas e os *media* desempenham um papel estratégico. A impossibilidade de pensar a história como um curso unitário é,

em larga medida, resultado da espectacular expansão dos *mass media*, os quais geram uma sociedade com diversas sub-culturas que tomam a palavra, gerando um pensamento fragmentário e arredo às interpretações unívocas e lineares (Vattimo, 1996, 78-79).

Se é verdade, assim, que a influência dos *media* na construção social da realidade é um dado incontornável, não é menos verdade que cada vez mais é obsoleto e irrealista opor os *media* aos agentes sociais, como se os primeiros ocupassem uma posição a-histórica, desligada das interações concretas entre os homens. Pelo contrário, hoje abre-se a possibilidade de que os agentes sociais irem recorrendo aos próprios *media*, através de uma intervenção cada vez mais directa na descodificação, recepção activa e até na produção de mensagens. De acordo com esta perspectiva, apesar de todas as dúvidas e perplexidades, podermo-nos encontrar, encontrarmo-nos seguramente, diante de novas transformações estruturais nas quais os *media* poderão desempenhar um papel estruturante acentuadamente reflexivo. Ao invés do que sucedeu na tradição marxista ortodoxa e, depois, de um modo peculiar na complexa tradição erguida em torno da Escola de Frankfurt, devemos analisar os *media* não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento ou estruturas de dominação oculta que viam o triunfo de uma unívoca e linear racionalidade instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985) mas também como lugares de produção de estratégias que visam reformular o processo social. Sem deixar de reconhecer a persistente afirmação dos discursos dominantes nos *media*, temos de considerar que debates, polémicas e contradiscursos se manifestam nos conteúdos informativos, ainda que numa intensidade menor do que a desejada, mas em proporção bem maior do que a de décadas atrás. Os aparatos mediáticos não operam em *full time* para mascarar factos ou distorcê-los. Nem tudo o que se divulga está contaminado pelas injunções de uma

malha ideológica rígida a ponto de defraudar a vida — afinal complexa e diversificada.

Novos media e interactividade

De acordo com este raciocínio, importa estar particularmente atento às possibilidades estratégicas que as novas tecnologias da comunicação evidenciam em termos de dinamização da sociedade civil. Acredito que estamos diante de uma significativa transformação do modelo de comunicação de massas graças ao uso dos computadores como meio de difusão de um novo tipo de mensagens. Através da observação do *World Wide Web*, pode-se verificar uma evolução importante do jornalismo *on-line* (também chamado por vezes de jornalismo electrónico ou, ainda, por webjornalismo) que passa por uma autonomia crescente em relação aos *media* tradicionais. A adição de *hiperlinks*, motores de pesquisa e a possibilidade de seleccionar notícias em função de interesses distintos e sistemas de relevância plurais, as possibilidades de navegação abertas pelo hipertexto; às alterações estéticas e narrativas induzidas por uma relação diferente entre a imagem e a escrita juntam-se as possibilidades políticas e éticas acrescentadas pela interactividade, designadamente no que respeita ao direito de resposta, à relação com as fontes e à investigação jornalística. No que toca aos efeitos dos *media*, a interactividade traz consequências seja no que diz respeito ao paradigma que analisa esses efeitos sob o ponto de vista da produção noticiosa (*newsmaking*) seja sob o ponto de vista do paradigma que analisa os efeitos pela fixação da agenda (*agenda setting*). Desde uma eventual menor dependência das fontes institucionais até uma maior intervenção dos públicos, através do prolongamento da discussão nos fóruns disponíveis abrem-se um conjunto de possibilidades que, eventualmente, poderão alterar rotinas e modos de

tipificar próprios de cada *medium*. No que toca ao efeito de *agenda*, não é irrealista supor-se que a sua fixação seja objecto de uma luta no qual intervêm outros agentes para além daqueles a quem, tradicionalmente, compete a redacção e edição final. Em suma, os espaços de comunicação pública tornar-se-ão mais dinâmicos, não estando, de forma tão rígida como é tradicional na cultura de massas, sujeitos ao modo de agendamento e de tipificação que lhe são típicas.

Neste domínio, haverá que reconhecer que um dos mais importantes elementos da comunicação mediada por computador é a sua habilidade para permitir o diálogo de muitos com muitos e a sua capacidade para facilitar a comunicação entre grupos e indivíduos geograficamente dispersos. Entre as múltiplas opções que surgem na Internet como alternativa aos meios de comunicação de massa o jornalismo *peer-to-peer* (entre nós, designado, muitas vezes como jornalismo cooperativo) e o *slashdot* oferecem-se como oportunidades de ultrapassar a relação rígida e piramidal que alegadamente tem sido a relação dos *media* de massa com os seus leitores. Situado entre a *webzine* e o fórum, o *Slashdot* surge como uma forma de difusão de informação na NET, onde são cobertas histórias e ensaios inseridos pelos leitores. A equipa do *slashdot* introduz as histórias que serão editadas no *site* e é aberto um fórum de discussão onde os leitores podem participar em tempo real debatendo tema em análise. Assim, a participação do público na construção da notícia, seja através da sugestão de temas de reportagem, ou de informações sobre determinado assunto que o público faz chegar aos jornalistas, é cada vez mais fácil e também mais frequente. Logo que a notícia é publicada, o leitor pode apresentar os seus comentários seja sobre o assunto alvo de notícia, ou o próprio trabalho dos jornalistas (cfr. Barbosa, 2001). O *Slashdot* (<http://www.slashdot.org>) e outras páginas similares como *Kuro5hin* (<http://www.kuro5hin.org>), são hoje alguns exemplos que apesar das diferentes abordagens

no que respeita ao controlo editorial, têm traços em comum. Qualquer pessoa pode escrever ou comentar um artigo sendo o *gatekeeping* exercido através de critérios em que são tidos em conta as taxas de leitura.

Este tipo de novas manifestações jornalísticas que já teve exemplos concretos em torno da globalização, da luta pelas liberdades cívicas em regimes ditatoriais, na internacionalização de movimentos sindicais contra o trabalho infantil e no enfrentamento de multinacionais poderosas como sucedeu com a McDonalds (denunciada na NET através de um *site* colocado por dois agricultores que punham em causa os métodos e a higiene da cadeia de restauração americana) pode ser um elemento indutor e catalizador importante para dar origem a uma nova forma de jornalismo, ligado aos movimentos sociais, à democratização e à afirmação cívica das comunidades, que alguns chamam de jornalismo cívico, ou ainda de jornalismo público ou jornalismo comunitário.

Movimentos como os do *public journalism* poderão encontrar aqui uma nova arena para incentivar o desejo que os motiva de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a contribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas (Esterowick, Roberts e Clark, 2000, 151). Nesta perspectiva, o jornalismo *online*, sem ser a panaceia miraculosa que responde às numerosas decepções que o jornalismo de massas têm vindo a impor à democracia, pode contribuir para o eventual fortalecimento de um “jornalismo conversacional”, com o recurso a fontes não elitistas, e propondo um equilíbrio entre diálogo e deliberação, entre participação e deliberação. Poder-se-á deste modo, proceder de modo equilibrado a uma investigação acerca de quais são os temas que, efectivamente, fazem parte da agenda dos públicos, à comparação com a agenda dos políticos e à tentativa de estabelecimento de uma sintonia que leve as pessoas a afastarem-se mais

do abstencionismo. Poderão obter-se elementos novos que ajudem a contribuir para a generalização da ideia de que o público deve tomar conhecimento das notícias de uma forma que promova a discussão e o debate, rejeitando-se de forma enfática e categórica qualquer interpretação da objectividade jornalística que defenda o afastamento das redacções em relação aos assuntos da comunidade. Poder-se-á, enfim, experimentar as intuições presentemente existentes acerca da possibilidade e da efectiva necessidade de um modo de jornalismo que tenda a favorecer as “estórias” esquecidas, as fontes marginalizadas e o retorno à sociedade civil e às suas dinâmicas informais em prejuízo da informação pré-fabricada e seleccionada, concentrada nos mecanismos institucionais. Esta abordagem também implica a insistência em modelos de jornalismo predominantemente investigativos, que permitam retirar os jornalistas da dependência das instituições ocultas sob o manto diáfano das relações privilegiadas com as fontes.

Estas possibilidades não devem porém deixar de ser objecto de um alerta que passa por duas observações:

- em primeiro lugar a interactividade, a velocidade no acesso e na disseminação da informação, a introdução do hipertexto, a personalização podem originar crises de mediação onde a multiplicação generalizada de um universo de “turbonotícias” (cfr. Bastos, 2000, 60) pode conduzir a uma generalização da entropia, à crise da deliberação racional e à ausência de reflexividade paralisada pelo novo valor fetiche que constitui “a velocidade em tempo real” (Sylvia Moretzsohn, 2002). Neste caso, estaremos diante da possibilidade de uma implosão do sentido, resultante de uma avalanche de conteúdos que geram a precipitação profissional, a confusão entre informação e participação cívica (Merton e Lazarsfeld, 1987), a curtocircuitação da acção política através da emergência de formas de autismo *on-line*

(Rheingold, 1993) e a exponenciação de uma certa irrelevância eufórica.

- em segundo lugar, este risco só pode ser ultrapassado através de uma compreensão de que a interactividade não substitui a interacção e que a ideia de comunidade pressupõe sempre um enraizamento social que contribui para que a mediação prossiga à luz de valores e de critérios que poderão e deverão continuar a existir no plano do plano do próprio jornalismo *on -line*.

Cidadania e literacia mediática

Apesar de as novas condições de interactividade podem facilitar a dimensão conversacional e comunitária do jornalismo, a verdade é que a sua concretização só será eventualmente possível, se houver uma formação e educação que permita aos praticantes terem sensibilidade e conhecimento para as relações entre a comunicação e as instituições democráticas. A educação para os *media* para ser compatível com a ideia de recepção activa e de participação cívica inerente ao conceito de sociedade civil como sociedade de comunicação deve incluir-se numa concepção de auto-educação pelo facto de implicar ousar a utilização da própria inteligência e da própria capacidade de adquirir conhecimento (Misgeld, 1987, 83). Evidentemente que, no que respeita à recepção, importa tornar as novas tecnologias acessíveis a todos, tornando claro que os indivíduos têm necessidade de desenvolver literacia computacional, em particular, e mediática em geral., evitando a difusão exponencial de um “informational gap” de consequências imprevisíveis. Porém, a educação só poderá ser verdadeiramente considerada como tal ,se o pensamento recusar a sua comodificação e consequente transformação em pensamento automático (cfr. Ibidem). Ou seja, o receptor só passa

a ser sujeito da informação quando dispõe de critérios próprios (Calvo, 1999, 327). É indispensável articular a questão dos *media* com uma reflexão de natureza hermenêutica e de natureza crítica que mobilize uma maior sensibilidade para os processos comunitários de constituição do sentido. Isto implica desafiar o público a exercer a influência que lhe corresponde, através do conhecimento e análise da linguagem dos *media*. Por isso, no que diz respeito à recepção, começam a organizar-se os movimentos de literacia mediática. Não é exagerado dizer que estes movimentos confrontam-nos com desafios e problemas dos mais delicados entre aqueles que, como educadores e cidadãos, teremos que enfrentar no século XXI. Trata-se no fundo de promover as competências que permitam aos estudantes e os cidadãos em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação tantas vezes ocultos na linguagem mediática. Influenciar o modo como se constrói a diferença e a hierarquia no interior dos discurso mediáticos implica saber como ele é construído, quais são os seus códigos e convenções e, em última instância, ser capaz de produzir artefactos mediáticos, de forma a usá-los como meios de expressão e de comunicação. Deste modo, o puro fascínio pelo *gadget* tecnológico tem que ser compensado com uma compreensão profunda de uma ideia de mediação que implica saber que a educação para os *media* é também uma educação que deve responder a estas questões: a quem servem os *media*? A que deuses se sacrificam?

Um pouco por toda a parte, ao lado do reconhecimento do poder dos *media*, surgem movimentos académicos e sociais tendendo a dotar os agentes sociais de competências no sentido de acederem, avaliarem e produzirem mensagens mediáticas. A aquisição destas competências visa também transformar os receptores passivos de mensagens mediáticas

em conhecedores habilitados das tecnologias relacionadas com os *media*, designadamente verificando a sua capacidade para influenciarem as audiências e introduzirem novos temas. Nesse sentido, começa-se a acreditar que “a nossa política e a nossa democracia não conseguirão alcançar maiores quotas de dignidade até que as instituições de ensino compreendam, não apenas que terão que explicar diversas coisas sobre os *media*, mas também que uma parte importante das suas disciplinas terão que versar sobre os *media*” (Morató, 1996, 28) Neste movimento, que se faz sentir um pouco por todo o lado, cada vez se enfatiza mais a necessidade de saber que tipo de conhecimento, atitudes e competências se tornaram essenciais para se ser cidadão na idade dos *media*. Também aqui se exigem reflexões adicionais: o processo de aprendizagem dos *media* se é feito a pensar na formação de espaços públicos e na descodificação exige uma intervenção pedagógica que não se limite ao conhecimento das técnicas, mas pelo contrário, passa por relacionar as competências adquiridas com o mundo da vida em que os *media* se inserem. Ou seja, qualquer intervenção pedagógica deste género deve ter em conta as conteúdos cognitivos, as crenças, as disposições afectivas e as necessidades existenciais que fazem falta a uma comunidade para ter uma consciência crítica da sua existência e das suas capacidades (Misgeld, 1987, 107). Todas as transformações que hoje se fazem sentir no seio dos *media* - ou sejam, a centralidade relativa que têm vindo a ganhar nos mecanismos simbólicos da sociedade civil, a interpelação sobre os mecanismos de regulação que assegurem o pluralismo e a equidade, o desenvolvimento de uma reflexão acerca do modo como o próprio jornalismo pode influenciar positivamente a vida pública, o desenvolvimento de formas de literacia mediática que impliquem a referência constante a uma ideia de cidadania activa, a emergência de possibilidades tecnológicas que assegurem uma maior interactividade

entre produtores e receptores - só tem sentido quando são encaradas como possibilidades de transformação das condições de deliberação colectiva no sentido do aprofundamento da cidadania enraizada numa verdadeira vivência comunitária.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, Theodor e Horkheimer, Marx (1995), *Dialectic of enlightenment*, Londre, Verso.

Barbosa, Elizabete (2001) “Interactividade: A grande promessa do Jornalismo On-line”, Universidade do Minho, acedido através de www.bocc.ubi.pt

Bastos, Hélder (2000), *Jornalismo electrónico. Internet e reconfiguração de práticas nas redações*. Coimbra: Minerva.

Calvo, Pinar Agudiez (1999), “Editorialización e frivolidad del discurso periodístico” in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional-Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidade Pontificia, 1999.

Champagne, Patrick (2000) “Os media, as sondagens de opinião e a democracia”, in AAVV, *Os cidadãos e a sociedade de informação*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Esterowikz, Anthony e tal (2000), “Jornalismo público e conhecimento público” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Cosmos.

Habermas, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press.

Misgeld, Dieter (1987), *Education and cultural invasion: Critical social theory, education as instruction and the “pedagogy of oppressed”*, Cambridge, MIT Press.

Lazarsfeld, P. F., & Merton, R. K. (1987). “Comunicação de massa, gosto popular e acção social organizada” in Cohn, Gabriel (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.

Morató, Javier Rey (1996), *Democracia y posmodernidad*, Madrid, Editorial Complutense.

Moura, Catarina (2002), “O Jornalismo na era slashdot”, Universidade da Beira Interior, texto acedido através de www.bocc.ubi.pt

Moretzsohn, Sylvia (2000), “A velocidade como fetiche - o discurso jornalístico na era do tempo real”, Universidade Federal Fluminense, Tese de Mestrado.

Rheingold, H. (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Vattimo, Gianni (1996), *La sociedad transparente*, Barcelona, Paídos.

FENOMENOLOGIA E TEORIA DOS SISTEMAS: REFLEXÕES SOBRE UM ENCONTRO IMPROVÁVEL¹

Introdução

Em meados do século anterior, com elevada sofisticação intelectual e abundante fundamentação filosófica, Alfred Schutz e Talcott Parsons deram origem a duas correntes fundamentais na abordagem da sociabilidade: a Sociologia Fenomenológica e a Teoria dos Sistemas. Reflectindo as influências de Edmund Husserl, Bergson e Weber, no caso de Schutz, e de Hegel e Durkheim, no caso de Parsons, as divergências entre os dois autores incluíam diferentes concepções no que respeita ao sujeito (ou actor social), à acção social e à fundamentação das normas porque a mesma se orienta.

Depois de alguns equívocos iniciais marcados pela gentileza mútua, o debate entre os dois autores decorreu, de modo mais explícito, através da troca de correspondência, culminando num diálogo de surdos em que ambos reconheciam a existência de divergências dificilmente superáveis. Ao longo deste texto, para além da necessária apresentação dos pontos considerados fundamentais dos respectivos empreendimentos teóricos, dá-se conta das divergências entre ambos, visíveis nalgumas das suas obras mais importantes, e também na correspondência que trocaram. Porém, mais do que a análise da correspondência, onde, por razões evidentes, não se chegou a desenhar uma análise sistemática das diferenças e semelhanças, interessamos sobretudo mostrar como na obra se detectam as marcas de um encontro que, logo à partida, estava marcado pela

¹ - Texto publicado na revista Filosófica de Coimbra, Vol. 12, nº 23, 2004.

impossibilidade do seu sucesso, ao menos no que toca em relação ao consenso ou mesmo à simples complementaridade dos projectos. A correspondência é a fase visível, explícita e notória, das dificuldades que se verificavam nos pontos de vista teóricos dos próprios autores. Detrás das observações de Schutz e das recusas de Parsons em tomar nota das mesmas, há motivos teóricos profundos: diferentes concepções sobre a ordem social, sobre a formação dos consensos e sobre as relações entre os indivíduos e as normas. Assim, defende-se a existência de uma problemática relacionada com a integração social (menos explícita no caso de Alfred Schutz) que pode originar um campo de investigação no âmbito da Teoria Social e da Teoria Política.

1. Parsons e Schutz: um esboço de caracterização

1.1. A urgência de um reconhecimento

Alfred Schutz e Talcott Parsons podem apresentar-se, em meados do século passado, como o verso e o reverso do devir da Teoria Social, prossequindo modos de teorizar que viriam a repercutir-se em diversos seguidores (Kassab, 1991; 1976: 13-19). A história do encontro e do debate que ocorreu entre ambos, no início da década de 40, está marcada por mal entendidos. Equivocados pelos elogios mútuos iniciais, a apreciação global das principais obras, lidas agora à luz de um contexto em que se conhecem as consequências teóricas dos pressupostos que defenderam, tornam clara a impossibilidade do entendimento que ainda buscaram. Necessariamente, é desejável validar de um outro modo mais atento a controversa presença destes autores no panorama intelectual do século que findou:

- a) Desde logo, Schutz sofre de um esquecimento, a nosso ver, enigmático. Em Portugal, além de escassos ensaios, de referências em Teses de Doutoramento, ou de algumas teses elaboradas em Faculdades de Filosofia,

ainda são poucos os que efectuaram estudos sistemáticos sobre este autor. Apesar de se tratar de alguém que levou por diante um interessante projecto de fundamentação fenomenológica da sociologia compreensiva, tentando desenvolver uma teoria da acção social, investigar a natureza da intersubjectividade e da construção social do conhecimento e tendo permitido a fundamentação teórica de correntes tão influentes como a Etnometodologia de Garfinkel (1984); o pensamento de Goffman e de Giddens (Giddens, 1960; Goffman, 1975), ou a obra de Peter Berger e de Thomas Luckmann (1973), a verdade é que ainda não vieram a luz do dia investigações aprofundadas nem sequer traduções portuguesas. Será que o percurso intelectual heterodoxo daquele que Husserl convidou para seu assistente, o coloca numa pátria de ecletismo pouco frequentada pelos investigadores das disciplinas que cultivou (Filosofia e Ciências Sociais)? Será que o carácter fragmentado da sua obra marcada pela impossibilidade de um percurso académico a tempo inteiro ainda condiciona a recepção da sua obra?

- b) Parsons, por seu turno, parece ser vítima de um exorcismo intelectual. Não apenas pôde exercer um distinto e influente lugar académico como quase controlou a sociologia anglo-saxónica, conquistando a hegemonia na comunidade científica. O resultado é que os exageros levados a efeito no sentido de promover a emancipação dos tiques do funcionalismo parecem ter conduzido ao esquecimento do peso intelectual que Parsons detém nas obras de influentes contemporâneos como Alexander, Luhmann e Habermas. Mais ainda: parece ter-se caído num relativo desdém por um trabalho que evidencia uma patente sofisticação e refinamento intelectual. De certa forma,

os vícios do funcionalismo tornaram polémica a referência a esta corrente. Muitos esquecem que Parsons construiu uma Teoria Social elaborada e que o estrutural-funcionalismo é apenas uma das facetas do seu percurso.

- c) Se os autores parecem conhecer um momento de relativo confinamento à periferia dos centros académicos e de reflexão, mais ainda tal acontecerá com o debate entre eles. Trata-se, a nosso ver, de um erro. O carácter visivelmente oponível dos seus pressupostos e das consequências teóricas e práticas que estes encerravam constitui uma forma de um iluminar o pensamento de outro. À luz de um e de outro, percebemos o que distingue as Teorias Interpretativas das Ciências Sociais das perspectivas mais acentuadamente marcadas pela herança de Durkheim e pela tradição filosófica em que este se funda, desde Hobbes e Hegel até Comte. Compreendemos as diferentes concepções de Ciência Social que motivam cada um destes trabalhos onde ainda ressoam as grandes polémicas sobre o método verificadas no século XIX alemão, de tal modo que o debate “Parsons – Schutz “é um dos importantes momentos de controvérsia sobre a Epistemologia das Ciências Sociais. Compreendemos o papel que a Fenomenologia de Husserl desempenha na descrição do mundo da vida e como a percepção das múltiplas realidades sociais é algo que se torna dificilmente conciliável com o estrutural – funcionalismo e a sua enfatização, por vezes excessiva, da ordem e da integração. Compreendemos que em Schutz ainda ecoa a forte dívida para com Husserl e consequentemente com uma fenomenologia que ainda acredita num homem capaz de coincidir absolutamente consigo mesmo (Lévinas, 1997:61). Compreendemos que a

atenção às estruturas subjectivas da consciência como modo de explicação do encontro entre a consciência e o mundo social articulada com a ideia weberiana de acção subjectivamente significativa exige ainda uma atenção especial ao sujeito individual e uma concepção de intersubjectividade que implica a participação activa dos sujeitos na construção e actualização da dimensão normativa da sociabilidade. Compreendemos que a mesma atenção conferida por Parsons através da teoria voluntarista da acção e da referência a Weber conheceu, de forma lenta mas que já se vislumbrava nos seus trabalhos iniciais, um percurso de enfatização da componente normativa. Finalmente, compreendemos que há uma leitura que remete para a Política e para a Ética que nunca foi desenvolvida por Schutz e que está muito mais explicitada em Parsons. Esta leitura pode, no caso de Schutz, ser encontrada nos interstícios da sua análise da fragmentação do mundo da vida social em múltiplas realidades e, inclusivamente, permite uma compreensão interessante de fenómenos como os das identidades e de conceitos como o de reificação (Thomason, 1982). Tal leitura é evidentemente pouco compatível com a preocupação normativista, integradora e consensualista que marca, apesar do seu refinamento, o trabalho de Talcott Parsons.

Do lado de Alfred Schutz, encontra-se a abertura aos estudos microssociológicos, a enfatização do mundo da vida quotidiano, as interacções face-a-face, a valorização dessas interacções na negociação e actualização das normas sociais, o desenvolvimento da herança de Husserl e de Weber de um modo que definiria o estilo e a metodologia das principais correntes da sociologia compreensiva.

Do lado de Parsons, contabiliza-se a «grande teoria», a atenção às macroestruturas, a insistência na interiorização

das normas como um factor de escolha dos fins e dos meios que caracterizam a acção racional, a preocupação com a harmonia e a integração societárias, o lento afastamento em relação à assumida herança weberiana para, em seu lugar, colocar um esquema teórico de muito mais forte cariz durkheimiano em resposta ao problema hobbesiano.

1.2. Alguns elementos sobre a obra de Alfred Schutz

Entre os contributos fundamentais de Schutz, conta-se a incorporação dos conceitos de «mundo da vida» e de «atitude natural» na Teoria Social com a qual se abre a porta à introdução das interacções face-a-face como objecto privilegiado de estudo. Graças aos desenvolvimentos introduzidos pela Sociologia de inspiração fenomenológica, a sociabilidade ganha uma nova configuração, passando a ser entendida como um conjunto de relações interpessoais e de atitudes pessoais que, ainda que dependendo de padrões aprendidos, são pragmaticamente reproduzidas na vida quotidiana.

Os conceitos de «mundo da vida» e da «atitude natural», nucleares na sociologia de inspiração fenomenológica, têm a sua origem em Husserl e serão objectos de uma exposição sistemática de Alfred Schutz, que pretende aplicá-los como um contributo para uma fundamentação rigorosa de uma Ciência Social compreensiva.

Na análise fenomenológica do papel activo da consciência na constituição de objectos da experiência, Husserl insistiu na existência de estruturas subjectivas que não eram passivamente postas em jogo pela experiência sensorial mas, antes, intervinham, decisivamente, nos actos de percepção e na elaboração do conhecimento. O real só tem sentido na consciência (Lévinas, 1997: 63).

No decurso desta aproximação ao domínio da constituição subjectiva, Husserl procedeu a uma distinção fundamental entre a atitude natural e a redução fenomenológica.

A expressão «atitude natural» foi usada para designar os termos e o modo pelo qual percebemos, interpretamos e agimos no mundo em que nos encontramos. Orientada por considerações de natureza pragmática, a atitude natural envolve a suspensão da dúvida acerca de saber se as coisas são como parecem ou se a experiência passada será ou não um guia válido para o futuro. Na atitude natural, quem percebe acredita que as coisas são como lhe aparecem ou, pelo menos, procede a uma suspensão de qualquer dúvida que possa ter acerca disso. O sujeito assume, até uma evidência em contrário que não terá de ser de natureza científica, que o seu entendimento das circunstâncias é adequado. O actor, conseqüentemente, pressupõe que as acções, que foram bem sucedidas em condições similares precedentes, continuarão a ser bem sucedidas na situação presente.

O reverso da atitude natural é a «dúvida cartesiana», que, cepticamente, nega a objectividade da percepção, a adequação do conhecimento ou a utilidade da experiência passada. Porém, não é este o tipo de dúvida que tem lugar na redução fenomenológica. A redução transcendental – *epoché* – consiste na suspensão do juízo sobre o mundo, não no sentido cartesiano, mas no sentido da tentativa de regressar ao carácter prioritário da consciência, aquém do momento em que o mundo se oferece como um pré-dado existente na sua evidência. Na redução fenomenológica, o investigador limita-se a suspender a sua crença, por exemplo, na existência objectiva dos objectos da percepção com vista a examinar como é que eles são experimentados como objectivamente existentes. A tarefa a que Husserl se propõe é a suspensão da crença no mundo exterior, quer como ela é ingenuamente vista por qualquer um na vida quotidiana, quer como ela é interpretada por filósofos e cientistas. Graças à *epoché*, o sujeito encontra-se livre do seu entrave mais íntimo e secreto: a consideração do mundo como um pré-

dato, alcançando a absoluta autonomia em relação ao mundo e à consciência que dele possui. Através desta operação, em lugar de se regressar às coisas, retorna-se à consciência que se tem do mundo, ou seja, a uma correlação essencial entre a consciência e as coisas (Husserl, 1967: 172). De um certo modo, há uma reflexão sobre o próprio acto da percepção. Os objectos percebidos são assim encarados como um produto de uma complexa série de operações pré-predicativas, inconscientes e automáticas, em que cada percepção de um objecto determinado é referida a uma variedade de experiências prévias de outros objectos semelhantes e dos objectos em geral.

A partir daqui adivinha-se um conjunto de direcções possíveis que a pesquisa fenomenológica podia tomar. Uma das direcções era o empreendimento husserliano de estabelecer uma fundação indubitável para todo o conhecimento humano através da análise da sua constituição pelos actos subjectivos da consciência. Outra via procurava estabelecer as relações entre conhecimento científico e o conhecimento vulgar. Esta via, desenvolvida pelo próprio Husserl nas suas últimas obras, reforçava o ponto de vista segundo o qual toda a reflexão humana se baseia no *Lebenswelt*, o mundo da experiência vivida e teve alguns dos seus protagonistas mais interessantes nalguns trabalhos de Merleau-Ponty (s/d: 105-121) e em Aron Gurwitsch e Alfred Schutz.

Desenvolvendo as intuições de Husserl, Schutz considerou a atitude natural como uma suspensão da dúvida em relação à objectividade do mundo (Schutz, 1975 a: 5-6), aplicando de modo minucioso, este tipo de atitude e o modo de conhecer que lhe é próprio em relação à sociabilidade. A *epoché* fenomenológica convida a pôr entre parênteses o mundo objectivo para atender ao âmbito da consciência em que aquele se oferece como vivência da subjectividade _ ignorando todos os juízos acerca da existência do mundo exterior com o fim de alcançar a esfera da evidência absoluta.

A atitude natural, ao contrário, contém uma tese implícita na qual se aceita o mundo como existente, tal como ele se dá, na sua evidência (Morujão, 1961: 43). Schutz apropriou-se da conceptualização de Husserl para caracterizar espécie de *naïvité* constitutiva da possibilidade de percepção do mundo e, em especial, do mundo social. “Na atitude natural eu sempre me encontro a mim próprio num mundo que tenho por garantido e evidentemente «real» em si mesmo” (Schutz e Luckmann, 1995:4). Ela é “uma postura que reconhece os factos objectivos, as condições para as acções de acordo com os objectos à volta, a vontade e as intenções dos outros com quem tem de se cooperar e lidar, as imposições dos costumes e as proibições da lei, e assim por diante.” Assim, “a atitude natural é caracterizada menos pelo realismo do que pela ingenuidade do realismo, ou seja, pelo facto que o indivíduo se encontra diante do objecto sem se interrogar sobre o sentido da sua objectividade” (Lévinas, 1997: 36).

A atitude natural desenvolve-se por parte da generalidade dos actores sociais que actuam no mundo da vida (*Lebenswelt*). Este é outro dos conceitos que constituíram a pedra de toque do impulso fenomenológico detectado no campo da sociologia. O conceito surge inicialmente na obra de Husserl, referindo-se ao mundo da evidência e da experiência quotidianas por oposição ao mundo quantificado da ciência moderna. Husserl refere-se-lhe como “aquele que nos é verdadeiramente dado como perceptível, o mundo da experiência real ou possível”. (Husserl, 1967: 57) Constituiu-se como integrando um tipo de verdades situadas, “prático-quotidianas.” (Husserl, 1967: 150). Nesse mundo, os actores são “considerados na certeza da experiência, anteriormente a qualquer constatação científica, seja ela psicológica, sociológica ou outra” (Husserl, 1967: 119). É apresentado como o “mundo das evidências originais”, entendidas enquanto diversas da evidência objectiva e lógica, relac-

onada ao ponto de vista teórico da ciência da natureza científico-positiva (Husserl, 1967: 145-146).

Alfred Schutz compreendeu bem o alcance da caracterização husserliana, e o interesse da mesma para a sua formulação da Teoria Social. “O mundo da vida é simplesmente toda a esfera das experiências quotidianas, direcções e acções através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objectos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (Wagner, 1979:16). Trata-se de “um mundo intersubjectivo comum a todos nós, no qual não temos um interesse teórico mas um interesse eminentemente prático” (Schutz, 1979 a : 73). Este é o mundo “em que nos encontramos em cada momento da nossa vida, tomado exactamente como se apresenta a nós na nossa experiência quotidiana”(Gurwitsch, 1975: xi).

A atitude natural que os actores sociais empreendem no mundo da vida tem um estilo cognitivo próprio. Desde logo, caracteriza-se pela máxima atenção à vida no sentido em que o Sujeito evita mergulhar no fluir interior da consciência. Ao invés de um tempo interior, próprio da consciência, a temporalização no mundo da vida quotidiana implica que o fluxo das experiências vividas se organize a partir de um “aqui e agora”, perfeitamente delimitado, em direcção ao passado e ao futuro, como uma corrente de unidades intencionais. Nesse sentido, Schutz foi um estudioso da experiência *do* tempo: a *durée*, ou tempo interior da experiência subjectiva, um conceito analisado por Bergson e que William James também desenvolveu através de uma ideia de corrente de consciência em oposição ao tempo exterior ou “tempo cósmico” medido pelos relógios (Wagner, 1979: 16; Schutz, 1975 a). No mundo quotidiano, na atitude natural, à medida que vamos vivendo nas nossas experiências, vamos esquecendo da própria subjectividade, avançando cada vez para mais longe da possível reflexão. Ou seja, “a atenção à vida (*attention à la vie*) impede-o de mergulhar na intuição

da duração pura” (Schutz, 1979 b : 61). Schutz recupera a distinção que Bergson faz “entre viver dentro da corrente de consciência e viver dentro do mundo do espaço e do tempo (...) Na vida quotidiana, enquanto age e pensa, o Ego vive ao nível da consciência do mundo do tempo e do espaço” (Schutz, 1979 b: 61). Podem-se, assim, imaginar diversos graus de tensão da consciência em função dos interesses da nossa vida, representando a acção o nosso interesse maior, o grau máximo de atenção, e o sono a nossa total falta de interesse.

Neste mundo de evidências a atitude natural evoca uma forma de espontaneidade que se traduz na acção em e sobre o mundo exterior e num interesse por este de natureza eminentemente prática. Com efeito, “o actor no mundo social experimenta-o primeiro como um campo de actuais e possíveis e só secundariamente como objecto de pensamento” (Schutz, 1976 a : 72).

Finalmente, a intersubjectividade oferece-se como um pré-requisito para toda a experiência humana imediata no mundo da vida (Schutz, 1975 b: 82). Para Schutz, a intersubjectividade significa que estamos envolvidos uns para outros não como objectos mas como sujeitos. Encontramos a agir e a falar uns com os outros num contexto similar de comunicação. A sociologia não pode separar os factos da sua natureza intersubjectiva. “Eu tomo simplesmente por adquirido que outros homens além de mim, existem no meu mundo (...) o meu mundo da vida não é privado mas intersubjectivo; a principal estrutura da sua realidade é ser partilhado (...) Da mesma forma que é evidente para mim, dentro da atitude natural, que eu posso até certo ponto obter conhecimento acerca das experiências vividas pelos meus semelhantes – por exemplo os motivos dos seus actos – também eu assumo que o mesmo se passa reciprocamente com eles em relação a mim” (Schutz e Luckmann, 1973: 4). Nesta perspectiva, a realidade só se pode entender

estabilizada na sua identidade graças à “reciprocidade de expectativas”, de acordo com a qual os actores chegam a um entendimento intersubjectivo em que colocam entre parênteses as suas diferenças de experiências para as considerarem como idênticas. Cada uma das pessoas envolvidas lida com a característica de uma dada situação raciocinando como se, no caso de estar no lugar de outrem, vivesse a situação comum a partir da sua perspectiva . De modo mais ou menos ingénuo, acredita-se que aquilo que faz sentido para cada um de nós faz sentido para todos os outros. De modo idêntico, parte-se do princípio que os meus actos dirigidos aos restantes serão entendidos do mesmo modo que os actos dos restantes dirigidos a mim (Schutz, 1976: 15).

O esforço de Schutz no sentido da obtenção de um impulso fenomenológico para as Ciências Sociais só pode finalmente ser entendido no âmbito de um frutífero diálogo com Max Weber. Schutz forma grande parte dos seus pressupostos teóricos que manterá com admirável coerência numa Europa Central onde ecoam de forma vincada as disputas epistemológicas sobre as Ciências Sociais. Dilthey, Rickert ou Max Weber confrontavam-se com o aparecimento de novas ciências – as Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*) – nas quais se tornava cada vez mais difícil defender a pura e simples aplicação dos métodos das Ciências Naturais. Os métodos de estudo empregues começavam a deixar de ser os de tipo empíricos ou causais porque se percebia que era necessário compreender as totalidades espirituais em que determinados eventos se verificavam. O ponto de vista assumido por Schutz torna-se claro quando nos confrontamos com os grandes dilemas fundadores da sociologia. De um lado, tem-se uma posição subscrita por Durkheim, numa linha que remonta a Comte , a qual pretende explicar e descrever como é que os indivíduos estão associados independentemente das suas concepções e necessidades, e,

do outro, encontramos uma outra posição assumida por Weber e Simmel segundo a qual é preciso perceber a intersubjectividade, os significados mutuamente atribuídos às diferentes acções dos indivíduos para que possamos compreender as dinâmicas sociais. Este último caminho enfatiza a noção de *verstehen*, graças à qual procuramos compreender o sentido atribuído pelo outro às suas acções, em detrimento do *erklären* que procura estabelecer leis regulares que, à semelhança das ciências exactas, expliquem os fenómenos humanos. Em Weber, não basta que uma acção possa ser interpretada por um agente em termos de motivo cujo sentido possa ser comunicado a outrem. É ainda preciso que a noção de cada agente tenha em consideração a do outro quer para se opor a ela, quer para entrar em composição com ela: “A acção social (...) é uma acção em que o sentido visado pelo sujeito ou sujeitos está referida à conduta de outros, orientando-se por ela no seu desenvolvimento” (Weber, 1964: 5). Ao invés de Durkheim, que explicitamente defende a coercibilidade e exterioridade dos factos sociais – os quais devem ser tratados como coisas – Weber enfatiza a ideia de acção subjectivamente significativas. Schutz abraçará esta concepção de Sociologia compreensiva, procurando aprofundá-la através da investigação de Husserl relativa as estruturas significativas da consciência. Nesse sentido, o seu esforço é a conciliação da objectividade da ciência social com a subjectividade da experiência humana.

Pode-se adequadamente conceber a sociologia de Weber como individualista e subjectivista. O seu individualismo pode afirmar-se não porque negue o carácter colectivo de conceitos como o de “Estado” mas porque entendia que este tipo de conceitos era susceptível de ser reduzido às acções compreensivas dos indivíduos. Nos seus trabalhos sempre enfatizará o significado subjectivo das acções sociais. Isto não invalida a possibilidade de uma ciência da

sociedade, para o qual contribui com o conceito de “tipos ideais” entendidos como constructos delineados para atender a propósitos investigativos levados a efeito à luz de problemas específicos e bem delimitados. Estes elementos individualistas e subjectivistas interessaram principalmente a Alfred Schutz, o qual pretendia definir o mundo social como uma realidade construída pelos homens no decurso da sua actividade prática.

1.3. Breve apresentação da obra de Talcott Parsons

Talcott Parsons introduziu, de modo muito consistente e conceptualmente fundamentado, um conjunto de novos problemas sociais com o seu livro *The Structure of Social Action*. A obra era, preponderantemente, uma apresentação das teorias de quatro grandes referências das Ciências Sociais (Weber, Durkheim, Pareto e o economista Marshall) com as quais o público americano estava escassamente familiarizado (Parsons, 1968: viii). Da leitura destes autores, empreendida com grande sofisticação intelectual, resultavam duas ideias fundamentais que coincidem também com as áreas de reflexão em que será mais visível a sua incompatibilidade com a obra de Schutz. Por um lado, entendia-se que nenhuma ciência pode ser construída com base em puros dados empíricos, postulando, deste modo, um novo ênfase na reflexão teórica (Parsons, 1968: ix). Assim, afirmava-se contra um empirismo ingénuo, solidamente enraizado, que considerava o progresso científico como uma simples acumulação de descobertas de factos, afirmando que uma teoria científica era uma variável independente no desenvolvimento da ciência (Parsons, 1968: vii). Por outro lado, considerava-se que, ao longo da obra dos autores estudados, se encontrava um leque de problemas que confluíam naquilo que ele considerava ser a teoria voluntarista da acção. Assim, a conclusão central para que convergia a obra destes cientistas sociais consistia no estabelecimento

da orientação normativa como uma estrutura indispensável e constitutiva da acção social.

Ao longo do seu livro, Parsons considerou que as unidades básicas do sistema de acção social eram os actos, tal como as partículas eram as unidades do sistema mecânico clássico (Parsons, 1968: 43). Um acto era logicamente composto por um actor, o seu agente; um fim, ou seja, um futuro estado de coisas que se pretendia atingir com esse mesmo acto; a situação em que o actor age, e que difere nalguns traços básicos do estado de coisas para o qual a acção é orientada, o fim. Procurava-se, deste modo, construir um quadro de referência que remetia, de forma analógica, para as categorias do espaço e do tempo, com base nas quais Kant formulava a fundamentação básica da possibilidade da mecânica newtoniana.

Duas consequências provinham desta forma de pensamento: em primeiro lugar, resultava daqui que a acção implicava um determinado esforço, uma vez que um fim é sempre um estado de coisas futuro relativo à situação actual o qual só pode ser realizado graças à ultrapassagem de determinados obstáculos supervenientes. Por outro lado, uma acção assim considerada parecia só poder resultar, primordialmente, do ponto de vista subjectivo do autor. Trata-se de uma particularíssima análise do ponto de vista subjectivo que jaz no próprio coração da teoria voluntarista parsoniana. A verdade, porém, é que, conforme se viria a verificar, a importância conferida à norma matizava a importância dada ao actor.

Com efeito, para Parsons, entre os elementos constituintes dos actos estabelecia-se um certo modo de relação, segundo a qual, na escolha de meios alternativos para um fim, desde que a situação permita alternativas, há uma orientação normativa da acção (Parsons, 1968: 44).

Insurgindo-se contra a concepção positivista-utilitarista, em que a acção é vista como uma adaptação ao meio

ambiente, Parsons defende a acção como um esforço que implica uma tensão entre os planos normativo e condicional, isto é, uma certa avaliação normativa que não esquece a necessidade de adequação dos meios com vista a fins, às condições em que o actor se encontra. Enfatizando-se um ponto de vista puramente positivista, a acção seria completamente determinada pelas condições inerentes à situação, pelo que a distinção entre meios, dependentes do actor, e condições, independentes do autor e intrínsecas à situação em que este se encontra, fica, de certo modo, sem sentido, já que a acção acaba por se reduzir à adaptação racional às condições. O papel activo do actor é restringido à compreensão da situação e à previsão do curso do seu devir. Para Parsons, torna-se, mesmo do ponto de vista estritamente positivista, imaginar como é possível ao actor errar se não existe outra determinante além das condições. Qualquer falha na aplicação da norma racional só pode, assim, ser explicada através de duas possíveis palavras: «ignorância» ou «erro. Quanto ao ponto de vista idealista, traduzir-se-ia no esquecimento das condições e na ênfase do que se considera ser a norma correcta. No idealismo, não há nada nas condições da acção que seja considerado em termos de prevenir o cientista ou o teórico contra o cometimento de um erro. Na medida em que as relações causais subsistissem entre elementos da situação, o actor está condicionado já que a realização do fim depende do tomar em conta estas relações. Porém, no idealismo há lugar apenas para relações com o ideal para o qual a acção é orientada (Parsons, 1968: 64-68; 483). “Enquanto o tipo de teoria voluntarista envolve um processo de interacção entre elementos normativos e condicionais, no pólo idealista o papel dos elementos condicionais desaparece, da mesma forma que, em correspondência, no pólo positivista desaparece o elemento normativo” (Parsons, 1968: 82). Neste sentido, Parsons (1968: 486) entende que a sua teoria voluntarista da acção

permite uma tensão entre a dimensão normativa e a dimensão condicional oferecendo uma ponte entre estas duas tradições irreconciliáveis.

Assim, nesta linha, a normatividade ganha uma certa preponderância mitigada pelo reconhecimento das condições de acção. Ao nível da escolha dos fins, a teoria voluntarista considera que o fim da acção é produto de um sistema de valores. Ao nível da escolha dos meios, considera que os padrões normativos, mais do que outros expressos na aplicação racional do conhecimento cientificamente válido, podem constituir a base em que o curso da acção é escolhido.

Resulta daqui uma ideia que conduziria Parsons no sentido da atenção particular que conferiria, ao longo da sua obra, à integração normativa. De Durkheim, Parsons extrai a ideia de que a integração social resulta da subscrição de normas e de valores comuns, os quais podem ser interiorizados de modo a tornarem-se constitutivos na formação dos objectos desejados. É, de certa forma, por aqui, que entra a importantíssima referência a Hobbes, ao nível da descrição das condições últimas da vida social. Em Hobbes, como o Homem é guiado acima de tudo pela pluralidade das suas paixões, o bem identifica-se com aquilo que ele deseja. Os desejos humanos são aleatórios, pelo que na ausência de qualquer controlo restritivo o Homem adoptará ao seu fim mais imediato os meios que considerar mais eficazes. Com efeito, a escassez de determinados bens conduz a que dois ou mais homens possam desejar aquilo que não podem ambos ter. Em face da pluralidade de desejos humanos e de uma «igualdade de esperança» – ou seja em face do facto de que todos podem sentir iguais expectativas na obtenção dos mesmos fins, emerge um problema: trata-se daquilo a que Parsons chama de “problema da ordem” ou seja, da necessidade de uma orientação normativa relativa ao grau de atendibilidade dos vários fins desejados (Parsons, 1968: 89;

93). Como para levar por diante os fins desejados, o Homem carece do reconhecimento e do serviço de outros homens, terá de recorrer à força e à fraude, não se vislumbrando na concepção estritamente utilitarista o que quer que seja que possa obstar à utilização destes meios (Parsons, 1968: 2). A conclusão de Parsons, em face da perspicaz descrição de Hobbes, passa pela entendimento de que uma solução para o problema da ordem jamais será encontrada num plano estritamente utilitário: uma sociedade puramente utilitária é caótica e instável, porque na ausência de limitações no uso dos meios, particularmente a força e a fraude, tenderá para uma luta ilimitada pelo poder. Na verdade, Hobbes limita-se a ser, na perspectiva de Parsons, um bom exemplo para a caracterização das consequências da visão utilitarista do mundo.

O olhar de Parsons pela obra de Marshall, Durkheim, Weber e Pareto tende para uma mesma ideia fundamental: trata-se de formular uma concepção que passa pela introdução de atitudes valorativas e por um sistema de valores comuns. Implica, por isso, através de percursos intelectuais vários, uma ultrapassagem de uma ênfase pura e exclusiva da norma de racionalidade. Em Pareto, valoriza-se a fixação de um fim último que não é logicamente dedutível através de uma norma de racionalidade intrínseca; em Durkheim detecta-se um passo importante para uma posição conforme à teoria voluntarista da acção e que implica a constituição de um sentido de obrigação moral que passa pela interiorização de valores; em Weber, saúda-se a existência de uma tipologia dupla da racionalidade, que abre as portas à consideração da eficiência mas também da legitimidade (Parsons, 1968: 93).

A ênfase do problema da ordem normativa, que emerge de *The structure of social action* e nas obras seguintes, conduz a um certo afastamento de Weber Aceitando a as influências provenientes da Biologia e da Antropologia

(nomeadamente da leitura que Radcliff-Brown faz de Durkheim), o conceito de acção tornar-se-á, segundo o próprio Parsons, cada vez mais durkheimiano e menos weberiano. No fundo, para Parsons, o que permite a resolução do problema hobbesiano passa pela interiorização das normas – um processo em que intervém, claramente, as influências tutelares de Durkheim e Freud. A ideia hobbesiana, segundo a qual as paixões humanas resultariam claramente num conflito social endémico, leva Parsons a entender que a resposta a este problema não é solucionável no quadro da mera coordenação dos interesses dos indivíduos. A solução implica a interiorização das normas. Através deste processo, é possível aos actores sociais adoptar valores padrão que limitariam o domínio dos fins a que poderiam aspirar e dos meios que poderiam empregar para atingir esses fins. Para definir os padrões de valor Parsons começa com uma situação idealizada:

- a) os actores partilham expectativas comuns quanto ao desempenho de papéis;
- b) estas expectativas estão integradas num sistema de valores mais vasto que também é partilhado;
- c) quer as expectativas quer os valores são interiorizados.

Neste contexto, os agentes cooperarão entre si num padrão coordenado de actividade por três razões básicas: a) encontram-se comprometidos com o curso de acção esperado ou prescrito, porque cada um de per si o interiorizou como mais adequado ou apropriado; b) interiorizaram outros valores relacionados, que podem ser ameaçados se existir uma falha em levar por diante as exigências que a situação apresenta e c), têm receio que outros os punam por não agirem adequadamente, frustrando expectativas ou perdendo estima, amor e aprovação. Nesse sentido, postula-se um teorema da acção institucionalizada, graças ao qual qualquer padrão de actividade tenderá a cristalizar ao longo do tempo, até porque qualquer tentativa de desvio em relação às espec-

tativas padronizadas originará consequências desvantajosas. Este teorema providenciará no sentido de o actor ficar positivamente motivado para cooperar com outros, agindo de acordo com as necessidades institucionais. É, pois, através da interiorização de valores comuns que um sistema de interacções sociais pode ser estabilizado.

2. As divergências Parsons – Schutz

Desde 1937 até 1940, Alfred Schutz, que elaborara um texto de recensão crítica do trabalho de Parsons, dirigiu-se-lhe várias vezes no sentido de se encontrarem. O encontro realizou-se, mas correu da pior forma, pois Parsons via no texto de Schutz uma crítica ao seu trabalho. Schutz, por seu turno, dizia que apenas pretendia clarificar algumas das suas dificuldades no entendimento do trabalho de Parsons (Grathoff, 1978: 98).

Os desencontros entre Parsons e Schutz são muito frutíferos no que respeita aos desenvolvimentos posteriores dos trabalhos dos dois autores e dos seus seguidores. Schutz insistirá várias vezes em que jamais, como suspeitou Parsons, pretendia proceder a uma revisão do seu trabalho chegando mesmo a dizer que estava de acordo com grande parte da obra e lamentava se, por alguma vez, ou por alguma razão ou outra, o seu interlocutor se sentiu induzido a modificar os alicerces básicos do seu sistema (Grathoff, 1978: 97-98). Apesar desta gentileza, na mesma correspondência encontram-se interpelações directas sobre pontos de discordância evidentes.

Podem-se aduzir algumas hipóteses para explicar a diferença de percepção entre Schutz, os seus seguidores e o próprio Parsons sobre a magnitude das divergências.

Uma explicação geralmente aceite diria respeito à vontade de Schutz de encontrar um interlocutor intelectual na Sociologia americana. Parsons seria relativamente óbvio pela

sua profunda ligação com a tradição europeia e por ser, de certo modo, o representante mais proeminente de uma orientação investigativa que se reclamava de inspiração weberiana. Com efeito depois do encerramento do diálogo com Parsons, Schutz abordou meios intelectuais americanos através, sobretudo, dos círculos fenomenológicos, designadamente na Revista *Philosophy and Phenomenological Research*, de Marvin Farber. A maior parte do seu trabalho ganharia uma decisiva inspiração na recepção crítica da Fenomenologia e, só passados alguns anos, com o conhecimento crescente da sociologia americana, em especial do Pragmatismo, começaria a ser conhecido entre as Ciências Sociais.

Uma segunda explicação, aduzida por Thomason, seria o facto de Schutz ocupar um terreno intermédio entre a objectividade e o rigor lógico dos esquemas e procedimentos científicos e o mundo do senso comum em grande parte subjectivamente fundado e apenas intuitivamente apreensível. Parece-nos que esta posição de Burke Thomason não está devidamente fundada. Para além de nem toda a correspondência indicar neste sentido – já que existem interpelações directas entre os dois autores em que se revelam divergências claras nesta matéria – ,constata-se, na obra de ambos os autores, substância para uma vastíssima fonte de discrepâncias. Aliás, se Schutz ocupasse um terreno intermédio – o que é de todo bastante improvável – o mesmo não se poderia dizer de Parsons. Schutz pretende estabelecer uma relação activa entre a percepção intersubjectiva do mundo quotidiano e as ciências sociais. Isto traduz-se, em relação ao seu oponente/interlocutor, em substanciais diferenças de metodologia científica que não são facilmente compatíveis com ecletismo científico.

Nesse sentido, parece mais legítimo aceitar a explicação de Wagner, segundo a qual Schutz terá lido de forma incorrecta as intenções de Parsons, vislumbrando neste uma

tentativa de correcção de Weber que passava por uma abordagem onde a psicologia social e a fenomenologia desempenhariam um papel importante.

Na verdade, uma leitura de muitos dos ensaios schutzianos e da vasta obra de Parsons evidenciam uma mais do que provável fricção profunda entre o pensamento da sociologia de inspiração fenomenológica e a teoria parsoniana da acção. Referimo-nos, em primeiro lugar, a orientações metodológicas completamente divergentes sobre as relações entre a Ciência Social e o mundo do conhecimento vulgar e, em segundo lugar, às consequências que estas orientações comportam para a concepção de integração social e de relações entre os agentes e as normas. Ora estas duas áreas revelaram-se fundamentais nas discussões que atravessaram o século passado entre as duas teorias e os seus seguidores.

2.1. Divergências epistemológicas: abordagem subjectiva

Parsons nunca estendeu a sua rejeição do positivismo na análise social aos métodos das ciências positivas, considerando mesmo em *The structure of social action*, que existe um núcleo metodológico comum a todas as ciências empíricas, qualquer que seja o seu objecto de estudo. O conhecimento racional é um todo orgânico (Parsons, 1968: 21; 28). Nesse sentido, todas as ciências merecedoras desse nome procedem à integração das observações empíricas discretas em conceitos teóricos dotados de abstracção, expressando-se através de leis gerais analíticas. Por exemplo, a mecânica newtoniana tinha como ponto de partida a observação de corpos em queda ou de bolas rolando em planos inclinados. Estas observações jamais poderiam ter fornecido as bases para a elaboração das leis sobre a gravitação universal, a não ser que se expressassem em termos de conceitos abstractos e analíticos como sejam “massa”, “aceleração”, etc. Ou seja, a abstracção conceptual em relação ao concreto é uma condição teórica essencial para a

formulação de leis científicas. Embora as ciências sociais analisem fenómenos subjectivos, não se podem excluir deste padrão geral de desenvolvimento científico. Deste modo, para Parsons não há conhecimento empírico que não seja conceptualmente formado. Toda a referência a dados puros dos sentidos, experiência pura ou a corrente de consciência, não é apenas descritiva da experiência em si mas uma questão de abstracção metodológica, legítima e importante para certos fins, mas de todos os modos, abstracção (Parsons, 1968: 28). Para se expressar como uma ciência, capaz de formular resultados através de leis dotadas de generalidade, a sociologia tem de passar pela fase crucial de desenvolvimento conceptual em que os elementos analíticos sejam desenvolvidos como os meios de exprimir os resultados da observação sociológica.

Na investigação sociológica, apenas se obterão, em primeira instância, colecções de observações discretas semelhantes às experiências isoladas que o físico vai anotando no seu diário. Com o fim de dar origem a leis gerais científicas, é preciso decompor essas unidades discretas em componentes que as integram ou seja em elementos analíticos. Da mesma forma em que um corpo físico é descrito como tendo uma certa massa, velocidade, etc., um acto deve ser descrito como tendo um certo grau de racionalidade, desinteresse, etc. “É a estes atributos gerais de um fenómeno concreto relevantes dentro do enquadramento de um determinado quadro de referência descritivo, e a certas combinações deles, que se aplicará o termo elementos analíticos” (Parsons, 1968:34). Verificar-se-á que cada observação compreenderá uma combinação específica dos valores de um ou mais elementos analíticos. Estes elementos analíticos não deixam de ser uma abstracção, uma vez que se referem a uma propriedade geral: a massa de um corpo, tal como a racionalidade de um acto, nunca pode ser observados empiricamente como tais. Por seu lado, é uma

experiência universal da ciência que estes elementos analíticos, uma vez claramente definidos, apresentarão determinados modos uniformes de relação, os quais serão chamados “leis analíticas” (Parsons, 1968: 36). A observação é fundamental mas a ciência sociológica só emerge quando as observações consideradas de *per si* forem decompostas em elementos constitutivos susceptíveis de integrarem leis universais. Este predomínio da concepção objectivista da ciência social não impedirá Parsons de apresentar uma leitura relativamente acolhedora do conceito de *verstehen* (compreensão) através do qual ele tenta introduzir na teoria da acção um elemento normativo. Porém, a dimensão subjectiva fica largamente reduzida à interiorização das normas.

A abordagem à Teoria Social formulada por Schutz, tinha tido lugar na sequência dos grandes debates levados a efeito durante o Século XIX, na Alemanha, sobre a natureza e a metodologia das Ciências Sociais. O seu primeiro estudo – *Der Sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*, publicado em Viena em 1932 – já constituía uma leitura sobre os pressupostos metodológicos de Weber feita à luz de uma conceptualização fenomenológica. Neste trabalho, como aliás em toda a sua obra, Schutz insistiu em que o mundo social era susceptível de ser interpretado pelos seus membros como significativo e inteligível em termos de categorias sociais, o que abria a porta à possibilidade de uma relação entre a Ciência Social e o conhecimento vulgar dos agentes sociais

Para fundamentar este ponto de vista Schutz, em «Concept and Theory Formation in the social sciences» insistiu em três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, defendeu a distinção entre ciências naturais e ciências sociais com base no facto de que as segundas lidam com acontecimentos e relações pré-interpretadas e, como tal, significativas para os actores envolvidos. Em segundo lugar, argumentou que os processos compreensivos são procedimentos centrais para que os actores sociais possam interpretar significativamente

o mundo. Finalmente, defendeu o método da compreensão enquanto abordagem da subjectividade do actor como um método indispensável para as ciências sociais. Com efeito, “o mundo da natureza, tal como é explorado pelos cientistas naturais não significa nada para as moléculas, átomos e electrões. Mas o campo de observação do cientista social – a realidade social – tem um significado especial e uma estrutura relevante para os seres vivos, agindo e vivendo nele. Através de constructos do senso comum eles pré-seleccionaram e pré-interpretaram este mundo que eles experimentam como a realidade do seu dia a dia. É isto que determina o seu comportamento motivando-o” (Schutz, 1962 a: 59).

Aplicando este raciocínio à observação científica, Schutz concluía mesmo que esta actividade está permeada por relações de compreensão entre os agentes, antecipando-se às conclusões que Karl Otto Apel, 20 anos mais tarde, elaboraria sobre esta matéria: “o postulado que explica e descreve o comportamento humano em termos de uma observação empírica controlável revela-se curto perante a descrição e explanação do processo pelo qual o cientista B controla e verifica as pesquisas e conclusões do cientista A. Para fazer isso, B tem que saber o que A observou qual era o objectivo da sua investigação, porque ele pensou o facto observado como digno de ser observado, isto é relevante para o problema científico em causa, etc. Este conhecimento é vulgarmente chamado de compreensão” (Schutz, 1962 a : 53).

Assim, para Schutz a compreensão (*verstehen*) é fundamental, seja na vida quotidiana quando interpretamos as acções uns dos outros, seja na ciência social, quando onde o nosso objectivo é chegar a uma compreensão significativa da realidade social que, simultaneamente, tenha algum significado aos olhos do conhecimento partilhado no mundo da vida. Se o mundo social surge como uma matriz de

actividade interpretada pelos participantes com recurso a constructos intersubjectivamente válidos, Schutz opina que a sua influência na acção social não pode ser ignorada pelos cientistas sociais. Estes podem criar constructos de segunda ordem, que originam modelos tipificados de estudo da acção social.

Nesse sentido, na sua apreciação da obra de Parsons no decurso da fracassada correspondência entre ambos, Schutz arguiria que Parsons se esquivava a demonstrar a razão pela qual a referência ao ponto de vista subjectivo é um pré-requisito para a teoria da acção. Schutz irá mais longe. Dirá que Parsons tem uma intuição correcta segundo a qual uma teoria da acção ficaria sem significado sem a apreciação do ponto de vista subjectivo. Porém, acusa Parsons de não seguir esse ponto de vista até às suas últimas consequências. Nesse sentido, argumenta que Parsons substitui os eventos na mente do actor por uma observação apenas acessível ao observador, confundindo a observação objectiva dos fenómenos objectivos com os próprios fenómenos objectivos. Na resposta, Parsons não podia ser mais claro: “os fenómenos científicos só podem ser descritos quando descritos e analisados por um observador” (Parsons, 1968: 88). Nesse sentido, o ponto de vista subjectivo ganha, em Parsons, uma dimensão puramente lógica.

2.2. Controvérsias sobre a ordem social

2.2.1. Parsons: a orientação normativa

O uso parsoniano da interiorização social e a sua insistência no papel motivacional das normas e dos valores constituía um modo de solução do problema hobbesiano e uma tentativa firme de resposta às questões relacionadas com a possibilidade de coordenação social dos projectos individuais dos agentes. Como viria a ser substancialmente assinalado, partindo de um enquadramento teórico que começava com uma certa consideração do ponto de vista

subjectivo do actor, Parsons acabava por chegar a uma análise completamente externa das normas e dos valores encaradas como determinantes da conduta.

Em Parsons, a dimensão subjectiva da acção fica reduzida à mera interiorização do enquadramento normativo. A forma como a sua conceptualização evolui, indicia, apesar da referência enfática ao papel de Weber, que a resposta da teoria voluntarista da acção e, em especial do estrutural-funcionalismo, ao problema da diversidade, se manifesta através da formulação de uma ideia de integração social e de formação de consenso fundada especialmente nas formulações de Durkheim.

As concepções que apontam para um estado de anarquia e de “guerra de todos contra todos” (que será superado, para em, seu lugar, se instaurarem o equilíbrio e o consenso social), remontam a Hobbes e à sua asserção segundo a qual “é um preceito ou regra geral de toda a razão que o homem se deve esforçar pela paz”. Detecta-se, ao longo da obra de Hobbes, um rigor lógico que o coloca ao mesmo tempo nas correntes contraditórias designadas por jusnaturalismo ou do direito natural, e por positivismo jurídico. Preceitua-se que acção justa no estado civil é aquela conforme a lei que deriva da vontade do soberano, o que remete para uma concepção formal de direito na base da qual a justiça consiste na observância da ordem jurídica positiva, qualquer que seja o seu conteúdo. Prescreve-se a existência de um Estado Absoluto assente na monopolização da produção do Direito pela eliminação de todas as fontes que não sejam a lei. Por outro lado, considera-se a existência de uma lei natural como ditame da razão. Como é que é possível o carácter absoluto do Estado se a vontade do soberano deve obedecer à lei natural? Na opinião de Bobbio, a explicação do paradoxo reside na especificidade do conceito hobbesiano da razão. A razão, em Hobbes, não é a faculdade com a qual aprendemos a verdade evidente

dos primeiros princípios. Tem um conteúdo utilitário e finalista: serve para distinguir o que é conveniente e inconveniente para alcançar a paz, concebida como fim supremo pela lei natural. A lei natural é aquele ditame da razão que sugere ao homem que se quer a paz, deve obedecer em tudo à lei positiva. Ao contrário da maioria dos jusnaturalistas, o fundamento contratualista do Estado, em Hobbes, serve para garantir a ausência de limites ao seu poder. Ou seja, enquanto para os outros jusnaturalistas a *naturalis ratio* ou *recta ratio* é o bem, para Hobbes a lei natural prescreve a procura da paz. Desta lei fundamental, considerada como primeiro princípio da razão prática, derivam as restantes leis. Fundamenta-se este ponto de vista numa concepção fortemente pessimista sobre o estado original que precede o contrato: “os homens não retiram prazer algum da companhia de outros homens (e, sim, pelo contrário, um enorme desprazer) quando não existe um poder capaz de os manter a todos em respeito”(Hobbes, 1995: 111). A justiça só é passível de ser realizada no Estado Civil, pois “onde não há poder comum e não há lei, não há injustiça. Na guerra [de todos contra todos que é típica do estado natural], a força e a fraude são as virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito” (Hobbes, 1995: 113). Pelo contrário, após a realização do pacto intersubjectivo entre os homens, é um preceito ou regra geral da razão que todo o homem se deve esforçar pela paz. A integração social ganha uma força coactiva em que a vontade dos sujeitos se reduz à obtenção da paz. O homem concorda em desistir da sua liberdade natural em favor da autoridade soberana que, em troca, garante a sua segurança.

Este percurso é fundamental para uma certa linha da sociologia. Em Durkheim, (uma das principais influências que Parsons cita quanto à fase do seu percurso que classifica como “estrutural-funcionalista”) a possibilidade de realiza-

ção da felicidade humana é olhada, prioritariamente, sob o ponto de vista da integração social e da formação de um consenso (Durkheim, 1977: 9-34). Encontra-se em Durkheim, principalmente quando aborda o suicídio e a divisão do trabalho, uma questão de acentuado recorte hobbesiano: quais os mecanismos que permitem aos indivíduos integrarem-se na sociedade? Ou seja, como é que sociedades, que prezam tanto o individualismo, se podem proteger contra as pressões egoísticas dos seus membros e alcançar um mínimo de consenso? Ou, de outro modo, como é que a autonomia do indivíduo é compatível com a existência social? Para este autor, a ausência da acção moderadora da norma conduz a um estado de anomia ao qual devem ser atribuídos “(...) os conflitos incessantemente renovados e as desordens de toda a espécie de que o mundo económico nos dá um triste espectáculo.” (Durkheim, 1977: 9). A intervenção da consciência colectiva, entendida como “conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade (...) independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram” (Durkheim, 1977: 99), entendida como possuindo uma natureza “diferente dos estados de consciência individual” (Durkheim, 1987: 17), constitui um dos contributos fundamentais de uma perspectiva que privilegia uma visão *pacificante*, na qual as partes só têm sentido quando entendidas em simultâneo com o todo orgânico (Durkheim, 1977: 49). A consciência colectiva é distinta das consciências individuais. Com efeito, ao agregarem-se, as almas individuais dão origem a uma individualidade psíquica de novo género. Como observa Luhmann, “em Durkheim, moralidade e solidariedade são gémeas” (Luhmann, 1982: 7).

Encontramo-nos perante uma visão que concebe a sociedade como um todo, mais do que em termos de uma pluralidade ou de um conflito entre diferentes grupos e forças sociais. Perspectiva-se a defesa de uma sociedade onde o

indivíduo participará na energia colectiva pela realização da sua função: “o imperativo categórico da consciência moral está em vias de tomar a forma seguinte: põe-te em estado de desempenhar utilmente uma função determinada” (Luhmann, 1982: 56). Nessa medida, defende-se uma articulação entre o todo e as partes, pela qual a liberdade é, ela própria, produto de uma regulamentação: Coerente com a tentativa de encontrar uma forma lógica de descrever a interpenetração entre indivíduo e sociedade, o seu modelo compreende uma dinâmica dos factos sociais que enaltece o sujeito apenas como plenamente realizável no todo. Deste modo, o indivíduo só pode conseguir a sua realização, aceitando o seu papel e a sua função no interior do sistema da divisão de trabalho.

O consenso social imaginado por estas reflexões de linhagem hobbesiana privilegia a ordem como um ponto de partida, pressentindo no conflito e na dissidência uma fonte de desprazer e de sofrimento que ameaçam a própria possibilidade de relações sociais estáveis. A hiperbolização da sociedade, como algo que vive em si, dotada de uma facticidade e uma exterioridade incontornáveis, transformam a força coactiva do consenso social numa minimização do papel transformador e activo do agente social.

O pensamento de Parsons, uma das faces mais visíveis deste ponto de vista que tende a enfatizar o consenso, dedica a maior parte do seu esforço analítico à exploração das razões que podem justificar a estabilidade e a durabilidade das estruturas sociais. Mais uma vez à maneira de Hobbes, o problema que persegue Parsons é o da forma de coordenar a pluralidade de fins perseguidos pelos diversos sujeitos, continuando a manter a ordem social, sem que surja a guerra de todos contra todos. A grande questão, intuída em *The structure of social action*, é, mais uma vez, a de como é possível a ordem quando o homem é basicamente destrutivo e competitivo. Nessa medida, desde *The structure of social*

action, só a orientação normativa pode garantir a Parsons o mínimo de ordem e de harmonia requerida para a manutenção da sociedade como uma colectividade e para sustentar a possibilidade de evitar o caos. Assim, a institucionalização de normas e de valores comuns e a sua interiorização pelos indivíduos membros de uma dada sociedade é a chave que se tornará determinante ao longo do seu trabalho para a compreensão da ordem social. O esforço teórico de Parsons traduz-se, em larga medida, na redução da acção social a um processo no interior do qual é garantido que as interacções tendem a restabelecer a harmonia e o consenso, proporcionando a integração no sistema. O problema da legitimidade é especialmente reduzido à transformação das expectativas sociais em exigências legítimas à luz dos padrões normativos vigentes. Um sistema “tem de ter uma aprovação suficiente dos seus actores adequadamente motivados para agir de acordo com as exigências dos seus papéis, positivamente na realização das suas expectativas e, negativamente, quanto à abstenção de comportamentos demasiado disruptivos, isto é, desviantes” (Parsons, 1964: 27). Devem-se evitar os compromissos com padrões culturais normativos que “não assegurem um mínimo de ordem” ou que dêem origem “a exigências impossíveis por parte das pessoas, que gerem desvio e conflito a um nível incompatível com um mínimo de condições de estabilidade e de desenvolvimento ordenado.” (Parsons, 1964: 26-27). Toda a mudança, nesse sentido, é rapidamente catalogada como desvio. Todas as reclamações particulares são olhadas como uma ameaça clara à capacidade integradora do sistema. Talcott Parsons não hesita em classificar de fundamentalistas as posições teóricas que expressam uma “resistência à generalização de valores” (Parsons, 1974: 122). A falta de adequação dos indivíduos às normas morais integradoras, designada por anomia, é classificada como a antítese polar da institucionalização plena ou mesmo como

“o colapso da ordem normativa” (Parsons, 1974: 81). Com base numa desconfiança em relação aos movimentos sociais, qualquer criticismo imanente surge, na verdade, como reprovável. A comunidade societária é considerada como um corpo corporativo de cidadãos que empreendem relações consensuais com a sua ordem normativa. A abordagem conceptual de Parsons em relação à comunidade societária centra-se na ideia de integração, promovendo a partilha de um sistema de crenças comuns entre os participantes da interacção (Parsons, 1964: 325-332). Assim, “a ordem normativa ao nível societário contém uma solução para o problema de Hobbes – isto é, impedir que todas as relações humanas degenerem até ao ponto de uma guerra de todos contra todos” (Parsons, 1974: 72). Nesse sentido, “a função primária desse subsistema integrador é definir as obrigações de lealdade à comunidade societária, tanto para os participantes como um todo, como para as diferentes categorias de *status* e papéis diferenciados no interior da sociedade” (Parsons, 1974: 24). Considera-se, pois, que a teoria individualista tem enfatizado exageradamente “o interesse pessoal” pelo que o problema mais imediato para a maioria dos indivíduos no caso de conflito “é o ajustamento das obrigações entre lealdades competitivas” (1974: 24). Virando as costas às possibilidades normativas que resultavam dos movimentos sociais, vislumbrando em todos o mesmo «delírio fundamentalista», esta teoria acaba por conduzir à ideia de que só a geração de novas formas de influência pode levar a um consenso normativo que provenha recursos capazes de integrarem a comunidade societária.

Este trabalho seria dificilmente compatível com o de Schutz sobretudo pela sua imensa oposição a uma concepção subjectivista e individualista. Com efeito, as diferenças de concepção ao nível da Teoria Social e da Metodologia das Ciências Sociais implicavam juízos sobre o papel do actor social que no caso de Schutz, possibilitavam uma

aproximação à contingência e à entropia insuportáveis para uma visão funcionalista.

A questionação moral, ética ou política parece arredada do universo teórico de Schutz. Com efeito, este não pretende fazer qualquer apologia desta ou daquela forma de estar no mundo mas apenas descrevê-la. São relativamente escassas as referências de Schutz dos quais se possam inferir a existência de um posicionamento explícito ao nível de questões com repercussão na *praxis*.

A insistência na atitude natural pode mesmo induzir em erro e parecer a apologia de um certo espírito despido de intenções críticas. O assunto pode ser abordado de vários modos. A verdade é que em toda a abordagem do mundo da vida está implícita uma certa ideia de crítica que alguns já consideravam remontar a Husserl. A crítica ao cientismo generalizou-se de um modo que estaria presente durante quase todo o século XX através de Weber, de Luckács e da Escola de Frankfurt. Com Habermas, o mundo da vida seria mesmo objecto de uma abordagem essencialista na qual se diagnostica a existência de dois domínios sociais – “sistema” e “mundo da vida” - que se diferenciam consoante a racionalidade que predomine em cada um deles seja comunicacional ou instrumental. Do ponto de vista do mundo da vida, focam-se os elementos da razão prática, enquanto o ponto de vista do sistema enfatizam-se os elementos relacionados com a acção teleológica e a razão instrumental. No mundo da vida prevalecem mecanismos de intercompreensão e de consenso, enquanto no sistema prevalecem os mecanismos de troca e de poder.

Porém, como Lévinas já intuía numa observação dirigida a Heidegger (1997: 167), o próprio mundo da vida pode ser um lugar de reificação. Ora, a verdade é que Schutz, sem nunca ter feito uma extensa abordagem ética ou política, deixou um percurso aberto à reflexividade no seio desse mundo, abrindo portas que Parsons fechava. O individu-

alismo metodológico e a sua abertura à subjectividade e à pluralidade de modos de conhecer no seio do mundo da vida tinham consequências noutros planos. Geravam uma concepção de acção social que era incompatível com o determinismo normativo.

Com efeito, a sociologia de inspiração fenomenológica abordou de frente a questão da particularidade, reconhecendo, de modo explícito, a existência do fenómeno que hoje entendemos como pluralização dos mundos da vida. “Cada um percebe o mundo e as coisas dentro do mundo desde o particular ponto de vista em que está colocado em cada momento, e também desde determinados aspectos e perspectivas que variam na dependência do ponto de vista” (Gurwitsch, 1975: xv).

O conhecimento próprio da atitude natural na quotidianidade traz a sua evidência em si próprio – ou em vez disso, é tido como pressuposto na falta de evidência em sentido contrário. É um conhecimento de receitas certas para interpretar o mundo social e para lidar com pessoas e coisas, de forma a obter em cada situação, os melhores resultados possíveis com o mínimo esforço, evitando consequências indesejáveis. Com efeito, a atitude natural tem uma premissa de confiança na permanência das estruturas do mundo que ganha especial sentido quando pensada em relação à sociabilidade: “eu confio que o mundo tal como tem sido conhecido por mim permanecerá e que consequentemente o acervo de conhecimentos obtidos dos meus sucessores e formado pelas minhas próprias experiências continuará a preservar a sua validade fundamental” (Schutz e Luckmann, 1973: 7). É admissível concluir pela existência na atitude natural – pragmática, realista e carente de reflexividade – de uma certa forma de conhecimento que implica uma aceitação que é susceptível de ser equacionado à luz daquilo que uma certa tradição do pensamento considerou como sendo a reificação. A atitude natural e o

conhecimento do senso comum implicam que “o processo constitutivo é inteiramente ignorado, enquanto que a objectividade constituída é perfeitamente tida por adquirida” (Schutz, 1967: 82). Embora Schutz nunca tenha utilizado o termo “reificação”, é legítimo sustentar que a atitude cognitiva analisada no mundo da vida o conduz a identificar a objectividade como “constituída” e como tal dependente de processos subjectivos. Simultaneamente, conduz à ideia de que as pessoas reificam sempre que ignoram essa constituição, tomando a objectividade por garantida. Há uma espécie de “congelamento” do qual depende o esquecimento do papel activo das consciências dos agentes sociais. Esta análise não implica, tal como acontece na tradição marxista, uma condenação, a adopção de uma atitude crítica em relação aos processos de reificação tal como sucede na obra de Luckács ou de Adorno. Pelo contrário, está implícita a ideia que, de certo modo, este esquecimento dos processos activos de constituição é indispensável para uma integração social bem sucedida. Sem esta dose de interpretação, que implica um certo grau de reificação e até de inautenticidade, os actores sociais perderiam o contacto com um mundo partilhado de significados que tornam possível a sociabilidade. De certa forma, como constituintes, os actores sociais são potencialmente intérpretes. Porém, sem a partilha de significados comuns, o mundo social ganharia um estado de devir permanente e a diversidade da vida seria uma porta aberta para uma entropia dificilmente suportável. Com efeito, toda a actividade da consciência é uma actividade tipificadora na qual cada experiência do actor ocorre dentro dum horizonte de familiaridade e pré-conhecimento. A percepção própria do senso comum é efectuada com base em tipos. “Estrutturamos o mundo de acordo com tipos e relações típicas entre tipos.” (Schutz, 1975 c: 94-95).

Porém, da mesma forma que Schutz chama a atenção para este aspecto passivo do estilo cognitivo do mundo da

vida e da atitude natural, também destacou a dimensão subjectiva da constituição. Ora, ao fazê-lo introduz uma larga margem para abrir as portas à contingência social.

Com efeito, Schutz reconheceu que o mundo da vida traz, em si, mais do que a realidade quotidiana e recorreria a William James e ao seu conceito de “sub-universos” para se referir às províncias de significado finito, a cada uma das quais corresponde um particular estilo cognitivo (Schutz e Luckmann, 1973: 21-22).

Com o termo “províncias de significado finito”, Schutz está a definir horizontes de significação plurais, onde determinadas proposições são aceites enquanto não entram em conflito com outras pensadas ao mesmo tempo. Entre estas contam-se o sono, a experiência estética, a fantasia, o mundo da ciência, o mundo da arte e o mundo das crenças religiosas. A atenção de Alfred Schutz à multiplicidade de realidades, a consciência da existência de grupos diversificados, a atenção dedicada ao papel do outro, do estrangeiro e do marginal são elementos centrais do seu pensamento, contribuindo para a possibilidade de compreensão reflexiva dos mecanismos de formação do estilo cognitivo interior de cada grupo. A multiplicação de experiências, bem como a possibilidade de as observar de uma outra perspectiva demonstra que os consensos sobre a realidade social estabelecidos em cada grupo interno são, cada um por si, afinal um entre outros possíveis. Com o faz questão de precisar Thomason, mesmo no universo da fantasia ou da demência (o caso de Don Quijote), Schutz abstém-se de formular qualquer argumento ontológico sustentando o mundo da realidade quotidiana como o mundo autenticamente real.

O reconhecimento explícito de uma certa contingência inerente aos mundos da vida deixa em aberto o caminho da reflexividade como um elemento essencial de superação do seu carácter coercivo. É nessa medida que Schutz não hesitará mesmo em afirmar que “o que está para além de

qualquer questionamento até agora pode ser sempre posto em questão” (Schutz, 1975 c: 231). Com efeito, “o que é tido por garantido não forma uma província fechada, articulada inequivocamente e claramente arranjada. O que é tido por garantido dentro da situação predominante no mundo da vida está rodeado de incerteza” (Schutz e Luckmann, 1973: 9). Os actores sociais agem com base nos saberes adquiridos nas suas histórias efectivas, ou seja, de acordo com as suas situações biográficas determinadas. Estas sempre enfatizam determinadas possibilidades de acção em detrimento de outras, tornando os actores e os intérpretes cegos para outros possíveis que podiam preencher as suas vidas. Porém, se a realidade é como é, não é porque tem de ser assim - porque dispõe de uma qualquer propriedade ontológica – mas sim graças a um consenso que se estabelece na vida quotidiana. Isto será claramente assumido por Schutz num dos seus textos mais marcantes, a propósito de uma experiência tão radical como a loucura: “o que é a loucura o que é o juízo num universo que é a soma de todos os nossos sub-universos?” (Schutz, 1976 c: 157-158) Nem o senso comum de Sancho nem a loucura de Quijote merecem condenação. Se existem processos subjectivos de construção da realidade social, então ela reside sempre num consenso contingente que pode sempre ser substituído por outro possível (Berger, 1970: 213-233).

Evidentemente, pode-se dizer que se está perante um estilo intelectual, um método e uma atitude. Porém, dificilmente se pode ignorar que resultam possibilidades para pensar a contingência e a reflexividade da experiência do sujeito moderno, de um modo em que a constante erosão que se verifica contemporaneamente na estabilidade e na permanência dos mundos da vida e das províncias finitas de significado pode ser compreendida de forma incompatível com a consensualidade apriorística definida pelo funcionalismo.

Ao longo deste texto, fomos, pois delimitando duas áreas em que se verifica a ausência de concordância e a existência de duas linhas dificilmente conciliáveis.

Em primeiro lugar, a dívida de Alfred Schutz com Husserl e Weber tornava incompatível uma fenomenologia que sublinhava o carácter intersubjectivo e interpretativo da sociabilidade com uma Teoria dos Sistemas que afirmava o predomínio da normatividade social sobre o indivíduo.

Em segundo lugar, a dívida teórica de Schutz conduz à dificuldade em compatibilizar a permanência de um certo individualismo com a concepção que Parsons tinha da comunidade societária. Esta segunda linha explica a existência de uma política por detrás deste movimento fenomenológico a qual é incompatível com a concepção sistémica centrada numa espécie de harmonia sublinhada e enfatizada à partida.

BIBLIOGRAFIA

Berger, Peter (1970) «The problem of multiple realities: Alfred Schutz and Robert Musil» in Maurice Natanson (Ed.), *Phenomenology and social reality: essays on memory of Alfred Schutz*, The Hague, Martinus Nijhoff.

Berger, Peter e Luckmann, Thomas (1973), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.

Durkheim, Émile (1977), *A divisão do trabalho social*, vol. 2, Lisboa, Presença.

Durkheim, Émile (1987), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.

Garfinkel, Harold (1984), *Studies in ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press.

Giddens, Anthony (1960), *New rules of sociological method*, London, Hutchinson & Co.

Goffman, Erving (1975), *Frame analysis*, Harmondsworth, Penguin Books.

Grathoff, Richard (1978), *The theory of social action: the correspondence of Alfred Schutz and Talcott Parsons*, Indiana University Press, Bloomington.

Gurwitsch, Aron (1975), «Introduction» in A. Schutz, *Collected papers*, Vol. III, Haya, Martinus Nijhoff.

Hobbes, Thomas (1995), *Leviatã*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Husserl, Edmond (1967), *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale*, Paris, Gallimard.

Kassab, Elizabeth Suzanne (1991), *The Theory of Social Action in the Schutz-Parsons Debate*, Friburg, Editions Universitaires.

Lévinas, Emmanuel (1997), *Descobrendo a existência com Husserl e com Heidegger*, Lisboa, Piaget.

Luhmann, Niklas (1982), *The differentiation of society*, New York, Columbia University Press.

Merleau-Ponty, Maurice (s/d), «O Filósofo e a Sociologia» in, *Signos*, São Paulo, Martins Fontes.

Morujão, Alexandre (1961), *Mundo e intencionalidade*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Parsons, Talcott (1964), *The social system*, New York, The Free Press.

Parsons, Talcott (1968), *The structure of social action*, New York, The Free Press.

Parsons, Talcott (1974), *O sistema das sociedades modernas*, Rio de Janeiro, Zahar.

Schutz, Alfred (1962) «Concept and theory formation in the social sciences» in Alfred Schutz, *Collected Papers*, Vol. I, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1967), *Phenomenology of social world*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.

Schutz, Alfred (1975 a), «William James's concept of the stream of thought phenomenologically interpreted» in *Collected papers*, vol. III, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, (1975 b) «The problems of transcendental intersubjectivity in Husserl», in *Collected papers*, vol. III, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1975 c), «Type and edos in Husserl's late philosophy» in *Collected papers*, vol. III, Alfred Schutz, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1976 a), «The Stranger: an essay in social psychology» in *Collected Papers II*, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1976 b) «Social world and social action» in *Collected papers*, vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1976 c), «Dom Quijote and the problem of reality» in *Collected Papers*, II, The Hague, Martinus Nijhoff.

Schutz, Alfred (1979 a), «O mundo da atitude natural» in Helmut Wagner (ed.), *Fenomenologia e relações sociais, Fenomenologia e relações sociais – Colectânea de textos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.

Schutz, Alfred Schutz (1979 b), «Bases da fenomenologia», in Helmut Wagner (ed.), *Fenomenologia e Relações Sociais, Fenomenologia e relações sociais – Colectânea de textos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.

Schutz, Alfred e Luckmann, Thomas (1973), *The structures of life-world*, Evanston, Northwestern University Press.

Thomason, Burke (1982), *Making sense of reification*, London, Macmillan Press.

Wagner, Helmut (1979), «Introdução» in Helmut Wagner (ed.), *Fenomenologia e relações sociais – Colectânea de textos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.

Weber, Max (1964), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.

O PODER DO JORNALISMO E A MEDIATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO¹

Introdução

Este texto procura debruçar-se sobre o papel desempenhado pelas convenções inerentes à linguagem jornalística na compreensão da ordem social e na configuração do espaço público. Nesse sentido, tenta-se, em primeiro lugar, interpelar um fenómeno que costuma ser designado por “mediatização do espaço público”. Seguidamente, analisa-se a atitude epistemológica que percorre o jornalismo e se manifesta na crença da adequação entre os enunciados e os factos, relacionando-se essa atitude epistemológica com um conjunto de práticas discursivas, normas estilísticas e orientações reguladoras que indiciam a vocação do jornalismo para superar o carácter aleatório do mundo, permitindo aos acontecimentos inscreverem-se nas grandes regularidades sociais. Procura-se, depois, discernir na linguagem jornalística a vontade de conformidade com o senso comum, com o saber partilhado por todos, tido por adquirido e socialmente aceite, fazendo-se um paralelo entre as atitudes e práticas discursivas consagradas na profissão jornalística e a “atitude natural”, pragmática e realista, descrita, por autores como Schutz ou Gurswitch. (Gurwitsch; Schutz, 1976). Finalmente, confrontam-se as dificuldades de uma linguagem jornalística - que se apresentou como tendencialmente homogeneizadora e adequada à formação de consensos sociais através da observação, classificação e denúncia de tudo o que se afigura como desviante em

¹ - Este texto foi publicado na Revista Comunicação e Linguagens nº 27, Fevereiro de 2000, sob organização de Nelson Traquina.

relação à norma - em face de uma sociedade que se apresenta como sendo cada vez mais diversificada e pluralista. Nesse sentido, interpelam-se as dificuldades da relação entre o jornalismo e a cidadania, num momento em que se verificam consideráveis alterações no espaço público. De um lado reconhece-se o ressurgimento do poder do jornalismo. (Traquina, 1995: 189-221) Porém, do outro, as diversas tentativas de elaboração de uma teoria crítica dos media redescobrem a necessidade de uma leitura nova da própria ideia de público (Ferry, 1995: 54-58), além de induzir a necessidade de uma preparação científica sólida por parte dos profissionais de Comunicação Social.

A dimensão simbólica do espaço público

Num certo sentido, o espaço público sempre se relacionou de forma incontornável com o aparecimento de *media* simbólicos, pelo que podemos encontrar uma relação complexa entre variáveis económicas, culturais e comunicacionais que se interpenetram. (Habermas, 1984; Strydom, 1992: 2.-3) Desde o papel das cartas e da imprensa até à recente explosão das novas tecnologias, muitas seriam os pretextos históricos para se encontrarem relações profundas entre diversas instâncias sociais e o agir dos *media*. Com o surgimento dos meios de comunicação social, tal como os entendemos hoje, enquanto estruturas profissionalizadas de distribuição de mensagens, aquilo a que assistimos é à própria profissionalização da actividade mediadora que se instaura e consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade.

O uso dos meios de comunicação transforma, de forma fundamental, a organização da vida social, criando novas formas de acção e de interacção e de exercício do poder. Ao utilizarem os media, os seres humanos estão a construir redes de significação para si próprios. (Thomson, 1995: 11).

A linguagem dos jornalistas, fortemente condicionada por normas e convenções estilísticas, contribuiu para informar

a percepção da ordem social. Qual é, afinal, a relação entre o estilo jornalístico e a compreensão intersubjectiva da realidade social? De que forma a linguagem e o estilo praticados no jornalismo se instala no papel da formação dos consensos e na instituição, reprodução e discussão das normas? Se o jornalismo é a principal instância de visibilidade da vida pública, como é que traz a política à luz, produzindo o nosso esclarecimento? De que forma o jornalismo se afirma como máquina produtora de sentido? Todos os dias estas questões atravessam as nossas interrogações sobre o jornalismo.

Na resposta a estas perplexidades, um elemento que emerge com regularidade é a suspeita de que a de que a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e predictível. Os valores-notícia reflectem critérios de selecção do inesperado que é sempre o negativo do que é tido por adquirido. O próprio estilo jornalístico, a forma como é entendida a sua relação com a verdade e sua tradução nas respectiva normas de organização discursiva parecem muito mais adequadas a relatar ao mundo na sua evidência, tal como ele se oferece ao senso comum. Porém, se o jornalismo enfatiza o que é socialmente predictível correndo, o risco de desenvolver uma escrita conforme ao estereótipo, também elimina o contingente e o incerto. Nesse sentido, “o discurso dos media surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade.” (Thomson, 1995: 15) As instituições noticiosas debruçam-se sobre o que está fora do lugar: o que é desviante, equívoco e imprevisível. A prática jornalística é particularmente sensível aos acontecimentos mais calamitosos que se mostram mais difíceis de classificar ou que contrariam, de forma mais clamorosa, as expectativas sociais. (Ericson et al, 1991: 4).

Assim, o jornalismo contribuiu para a “construção social da realidade”, para a rotinização da própria dinâmica social,

estabilizando-a em acontecimentos-tipo, comportamentos previsíveis e erupções controladas. Esta estabilização é tanto mais violenta quanto deveria resultar de uma composição de normas onde a identificação do que é relevante resulta de um esquematismo pré-determinado. “Assim, a construção da notícia implica a utilização de enquadramento (frames), um conceito aplicado por Erving Goffman à forma como organizamos a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais.” (Traquina, 1995: 202). A novidade limita-se ao incidente que assegura, pela negativa, através do seu carácter excepcional, a permanência das grandes regularidades. Nesse sentido, enquanto agência de controlo social, as representações noticiosas dotam as pessoas com as visões e versões da ordem social que obtêm a preferência e com base nas quais os agentes tomam as iniciativas que julgam adequadas. (Ericson, et al, 1991: 4).

Contemporaneamente, o espaço público contemporâneo pode ser designado por «espaço público mediatizado», no sentido em que é funcional e normativamente indissociável do papel dos media. (Wolton, 1995: 167). De entre a actividade mediática em geral, o jornalismo escrito desempenhou um papel decisivo de estruturação do próprio espaço público e do consenso social: sem o jornalismo não se formaria opinião pública ou pelo menos esta teria uma configuração decerto diversa daquela que conhecemos. Porém, muitas das vezes graças a ele, e a dinâmicas que se geraram em seu redor, o mero conformismo com as atitudes públicas julgadas dominantes substituiu os mecanismos verdadeiramente públicos de formação da opinião. Este trabalho pretende ver como a específica linguagem que se pratica no jornalismo, designadamente no jornalismo escrito, está, efectivamente, ligada à modulação da compreensão intersubjectiva da realidade. Trata-se, em suma, de saber se a linguagem é já ela condicionada por códigos que conduzem inelutavelmente a uma certa visão do mundo

- ou se, pelo contrário, pode ser um espaço de racionalidade polimórfica, que foge ao estereótipo e aos signos de condensação que conduzem a uma visão da realidade que se esgota na celebração do “mesmo”. Será que esta prática discursiva contém, apesar de tudo, várias possibilidades de dizer o mundo que não se esgotam no estereótipo e que por isso permitem reconhecer-lhe uma possível dimensão crítica? Mais ainda, sabendo que o espaço público está sujeito a múltiplas tensões que apontam para a sua diferenciação e fragmentação, qual é o lugar que é reservado aos media na participação do intercâmbio de opiniões e na formação de consensos? A resposta não pretende ser nem linear nem maniqueísta. “Por maiores que possam ser as afinidades entre os *mass media* e os *media* funcionais de regulação (essencialmente, o dinheiro e o poder), os primeiros guardam uma especificidade própria, resultado do seu irreduzível carácter simbólico e linguístico. Eles inscrevem-se em última instância, no universo sócio-cultural, obedecem às exigências da intercompreensão e, nesta medida, a sua lógica de funcionamento nunca pode ser estritamente (nem predominantemente) sistémica e funcional.” (Esteves: 1995: 98) Nesse sentido, encontramos-nos perante tendências que estão longe de se tornarem hegemónicas, ou pelo menos definitivamente hegemónicas. Assim, no dia a dia, a linguagem dos *media* pode ser um factor de desestabilização de ordens dominantes, chamando para o espaço público, elementos de avaliação que permaneciam obscuros aos olhos do público e que se constituam como “nós” no seio do mundo da vida, originando elementos que contribuam para a sua reificação. Pelo contrário, ela pode precisamente reproduzir os compromissos estabelecidos, impedindo a problematização crítica da realidade, através do recurso a práticas discursivas que insistem na estabilização do que existe.

Salvaguarda-se, assim, a ideia de que estes traços atrás descritos não conduzem necessariamente a uma espécie de

fatalidade: os *media* contém, apesar de tudo, uma encruzilhada de possibilidades que se jogam no campo do político e do social. A esperança que aqui se defende de um jornalismo moderno, fundado na ideia de que é possível fazer uma reflexão crítica, é toda ela fundada em perplexidades e incertezas, novos desafios e oportunidades. Sob o ponto de vista da investigação e prática futuras, parecem-nos um ponto de partida profundamente estimulante.

A epistemologia jornalística e a controvérsia da objectividade

A objectividade é um assunto muito debatido, não apenas em jornalismo e comunicação mas em todas as Ciências Sociais. A objectividade (o relato da realidade imaculado de opiniões ou sentimentos) foi defendido como um ideal pelo qual os jornalistas deveriam lutar. Porém todas as nossas percepções e acções são influenciadas pelas nossas culturas e experiências. Tornar o jornalista consciente deste facto permite-lhe questionar e auto-questionar-se sobre a legitimidade da sua percepção em particular. (Govier 1988:99).

De acordo com esta perspectiva, “o ideal da objectividade sugere que os factos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam uma distanciação relativa aos acontecimentos do mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem. Assim, os *media* noticiosos ofereceriam o resumo fiel dos acontecimentos noticiáveis do dia - os mais relevantes e interessantes para o público. Os *media* imparciais dariam, quantitativa e qualitativamente, uma cobertura equilibrada às perspectivas políticas e legítimas em concorrência.” (Hackett, 1993: 105).

Os estudos sociológicos levados a efeito no campo da comunicação (nomeadamente o *newsmaking*) acabam por

tornar evidente que existe todo um conjunto de constrangimentos e rotinas - ou seja de elementos que integram o campo de enunciação - que nunca se deixam ver graças ao conjunto de mecanismos objectivantes omnipresentes no discurso jornalístico. O recurso sistemático à terceira pessoa e a omissão generalizada do sujeito da enunciação; a indicação específica de omitir os deícticos de lugar e de tempo (hoje, agora, ali, aqui), por serem marcas que remetem para um sujeito que se pretende a todo o custo ocultar, constituem mecanismos objectivantes que visam, antes de tudo, construir um poderoso efeito de adequação total à realidade. Ou seja, relatam-se os factos, omitindo-se tudo quanto diga respeito a quem os relatou e em que condições os fez.

A análise desta problemática conduziu a um conjunto de teorias que se resumem na ideia central de que a objectividade deve ser entendida como uma marca ideológica ou um conjunto de procedimentos tendentes a suportar a credibilidade do relato jornalístico. A necessidade de proceder sob um ponto de vista idealmente “neutro” que permitisse legitimar o discurso em nome do bem público contra os chamados interesses particulares ou de facção, colocando o jornalista ao abrigo de eventuais dissabores (Schiller, 1979: 47); a utilização desse conjunto de procedimentos a fim de restabelecer a legitimidade do relato noticioso em face da concorrência crescente de agentes de relações públicas ou da contra informação em tempo de guerra, (Schudson, 1978: 22), a obrigação de obdecer a um ritual estratégico que inclui a observância de um conjunto de procedimentos, como a audição das partes em conflito, a apresentação de provas, o uso das aspas, a estruturação da informação de forma sequencial, que permitam ao jornalista apresentar-se como objectivo, protegendo-se dos riscos da sua profissão, como sejam eventuais processos de difamação ou repressões dos superiores (Tuchman, 1993: 74)

têm sido algumas das teorias avançadas por historiadores e sociólogos que não acreditaram numa espécie de “ideologização” da objectividade postulada em nome de uma crença empirista ingénua na possibilidade de relatar os factos como verdade.

Finalmente, para Hackett, a teoria de que o equilíbrio entre visões controvertidas omite uma maior aproximação em relação à realidade implica uma dificuldade epistemológica: o relativismo que se esconde através das práticas rituais de apresentação contraditória do mesmo acontecimento tornam dificilmente justificáveis às próprias pretensões de verdade das organizações jornalísticas. Em alternativa, a ambição de uma visão imparcial dos factos implica uma presunção positivista de acordo com a qual, os jornalistas e os *media* noticiosos são observadores independentes, separáveis da realidade social, pelo que, quando correctamente utilizado, o meio noticioso podia assegurar a sua veracidade. Qualquer destas posições implica que se remeta a objectividade do campo jornalístico muito mais para considerações de ordem prática relacionadas com a defesa do profissionalismo jornalístico ou com interesses comerciais do que com verdadeiras preocupações sobre a adequação do relato à verdade. (Hackett, 1993: 106) Existe uma inevitabilidade dos *media* noticiosos em estruturarem a sua representação dos acontecimentos sociais e políticos que têm muito mais a ver com as características do próprio trabalho jornalístico do que com a natureza dos acontecimentos relatados. Assim, para dar conta dessa inevitabilidade basta chamar à os estudos efectuados no âmbito do paradigma do “newsmaking” e que têm em conta questões como as interacções burocráticas dentro das organizações jornalísticas, as limitações colocadas pelos orçamentos e pela conquista de audiências (Hackett, 1993:107), as convenções narrativas de que são exemplo a própria pirâmide invertida, as metáforas e frases feitas graças aos quais se consegue facilitar o efeito

de reconhecimento (Traquina, 1988: 30), para além das próprias distorções e limitações inerentes à natureza do medium, como sejam os valores notícia aos quais os mediadores recorrem para legitimar a sua própria selecção no que respeita ao acesso aos media dos assuntos, valores e temas, a determinação do tempo e do espaço concedidos, a possibilidade de exercício do direito de resposta. (Ferry, 1995: 62).

Finalmente, a objectividade pode, ela própria ganhar um estatuto ideológico. Ou seja, ao contruir-se um discurso especialmente virado para a descrição do que existe, o que é natural, o que é tido por adquirido, cai-se facilmente, independentemente de qualquer imputação de intencionalidade conspirativa, no risco de construir um discurso sobre a norma e o desvio. Os relatos podem ser ideológicos, não por causa de qualquer forma de parcialidade ou de manipulação intencional dos dados mas porque são produzidos no interior de uma determinada matriz ideológica. (Hackett, 193: 121) Os relatos podem eles próprios tornar-se uma peça essencial para o funcionamento ideológico do media na medida em que possam reflectir, sem o recurso a qualquer forma de utilização distorcida dos dados, os grandes consensos sociais, favoecendo a sua aceitação e a sua consagração. Determinadas formulações discursivas seriam ideológicas não por causa das distorções manifestas nos seus conteúdos superficiais, mas porque eram originadas numa matriz ideológica limitada. (Hall, 1982, 72) Assim, na perspectiva de Hall, os media só podem sobreviver operando dentro das fronteiras do que é admitido por todos: o consenso. (Hall, 1982: 87). Os *media* tornam-se parte do processo dialéctico de produção de consenso, modulando-o o consenso à medida que o reflectem. Assim, o McCarthismo, a Guerra da Coreia, e ao apartheid são alguns dos exemplos de situações que se tornaram complexas em resultado de uma interpretação estreita dessas normas. Entre

nós, é possível encontrar no Boletim do Sindicato dos Jornalistas um artigo datado dos anos 40 onde se procede à apologia cerrada da objectividade, já que segundo o articulista, este método era o que melhor se adequava à política de neutralidade seguida por Portugal durante a Guerra. Curiosamente, pode-se concluir que a objectividade, feita a pensar na salvaguarda de um outro valor a independência, era afinal exaltada porque servia os interesses de um poder estabelecido, no caso uma ditadura.

A notícia como forma narrativa

A narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afectam toda a actividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo. A questão essencial sobre a qual se incide é também epistemológica: de que modo o estilo praticado na imprensa - informado por uma determinada concepção de verdade - tem repercussões na distribuição do conhecimento e na formação dos consensos sociais e políticos?

Este tipo de interpelação pressupõe, no nosso ponto de vista, uma pragmática do saber jornalístico, a qual deve chamar a atenção para a dimensão narrativa. A comunicação mediatizada dos tempos modernos transporta consigo uma forma de vida própria, sintetiza de modo original a constituição da experiência comum e da memória colectiva, com profundas implicações no nosso quotidiano- ao nível das formas de percepção e conhecimento, da prática política, da vivência das relações de poder e da experiência íntima de cada um. O seu carácter ambíguo, simultaneamente, abre espaço a contradições conhecidas. O saber jornalístico, partilha, por um lado, características do saber narrativo, caracterizado pela poliformidade de saberes e enunciados

(cognitivos, avaliativos, prescritivos), abertura ao mundo da vida e ao consenso consuetudinariamente fundado. Por outro lado, parece trazer dentro de si uma ambição de cientificidade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições especializadas e profissões adequadas nas quais só o “especialista” é possuidor das competências que asseguraram a legitimidade dos enunciados. De uma certa forma, nos rituais da objectividade, o produtor da informação como que mima, imita a posição do observador científico. Debrucemo-nos sobre o primeiro lado da questão.

No que respeita à relação profunda entre o discurso jornalístico e o saber narrativo, basta recordar que a construção de uma história pressupõe, como recorda Paul Ricoeur, a intervenção mediadora de uma intriga. “A intriga é o mediador entre o acontecimento e a história. O que significa que só é acontecimento o que contribui para a progressão de uma história.” A construção de uma narrativa pressupõe a selecção dos elementos que permitem fazer progredir a “estória”. Nesse sentido, “um acontecimento não é apenas uma ocorrência, alguma coisa que acontece, mas uma componente narrativa.” (Ricoeur, 1991, 26) A Nesse sentido, “a intriga é o conjunto das combinações pelos quais há acontecimentos que são transformados em história ou correlativamente- uma história é tirada de acontecimentos.” (Ricoeur, 1991: 26) A intriga surge assim como um acto de conjugar os ingredientes da acção humana que, na experiência quotidiana, permanecem heterogêneos e discordantes. Porém, a progressão da estória desenvolve-se de acordo com uma lógica socialmente aceite e de acordo com uma tradição que nos permite a compreensão do acontecimento subsequente. O jornalismo correspondeu à necessidade de novas classes urbanas construir o seu sentido sobre o mundo, ou seja transmitirem a sua narrativa unificadora que contribui para a explicação e compreensão

de um novo universo que emergiu com capitalismo organizado: a intriga jornalística organiza o mundo em função da nova utilização da cultura que é protagonizada pelas novas classes urbanas emergentes. Nesse sentido, podemos de novo regressar a Ricoeur para aplicar à nossa concepção de narrativa jornalística uma reflexão que o autor fizera a propósito da história: “Uma noção ingénua de narração, como sucessão desgarrada de acontecimentos, encontra-se sempre no plano de fundo da crítica do carácter narrativo da história. Apenas se vê o seu carácter episódico e esquece-se o seu carácter configurado, que é a base da sua inteligibilidade. Ao mesmo tempo desconhece-se a distância que a narração instaura ou estabelece entre ela própria e a experiência vivida.” (Ricoeur, 1991: 27) Aplicando o mesmo raciocínio para o jornalismo ele surge-nos como uma certa configuração de sentido, pelo que constitui atitude ingénua aquelas que analisam as notícias como espelho da realidade e não como configurações narrativas, dotadas de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si de acordo com a visão que prevalece na narração do mundo da vida. É neste sentido que temos de compreender o papel desempenhado pelos precedentes e a organização de normas correspondentes aos diferentes géneros jornalísticos.

Referindo-nos aos precedentes que estabilizam as formas de narração de acontecimentos idênticos ou semelhantes, podemos dizer que “existe uma organização narrativa preliminar que já qualificou os acontecimentos como contributo para o progresso de uma intriga.” e de um paradigma jornalístico como “tipo de organização da intriga, oriundo da sedimentação da prática narrativa.” (Ricoeur, 1991, 27, 28).

Nesse sentido, não é possível deixar de ter em conta a concordância de Gaye Tuchman com Robert Park, segun-

do a qual “a notícia de jornal é uma forma de literatura popular, uma reencarnação das ainda populares novelas apresentadas de uma outra forma.” (Tuchman in Traquina, 1993: 258). No mesmo sentido não é possível deixar-se de se ter em conta as discussões que se promovem no seio da historiografia contemporânea acerca da diferença entre “acontecimentos e histórias sobre acontecimentos.” (Bird e Darmerne in Traquina, 1993: p. 264).

A organização dos elementos da notícia, por uma ordem de importância decrescente, elemento fundamental da identidade deste género, a introdução do parágrafo universalmente conhecido por lead, o uso de uma espécie de escrita branca, minutada que agradasse a todos os clientes, as exigências colocadas para assegurar a agradaibilidade do relato como a utilização da frase curta e concisa, a necessidade de evitar ou abusar dos advérbios de modo, por dificultarem a leitura, o recurso aos verbos na voz activa que conferem ao jornalismo uma “personalidade própria” são orientações na criação da narrativa que se devem ter por culturais e não naturais. (Bird e Darmerne, 1993: 265) Nesse sentido, o género narrativo universalmente conhecido por notícia pode funcionar, nas nossas sociedades diferenciadas, como uma espécie de mito, através dos quais os membros de uma cultura moderna aprendem valores e definições de bem e de mal (Bird e Darmerne, 1993: 266), no qual se cria ordem da desordem, oferecendo tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias (Mead, 1925-1926 apud BIRD et al, 1993: 266) e se oferecem informações credíveis e respostas prontas para fenómenos complexos. (Jensen apud Bird et al, p. 266). O discurso noticioso torna-se desta forma um discurso sobre a ordem e o comportamento aceitável.

A construção social da realidade

O modelo de análise que hoje se configura como mais consentâneo com os estudos recentes levados a efeito é o que descreve a informação como “construção da realidade social”. Com efeito, a realidade não pode ser completamente distinta do modo como os actores a interpretam, a interiorizam, a reelaboram e a definem histórica e culturalmente. (Grossi, 1985, p. 378). Com efeito, “ao escolher o real que vai narrar e ao escolher o modelo narrativo em que o vai exprimir, um jornal (...) reduz a infinitude de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa. (Mendes, 1985: 80), Segundo esta perspectiva que percorre quer a sociologia americana quer a teoria crítica auropeia (Adoni E Mane, 1984: 324-325), os media influem decisivamente nos “processos pelos quais qualquer corpo de conhecimentos chega a ser estabelecido como realidade.” (Berger E Luckmann, 1973: 13-14) Ganham uma dimensão importantíssima no que respeita ao estabelecimento de um significado comum e intersubjectivo acerca da vida quotidiana. Esta influência exerce-se sobretudo ao nível da relevância relativa dos temas em debate.

Na percepção de Adoni e Mane, a relação dos actores com o horizonte social é organizada em termos de “zonas de relevância”, um termo que provém da Fenomenologia Social. e que diz respeito à maior ou menor proximidade “em relação ao “aqui e agora” da esfera imediata de actividade dos indivíduos. De acordo com o interesse do actor em relação mundo que o rodeia este divide o seu horizonte social em várias zonas de relevância cada uma delas exigindo um diferente grau de preparação ou de conhecimento. Nesse sentido, é possível aceitar a existência de quatro zonas de relevância: uma primeira zona que se prende com a esfera de acção imediata do actor social e

em relação à qual é preciso possuir conhecimentos claros e distintos; uma segunda zona de relevância que exige uma familiaridade menor; uma terceira zona relativamente irrelevante e que, nesse momento, não têm qualquer relação com os interesses imediatos do agente; e, finalmente, zonas absolutamente irrelevantes nas quais qualquer mudança que se venha a verificar não influenciará a esfera de acção imediata do agente. (Schutz, 1976: 124-5). Procedendo à concepção de três tipos ideais de actores sociais - o homem da rua, o perito, e o cidadão bem informado - o primeiro apenas se preocupará com as zonas de relevância intrínsecas que dizem respeito à sua esfera imediata de actividade; o perito apenas se debruçará sobre zonas de relevância impostas, no sentido em que se debruça sobre problemas pré-estabelecidos que dizem respeito ao seu campo de actividade, enquanto o cidadão bem informado encontra-se colocado num domínio situado entre o homem da rua e o perito, domínio este onde não existem fins pré definidos, nem fronteiras totalmente no interior dos quais possa encontrar abrigo. O cidadão bem informado tem que encontrar o seu quadro de referência escolhendo o seu interesse. O que hoje se lhe oferece como absolutamente irrelevante pode amanhã parecer-lhe primariamente relevante ou vice-versa. (Schutz, 1976: 130-31). É aqui que o problema da distribuição social do conhecimento se torna extremamente relevante para um plano de trabalho sobre a investigação sobre os *media*, na exacta medida em que estes possuem uma importância decisiva na transformação das nossas relevâncias. Ou seja, têm uma importância decisiva na selecção dos temas sobre os quais é importante ter opinião. Se a realidade individual subjectiva é organizada em termos de relevância, a realidade social é entendida ao longo de um continuum baseada na distância dos seus elementos da vida quotidiana dos cidadãos. Os elementos sociais e os actores com que os individuos interagem em relações face

e a face são parte das zonas mais próximas de relevância. As zonas mais remotas de relevância são compostas por elementos mais gerais, abstractos e inacessíveis à experiência imediata, como a “ordem social”, (Adoni e Mane: 1984 326). Assim, os media podem proceder a uma distribuição social do conhecimento, proporcionando informação diferenciada que altera os respectivos sistemas de relevância.

Esta possibilidade remete-nos para uma redescoberta do poder do jornalismo que se traduz numa reavaliação do poder dos grupos, cuja exclusividade se questiona enquanto produtores promotor e legitimadores de decisões (Ferry, 1995: 61). A “teoria dos efeitos limitados”, nomeadamente na sua versão mais conhecida do “two step flow”, que têm em conta a importância dos grupos de referência e dos líderes de opinião, conquistara uma hegemonia relativa. pelo que a uma ortodoxia fundada na evidência dos efeitos esmagadores dos media ter-se-á seguido outra, fundada nos inquéritos empíricos e técnicas de sondagem que procuravam demonstrar que as pessoas tendiam a expor-se, a seleccionar e a recordar de acordo com disposições preexistentes (Curran, Gurevich e Woolacott: 1990). Porém, nos anos 60 e 70, alguns investigadores reexaminaram os dados apresentados e concluíram que afinal, os estudos empíricos clássicos de Katz e Lazarsfeld não haviam demonstrado que os mass media tinham pouca influência. Pelo contrário, revelaram o papel central dos media no reforço de valores e atitudes. O entendimento em sentido oposto apenas se deveu ao facto de os seus trabalhos se tratarem de uma reacção contrária a uma ortodoxia anterior que definia a influência de um modo omnipresente.

Esta perspectiva dá-se a conhecer no plano da teoria dos media através do do pressuposto essencial segundo a qual os media fixam não tanto a forma como pensamos mas os

temas sobre os quais devemos pensar. Na tradição anglo-saxónica, traduz-se no quadro das pesquisas empíricas pelo paradigma do “agenda- setting”. Na tradição alemã é possível vislumbrar uma preocupação semelhante, ainda que reformulada de um modo original em Elizabeth Noel-Neuman, nomeadamente na tese por ela defendida segundo a qual as pessoas tendem a orientar as suas opiniões por aquelas que elas crêm serem dominantes, o que está evidentemente ligado à influência mediática da comunicação pública.(Noel-Neumann: 1995) Na tradição francesa é compaginável encontrar fundamentos para uma teoria deste jaez numa concepção da violência simbólica, entendida como “o poder que consegue impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que são a sua força.” (Bourdieu e Passeron : 23).

Nesse sentido, haverá alguns pressupostos que urge ter em conta:

1. Reitera-se que as mensagens de actualidade chegam aos receptores quase exclusivamente através do contacto com os mass media. (Bookelman, 1983, 138-143).
2. Dá-se novo enfãse a fenómenos históricos que contribuem para a relativização das relações grupais. (Bookelman, 1983, idem). As alterações verificadas na modernidade, no que diz respeito à percepção quer do espaço quer do tempo, exigem novas formas de pensar o encontro entre os agentes sociais.” Com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, a interacção social foi parcialmente separada da ideia de partilha e de comunhão do espaço.” (Thomson, 1995, 81-2).
3. Compreende-se que os temas publicamente institucionalizados são o objecto das relações interpessoais de formação de opinião. Os processos interpessoais são a continuação dos processos públi-

cos de influência. Os diálogos carecem de reconhecimento geral a não ser que os media lhes disponibilizem uma arena pública e configurem os temas que são objecto de controvérsia em itens dotados de «noticiabilidade». (Strydom: 1999, 6).

4. Reforça-se a ideia de que é necessário investigar as relações entre grupos primários e as organizações formais. Nesse sentido, aprofunda-se o pressuposto segundo o qual mais do que estudar as modificações nas opiniões, haveria que estudar o papel dos media na formação de cognições, procurando as relações de causalidade entre a agenda mediática e a agenda pública. (Traquina, 1995: 193-195) Numa perspectiva que relaciona, de forma, ainda mais veemente, o jornalismo com as práticas institucionais afirma-se: “a instituição dos *media* noticiosos é central no que respeita à capacidade das autoridades para apresentarem pretensões convincentes. Oferecem meios de persuasão através dos quais as autoridades de várias instituições podem tentar obter um consenso mais alargado para as suas preferências morais.” (Ericson et al, 1991: 8).

A linguagem jornalística: a atitude natural e a formação de consensos

Para além da importância da fixação de assuntos susceptíveis de serem objecto de interesse, a relação que o estilo jornalístico implica com a verdade implica outras consequências. . O jornalista aprende o que Denis McQuail chama de “teoria da operatividade”, referindo-se ao conjunto de ideias “que sustém os profissionais de comunicação acerca dos objectivos e natureza do seu trabalho e acerca de como obter determinados efeitos.” (Mcquail, 1985: 18-19). Vê-se confrontado com perguntas como sejam “do que é que

o público gostará”, “que será eficaz?”, “o que tem interesse jornalístico?” (Mcquail, 1985: 18-19). Os jornalistas afirmam-se, pois, como “bricoleurs” que apreendem a regularidade em pequenos pedaços, com recurso a saberes práticos, em contradição com os teóricos que surpreendem e se debruçam sobre as grandes regularidades pretendendo, como desejava Platão, impedir esta mesma fragmentação da realidade. (Philips, 1993: 329) Se esta é uma condição intrínseca ao desempenho da sua actividade, importa que se pense sobre os riscos que ela acarreta: o jornalista torna-se uma espécie de profissional da atitude natural, no sentido que Schütz dava ao termo, ou seja uma atitude perante um mundo caracterizada por um interesse eminentemente prático, e pela fé ingénua na realidade e na permanência do mundo percebido. (Schutz, 1976:73) Schütz insistia em que o mundo social se interpreta em função de construções próprias do senso comum. Os objectos naturais e sociais dão-se por pressupostos, estabilizados na sua identidade, constituídos dentro de um processo de familiaridade e reconhecimento, possível graças a um repertório de conhecimentos disponíveis de origem social, formado e renovado na interacção quotidiana. A concepção ingénua da objectividade combinada com a preocupação evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis faz os media correrem o risco de configurarem as suas narrativas no sentido de acentuarem o conformismo. Descrever-se-ia a realidade tentando adotar, conscientemente, uma forma ingénua, pré-reflexiva, independentemente de qualquer questionação sobre a natureza dessa realidade. Esta atitude aproximar-se-ia do espírito de “Middle Town”, ou seja do conformismo ingénuo, lançando-o para o centro da formação do consenso social, no seu sentido mais irreflexivo e menos contrafactual: aquele de que se fala quando nos referimos prejerativamente à fabricação do consenso. O jornalismo presuppõe a existência

de um conhecimento prévio, de pre-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade- até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. O próprio conceito de actualidade, cerne da narrativa noticiosa, pressupõe um poderoso sentimento de pertença na medida em que o que é actual tem sempre subjacente um discurso sobre as regularidades vigentes. O jornalismo e a recepção das suas mensagens estão profundamente associado ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se confrontam nesse mundo. Assim graças à sua identificação com o sentido popular o jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais interessantes para os consumidores de informação. (Garcia 1992: 154). Simultaneamente, tenta descobrir as formas de tornar a sua mensagem mais acessível, mais conforme às próprias competências linguísticas e culturais dos membros da audiência que funcionam como menor denominador comum. Nesta perspectiva vale a pena recordar uma descrição (crítica) do jornalês: o produtor de informação (...) suprimirá todos os dados susceptíveis de desviar o futuro leitor dos elementos narrativos “essenciais”. Mas, melhor e mais importante, preferirá os sinónimos com menor número de caracteres, reduzirá o seu vocabulário às significações de base da sua língua materna (...), abolirá do seu texto toda a polissemia, preferirá o ponto final e a vírgula a formas mais complexas de pontuação, produzirá-mesmo artificialmente- parágrafos destinados a decompor em curtos “tempos” a sucessão de movimentos de leitura. (Mendes, 1985: 81).

Como é que se consegue que o desejo de acessibilidade que qualquer media possui - e que se traduz numa comunhão de saberes pré-existentes comuns aos emissores e ereceptores - não se torne numa generalização do conformismo? A questão é colocada de forma muito clara por Wolton: “O risco está, evidentemente, em confundir a dimensão comunicacional necessária ao confronto político com o consenso político, em confundir a aceitação de um código comum de comunicação com um consenso. Falar a mesma língua não implica, de modo algum, estar de acordo. (...) Desde que (o espaço público) se alargou, com a tendência para tratar todos os problemas da sociedade no espaço público e, portanto, para generalizar esse vocabulário comum mínimo, tem sido grande a tentação para confundir parcialmente a linguagem comum, necessária à comunicação política, com o acordo sobre o fundo dos problemas.”(Wolton, 1995: 182).

O jornalismo e os novos desafios do espaço público

A redescoberta do poder do jornalismo surge, curiosamente, ao mesmo tempo que a redescoberta dos poderes dos públicos. Hoje é impossível negar a importância da actividade jornalística na formação de uma concepção do mundo adequada aos grandes consensos e na construção dos sistemas de relevância dos actores sociais. Porém, simultaneamente não é possível deixar de abandonar os pressupostos clássicos de alguma teoria crítica para ter em conta uma visão mais complexa das situações de interesse, de conflitos e de poderes nas sociedades capitalistas avançadas. Como comenta Ferry, “os liberais já não tem mais o monopólio do pensamento pluralista, verificando-se mesmo uma dissolução das clivagens teóricas entre, de um lado, os pesquisadores conotados com a esquerda, orientados para aproximações holísticas e privilegiando o «macro», e do

outro, as aproximações dissociativas e o interesse pelos problemas microsociológicos.” (Ferry, 1995: 55) Deixou de fazer sentido - pelo menos de uma forma como tinha sido imaginada pela ortodoxia adorniana - a concepção de Teoria Social que estava imanente nas formulações mais apocalípticas sobre as capacidades manipuladoras dos media. É evidente que o jornalismo tende a favorecer uma construção social da realidade com uma vocação ordenadora. Simplesmente, nas sociedades diferenciadas as regularidades já dificilmente possuem o mesmo sentido que tinha para os teóricos das sucessivas teorias críticas: com efeito, há medida que as acções e relações sociais são mais e mais coordenadas através da comunicação, o poder torna-se cada vez mais dependente da aceitação de definições da realidade (Strydom, 1999: 16), as quais por sua vez podem depender de públicos conflituais (Fraser, 1992: 105) As ordens sociais implícitas, as normas ordenadoras nunca foram sujeitas a um pluralismo tão intenso como aquele que resulta da emergência de novas identidades sociais e culturais.. Reconhece-se simultaneamente que novos agentes podem tomar a palavra para impor outras visões do mundo, dar a conhecer os problemas de “mundos da vida” que já não se apresentam tão homogêneos e unificadores, participar de forma conflitual na formulação da agenda, ou na visão que se constrói sobre a realidade que se visa representar. Nesse sentido, não nos parece incorrecto admitir a hipótese segundo a qual a própria consciência que se ganhou, no plano teórico e profissional, sobre o papel da linguagem acabou precisamente por permitir uma tentativa de repensar as relações entre os media e os públicos, no sentido de exigir uma maior participação. A reabilitação do público (Strydom, 1999: 2) que os estudos de recepção realizaram dando do espectador uma imagem activa não faz desaparecer a questão da influencia, designadamente o facto de que o melhor espectador do mundo não pode interpretar senão aquilo que ele recebe. (Ferry,

1995) A noção de agenda faz cada vez mais sentido apesar dos elementos teóricos que introduziram as noções de polisemia do texto, de comunidades interpretativas activas, de resistência do espectador e de apropriação culturalmente variável da mensagem. (Ferry, 1995: 58). Nesse sentido, haveremos de concordar com Ferry que o facto de uma opinião pública tender a constituir-se com base no que a função de agenda oferece à tematização limita desde já de forma estrutural as possibilidades da comunicação social. Porém, também teremos oportunidade de ripostar que a selecção não é definida apenas pela emissão. Ela é também igualmente exercida pelo público ao nível da recepção, pela escolha entre os programas oferecidos, pela interpretação que ele faz do texto escolhido, pela confrontação da interpretação com aquela outra formulada pelos restantes membros do público, e em especial pela possibilidade de os públicos, de acordo com uma lógica de redinamização e democratização da sociedade civil pretenderem eles próprios tomarem a palavra, fazendo chegar ao espaço público interpretações conflituais e afirmações em defesa do reconhecimento de identidades excluídas. Nesse sentido, a definição de realidade é afinal uma construção realizada não apenas pelos participantes mas também pela audiência. (Strydom, 1999:17).

Nesse sentido, um pouco por toda a parte, ao lado do reconhecimento do poder dos media, surgem movimentos académicos e sociais - como “media literacy”- tendendo a educar as pessoas no sentido de acederem, avaliarem e produzirem mensagens mediáticas e que visam transformar os recipientes passivos de mensagens mediáticas em conhecedores habilitados das tecnologias relacionadas com os media, designadamente verificando a sua capacidade para manipular audiências e introduzirem novos temas. (Resource Guide: media Literacy , pages 6-7, Ministry of Education, Ontario, Canada.)

Neste movimento, que se faz sentir de forma generalizada nos Estados Unidos, mas também na Inglaterra, Escócia, Canadá, Austrália, Suécia e Espanha - cada vez se enfatiza mais a necessidade saber que tipo de conhecimento, atitudes e competências se tornaram essenciais para se ser um cidadão na idade dos media. Ou seja, a liberdade de expressão, cuja defesa é uma exigência democrática incontornável, exige jornalistas e públicos bem preparados e exigentes. Se o sacrifício da liberdade de imprensa é impensável, esta tem de ser confrontada com a possibilidade de públicos mais exigentes e participativos.

A tomada de consciência desta realidade pode, deste modo, traduzir-se em duas consequências. Por um lado, verificar-se-á o aumento da resistência do público, o qual pode tornar-se cada vez mais interventor em relação ao monopólio dos mecanismos de produção simbólica. Esta como já vimos, parece ser uma dinâmica social que, apesar de todas as contradições, parece tomar novo fôlego: a exigência de educação para os media, a criação de observatórios de imprensa, a multiplicação de organizações que procuram reflectir sobre as consequências do poder dos media sobre a liberdade dos cidadãos. Por outro lado, parece evidente que quem escreve sobre o mundo tem que lançar um olhar, ganhando, nomeadamente, uma crescente consciência crítica sobre os seus próprios instrumentos profissionais. A complexidade crescente das sociedades exige outros saberes que permitam ultrapassar o digníssimo saber de experiência feito. Os problemas inerentes à legitimidade da profissão, as especializações crescentes, a mundialização da indústria cultural, a complexidade cada vez maior das sociedades e as responsabilidades sociais que incumbe à imprensa fazem com que o jornalista não reduza os seus saberes ao conhecimento do livro de estilo, à capacidade narrativa, ao uso do prontuário e ao domínio da língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Adoni, Hanna e Mane, Sherril, 1984, «Media and the Social Construction of Reality» in *Communication Research*, Vol. 11, Beverly Hills, Sage.

Alsina, Miguel Rodrigo, 1996, *La construcción de la noticia*, Barcelona, Paidós,

Berger, Peter e Luckmann, Thomas, 1973, *A Construção Social da Realidade*, Petropólis, Editora Vozes.

Bird, S. Elizabeth e Dardenne, Robert. W., 1993, «Mito, registo e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias» in Nelson Traquina (Org.), *Jornalimos: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Vega.

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean Claude, s/d, *A Reprodução*, Lisboa, Vega.

Curran, James, Gurevich, Michael and Woolacott, Janet, «The study of the media: theoretical approaches» in Michael Gurevitch, Tony Bennett, James Curran and Janet Woolacott (org.) *Culture, Society and the Media*, Londres, Edward Arnold, 1990.

Ericson, Richard; Baranek, Patrícia; Chan, Janet, B.L., 1991 *Representing Order- Crime, Law and Justice in the News Media*, Canada, Open University Press.

Esteves, João Pissarra, 1995 Novos Desafios Para Uma Teoria Crítica da Sociedade in Revista de Comunicação e Linguagens, “Comunicação e Política”, Lisboa, Cosmos, nº 21-22.

Ferry, Jean-Marc, 1995, «Quelle Théorie critique des médias aujourd’hui» in Lisboa, Boris et Haarscher, *Les Médias entre Droit et pouvoir*, Bruxelles, Ed. Université de Bruxelles.

Fraser, 1992, «Rethinking Public Sphere» in Calhoun, Craig (org.), Jürgen *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT Press.

García, José Luís Dader, 1992, *El Periodista en el Espacio Público*, Barcelona, Bosch.

Govier, Trudy. (ed.) 1988. *Selected Issues in Logic and Communication*. California: Wadsworth.

Habermas, Jürgen, 1984, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.

Hall, S. (1982). «The rediscovery of “ideology”: Return of the repressed in media studies». In M. Gurevitch, T. Bennett, J. Curran, & J. Woollacott (Eds.), *Culture, society and the media*. London: Methuen.

Hackett, Robert, 1993, «Declínio de um Paradigma? A Parcialidade e a Objectividade nos estudos dos media noticiosos» in Nelson Traquina (Org.), *Jornalimos: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Vega.

McQuail, Denis, 1985, *Introducción a la teoria de comunicaci3n de massas*, Barcelona, Paid3s Comunicaci3n.

Mendes, Jos3 Maria Ribeiro Mendes, 1985, *Mudança Viglada no Discurso da Imprensa* in *Revista de Comunica3o e Linguagens*, M3quinas Censurantes Modernas, Lisboa, Edições Afrontamento, n3 1.

Ministry of Education, s/d Resource Guide: media Literacy , Ministry of Education, Ontario, Canada.

Phillips, 1993, E. Barbara, 1993, *Novidade Sem Mudança* in Nelson Traquina (Org.), *Jornalimos: Quest3es, Teorias e “Est3rias”*, Lisboa, Vega.

Ricoeur, 1991, Paul, *Do Texto à Ac3o*, Lisboa, R3s Editora.

Schiller, Dan, 1979, «An Historical Approach to Objectivity and Professionalism» in *American News Reporting in Journal of Communication*, Vol 29, (4),.

Schudson, Michael, 1978, *Discovering The News*, New York, Free Press, 1978.

Schütz, 1976, Alfred, *Collected Papers*, Haya, Marthinnus Nijhoff.

Strydom, Piet, 1999, «Triple contingency: The theoretical problem of the public in communication societies», in *Philosophy & Social Criticism*, vol. 25, n3 2, London Thousan Oaks, ca and New Delhi, Sage publications.

O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público

Thomson, 1995, John B., *The media and Modernity: a social theory of media*, Cambridge, Polity Press, 1995

Traquina, Nelson, 1988, *As Notícias*, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo*, nº8.

Traquina, Nelson, 1995, *O Paradigma do Agenda Setting, Redescoberta do Poder do Jornalismo* in *Revista de Comunicação e Linguagens- Comunicação e Política*, Lisboa, Edições Cosmos, nºs 21/22.

Tuchman, Gaye, 1993, *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*, in Nelson Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Vega.

Wolton, Dominique, 1995, *As Contradições do Espaço Público Mediatizado*, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, Lisboa, Cosmos, nº 21-22.



títulos publicados:

- 1 - Semiótica: A Lógica da Comunicação
António Fidalgo
- 2 - Jornalismo e Espaço Público
João Carlos Correia
- 3 - A Letra: Comunicação e Expressão
Jorge Bacelar
- 4 - Estratégias de Comunicação Municipal
Eduardo Camilo
- 5 - A Informação como Utopia
J. Paulo Serra
- 6 - Escrita teleguiada
Guiões para audiovisuais
Frederico Lopes
- 7 - Manual de Jornalismo
Anabela Gradim
- 8 - A Persuasão
Américo de Sousa

- 9 - Comunicação e Poder
João Carlos Correia (Org.)
- 10 - Violência e Cinema
Monstros, soberanos, Ícones e Medos
Luís Nogueira
- 11 - Teorias da Comunicação
José Manuel Santos
João Carlos Correia (Orgs.)

